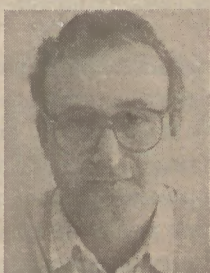


Os amigos do Governo

A manter-se, por este Governo, o essencial das políticas derrotadas em Outubro último, a situação económica e social do País vai continuar a agravar-se.



■ Carlos Luís Figueira
Pág. 18

Mário Sacramento em defesa do MUD Juvenil e da Paz

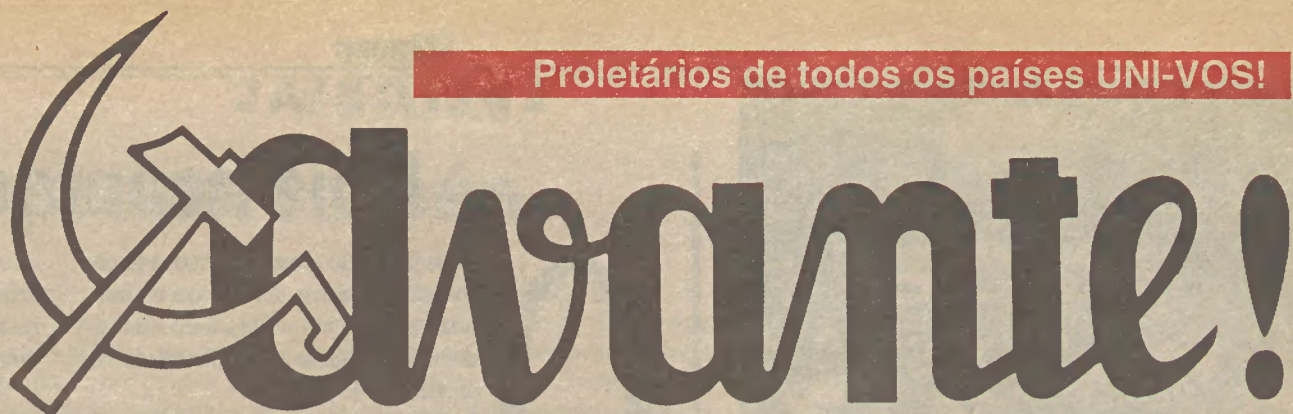
■ Pedro Ramos de Almeida
Págs. 24 e 25

O embuste da «Europa Connosco» e a política sindical da social-democracia

■ Rui Paz
Pág. 21

Doutrina Social da Igreja e Economia Social de Mercado

■ Jorge André
Págs. 22 e 23



Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 5 de Junho de 1996 • Preço: 150\$00 (IVA Incluído) • N.º 1175 • Director: Carlos Brito

Congresso da CGTP reafirma princípios, força e empenhamento

Ao trabalho pelos direitos



Págs. 9/10 e 11

Os intelectuais e a sociedade o Partido e os intelectuais



Encontro Nacional do PCP

Págs. 5/6 e 7



Festa Avante!

A Festa que ainda ninguém viu...

Quem hoje visita o terreno da Quinta da Atalaia poderá não se aperceber dos trabalhos que ali estão em curso. O nosso repórter foi ver. E conta.

■ Carlos Nabais
Centrais

Dois acontecimentos



O VIII Congresso da CGTP-IN

RESUMO

29
Quarta-feira

A Comissão Europeia afirma que Portugal tem de reduzir quase metade da sua frota de pesca de sardinha entre 1997 e 2002 ■ O chanceler Helmut Kohl chega a Lisboa para efectuar uma visita oficial de dois dias a Portugal ■ Acusados de prisão ilegal e ofensas corporais, três agentes da PSP são condenados a penas efectivas de prisão ■ Realizam-se as eleições legislativas em Israel. As sondagens apontam para uma vitória dos Trabalhistas e de Shimon Peres ■ A Organização para a Segurança e Cooperação na Europa afirma que as eleições legislativas albanesas, realizadas no domingo, «não respeitaram os padrões legais» ■ A Rússia anuncia um projecto de estatuto para a Tchetchénia que afasta totalmente os independentistas ■ No Afeganistão, dias depois da assinatura do acordo de paz com o presidente Rabbani, o rebelde Hekmatyar é nomeado primeiro-ministro.

30
Quinta-feira

A lei que introduz a flexibilidade de horários e a polivalência de funções é aprovada na Assembleia da República com os votos a favor do PS e do PP, a abstenção do PSD e os votos contra do PCP, Os Verdes, uma deputada do PS e um do PSD. A CGTP-IN manifesta-se contra ■ É anunciado que o Likud ganhou as eleições em Israel e que Benjamin Netanyahu será o novo primeiro-ministro ■ O Nobel da Paz Joseph Rotblat defende a independência de Timor, durante uma conferência na Universidade de Évora ■ O Hezbollah mata quatro soldados israelitas e fere cinco, num ataque no sul do Líbano ■ Realizam-se eleições no Ulster para o Fórum da Paz ■ Os ministros da Comunidade de Estados Independentes reúnem-se em Genebra para debater o problema dos refugiados e deslocados que se verifica na CEI.

31
Sexta-feira

Inicia-se, em Lisboa, o VIII Congresso da CGTP-IN ■ Candidatos de dois partidos da oposição albaneses iniciam uma greve da fome para protestar contra as fraudes eleitorais que caracterizaram as eleições legislativas de domingo ■ Na República Checa, realizam-se as eleições legislativas ■ O novo governo italiano liderado por Romano Prodi obtém o voto de confiança na Câmara dos Deputados ■ Boris Ieltsin divulga o seu manifesto eleitoral ■ O ex-presidente venezuelano Andres Peres é condenado a dois anos e quatro meses de prisão domiciliária, por corrupção.

1
Sábado

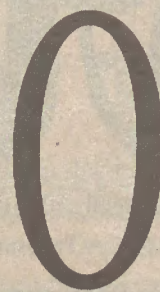
No segundo dia de trabalhos, os delegados ao 8º Congresso da CGTP aprovam o Programa de Acção e elegem o Conselho Nacional ■ O novo primeiro-ministro indiano, Deve Gowda, líder da coligação centro-esquerda, toma posse ■ O presidente da Albânia declara que não vai repetir parcialmente as eleições legislativas de domingo, como lhe tinha pedido a Organização para a Segurança e Cooperação na Europa.

2
Domingo

Carlos Carvalhas participa no encerramento do Encontro Nacional do PCP sobre «Os intelectuais e a sociedade, o Partido e os intelectuais» ■ Um oficial português é ferido na Bósnia na sequência da deflagração de um engenho explosivo ■ O novo primeiro-ministro israelita eleito, no seu primeiro discurso depois das eleições, promete prosseguir o processo de paz com os árabes ■ Da cimeira de Genebra sobre a Bósnia sai a decisão de se realizarem eleições federais em Setembro.

3
Segunda-feira

Os clubes de futebol ameaçam suspender a formação de jovens se o Parlamento não aprovar a proposta de lei do Governo sobre as verbas do Totobola e as dívidas do futebol ■ UGT recusa assinar acordo de concertação social tema a tema ■ CGTP informa sobre realização de acções públicas dos trabalhadores da Telecom, Cimpor, EDP, Tabaqueira, BFE/BBI e BTA contra a privatização dessas empresas ■ Advogados formam Comissão de Ética ■ Delegação da Comissão dos Direitos da Mulher do Parlamento Europeu decide após reunião com Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas levar de novo ao Parlamento Europeu a discriminação das mulheres no acesso ao emprego por parte do BCP ■ Aliança Atlântica aprova «pilar europeu» emancipado mas os Estados Unidos reservam-se o direito de veto sobre o seu funcionamento na prática ■ Presidente Vaclav Havel inicia consultas para formação de um novo Governo na República Checa ■ O Presidente da República angolano nomeia França van Dunen para chefiar novo Governo ■ Reino Unido consegue levantamento parcial do embargo à sua produção bovina num Conselho Extraordinário de Ministros da Agricultura da UE ■ Começa em Istambul cimeira das Cidades.



O passado fim-de-semana foi marcado por dois acontecimentos, diferentes na sua natureza e alcance, mas ambos da maior importância para o mundo do trabalho e a opinião progressista do país. Referimo-nos, naturalmente, ao 8º Congresso da CGTP-IN e ao Encontro Nacional do PCP sobre os intelectuais.

O Congresso da Central unitária dos trabalhadores portugueses levou à sala do Coliseu de Lisboa uma assistência muito especial: os 800 delegados determinados a protagonizar uma firme tomada de posição pelos direitos e reivindicações dos trabalhadores portugueses, no presente e no futuro; e as centenas de convidados que acompanharam atentamente os trabalhos com a justa compreensão da sua relevância na vida social, económica e política do País.

Mais uma vez os grandes órgãos de comunicação social, as televisões nomeadamente, primaram pela descrição com que trataram o acontecimento, o que é também revelador da sua posição de classe.

O Congresso teve o seu momento mais alto na aprovação do «Programa de Acção», mas reveste igualmente significativa importância, entre os documentos aprovados, a resolução síntese sobre «A acção da CGTP-IN no actual contexto político-sindical», que o «Avante!» publica na íntegra, na presente edição.

É este documento que, ao abordar as «expectativas da mudança comprometidas», salienta: «nas questões essenciais para a vida dos trabalhadores, as decisões tomadas vão no sentido de reforçar o poder patronal e de limitar os direitos sindicais, incluindo o direito à livre negociação colectiva».

É neste mesmo documento que se explicita com clareza, a propósito da lei sobre a flexibilidade e a polivalência: «O Congresso reafirma a determinação do movimento sindical em tudo fazer para impedir a aplicação da lei, em não baixar os braços e em continuar a bater-se pelo cumprimento dos contratos colectivos e a lutar para que os novos conteúdos da negociação colectiva futura salvaguardem os direitos essenciais e a dignidade de quem trabalha.»

Era bom que todas as instâncias institucionais que ainda têm a oportunidade de intervir antes da lei ser publicada estivessem atentas aos sentimentos que, contra ela, se manifestaram tão expressivamente no Congresso e à densa argumentação que foi produzida da intervenção de abertura dos trabalhos, por Carvalho da Silva, contra a sua brutal iniquidade.

O Encontro Nacional do PCP sobre «Os Intelectuais e a Sociedade / O Partido e os Intelectuais» constituiu uma alargada e profunda reflexão sobre a evolução, especificidade e problemas desta camada social.

O Encontro, que reuniu cerca de 500 participantes e convidados, no conjunto dos três painéis em que se desenrolou, vai representar seguramente um impulso muito positivo na concretização de um dos objectivos essenciais para que foi convocado: ajudar a melhorar o trabalho partidário em relação à intelectualidade e a reforçar participação dos intelectuais comunistas no trabalho partidário.

Como Carlos Carvalhas salientou, no discurso de encerramento dos trabalhos do Encontro: «O PCP atribui um especial

valor à intervenção dos intelectuais na luta pelo progresso e a transformação social e aos numerosos intelectuais que acolhem nas suas fileiras, incluindo das mais destacadas figuras da nossa cultura.»

O Encontro foi muito importante pelo debate aberto e informal que proporcionou e pelas novas pistas de trabalho e de iniciativa que foram abertas, mas constituiu também uma saudável afirmação, por parte dos intelectuais comunistas, de confiança no nosso Partido, nos valores da esquerda configurada pelo projecto comunista, nos nossos ideais do marxismo-leninismo e na luta pelo socialismo.

A Declaração aprovada, sem a pretensão de ser uma síntese ou um conjunto de conclusões, acolhe no essencial este espírito e é, de qualquer maneira, uma notícia significativa das matérias e dos sentidos dos debates realizados.

É nesta declaração, de que transcrevemos largos extractos noutra lugar da presente edição, que se salienta, de modo esclarecedor, a determinado passo:

«São muitas e diferenciadas as razões, os motivos e as referências sociais, políticas, ideológicas, intelectuais, éticas, afectivas e biográficas que permitem compreender a integração histórica persistente de intelectuais no PCP, no Partido político da classe operária e de todos os trabalhadores. Uma dessas razões vem de que os intelectuais comunistas estabelecem uma relação de convergência entre a dimensão tendencialmente crítica e criadora do seu trabalho

e o projecto comunista de revolucionamento do mundo e da vida.»

Na intervenção de encerramento do Encontro, o Secretário-Geral do PCP, abordou um conjunto de questões da maior actualidade: «a ortodoxia neoliberal e a sua propaganda», «a armadilha da mundialização», «o capitalismo civilizado», a ofensiva geral contra os direitos dos trabalhadores e a política do PS no nosso país.

Em certo passo, respondendo aos que proclamam que «é necessário desregulamentar, flexibilizar, liquidar direitos e diminuir salários» para impedir o encerramento de empresas e o aumento do desemprego, comentou: «Só que a desregulamentação, a flexibilização e a diminuição dos salários reais há muito que se vai processando mas, em vez de emprego, o que temos é o aumento do desemprego e uma polarização crescente da riqueza.»

Por sua vez, Carvalho da Silva, na abertura do Congresso da CGTP-IN, observou: «Estudos sérios nos últimos tempos mostram que a desregulamentação do mercado de trabalho não contribui para aumentar o emprego de qualidade e que «o reforço do poder patronal nas empresas se traduziu na redução da dimensão destas, no aumento dos lucros, na utilização sistemática de horas extraordinárias, na redução da protecção do emprego, na insegurança para os trabalhadores e no desemprego para um grande número destes.»

Dois acontecimentos de diferente natureza e alcance - o Congresso da CGTP-IN e o Encontro Nacional do PCP sobre os intelectuais - convergentes, no entanto, na denúncia e desmascaramento da nova ofensiva contra os direitos e interesses dos trabalhadores e da novas práticas exploradoras do capitalismo.

Foi Carlos Carvalhas que concluiu: «A solução dos problemas não está no capitalismo, denomine-se ele civilizado, social ou economia de mercado. O capitalismo não mudou de natureza. A solução está na sua superação. Está no caminho do socialismo.»

Dois acontecimentos de diferente natureza e alcance - o Congresso da CGTP-IN e o Encontro Nacional do PCP sobre os intelectuais - convergentes, no entanto, na denúncia e desmascaramento da nova ofensiva contra os direitos e interesses dos trabalhadores e da novas práticas exploradoras do capitalismo.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Socolo Pereira Gomes
— 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Socolo Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90,
7ª-A, 1100 Lisboa.
Capital social: 15 000 000\$00, CRC matriculada: 47058.
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7ª-A,
— 1100 Lisboa
Tel. (01) 815 34 87/815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de renovação:
Até às 17 horas de cada sexta-feira.
Tel. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTA PRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Capa Rota — Linho — 2710 Sintra
Tel. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B L. 227 — 4470 Maia
Tel. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7ª-A 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90-7ª-A 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e impressão
Heska Portuguesa, SA
R. Elias Garcia, 27
Venda Nova — 2700 Amadora
Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

| | |
|---|------------------------|
| PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas) | EUROPA |
| 50 números: 6 750\$00; 25 números: 3 487\$50 | 50 números: 24 750\$00 |
| ESPAÑA | EXTRA-EUROPA |
| 50 números: 13 300\$00 | 50 números: 39 950\$00 |
| GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE E MACAU — 50 números: 26 650\$00 | |

* IVA e portes incluídos

Nome _____

Morada _____ Telef. _____

Código Postal _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

ACTUAL

Pelos próprios pés

Já não é só Marcelo Rebelo de Sousa que se compromete, com este avanço, a votar o Orçamento do PS para 1997, para, alegadamente, evitar eleições legislativas antecipadas.

Agora, até o vice-rei do PSD do Porto, o impulsivo Luís Filipe de Menezes, pede à direcção nacional do seu partido para «afrouxar» a oposição ao Governo do PS, invocando as mesmas razões.

Por muito que queira pensar que os laranjas estão com medo de eleições, o PS fazia bem em desconfiar destas cortesias.

A verdade é que elas surgem precisamente quando o Governo de Guterres está a atravessar o seu pior momento, a braços com uma crescente oposição popular, uma clara contestação dentro do próprio partido e divisões indistigáveis dentro do próprio executivo.

O mais certo é o PSD estar a gostar bastante da governação do PS, porque ela faz, no essencial, a política que ele tinha programado e porque, além disso, pensa que tal governação não vai durar muito tempo.

Em matéria de concretização da política

de direita, o PS faz o que PSD teria feito, como por exemplo, o programa das privatizações das empresas públicas, mas mete-se mesmo por caminhos que o próprio PSD hesitou em trilhar, como por exemplo, a lei da flexibilidade e da polivalência e os planos para a privatização da segurança social.

Nestes casos, o PS está a tirar as castanhas do lume, que a direita goza duas vezes: primeiro, porque é, do ponto de vista de classe, a grande beneficiária dos resultados; segundo, porque ao fazer esta política o PS acirra contra si a oposição e o protesto populares.

No caso da lei da flexibilidade e da polivalência, um dos mais graves atentados aos direitos dos trabalhadores cometido depois do 25 de Abril, o PS abriu mesmo uma guerra com o mundo do trabalho, que se agravará continuamente se a lei entrar em vigor.

Ao mesmo tempo, é evidente que um número crescente de eleitores do PS chega à conclusão que a vontade de mudança que exprimiu e a esperança que alimentou estão a ser completamente defraudadas pela acção do Governo.

A viva reacção que se está a levantar contra a entrega da totalidade dos dinheiros do totobola aos clubes desportivos, para estes pagarem as dívidas ao fisco, traduz, a par da oposição a uma medida inaceitável e desastrosa na forma como foi tomada, também um estado já muito generalizado de descontentamento, que a direita, com muitas culpas no cartório, através de cortesias ou das campanhas de rua do PP, está activamente a explorar.

Ao discursar, no domingo, no encerramento do Encontro Nacional do PCP sobre os intelectuais, Carlos Carvalhas observou oportunamente:

«Não somos nós que empurrámos o PS para a direita, pela simples razão de que é ele que, tal como no passado, para lá vai pelos seus próprios pés.»

Mas, além disso, começa a haver razões para perguntar: se, com as ajudinhas da direita, o PS não vai também pelo seus próprios pés a caminho do precipício?

■ Carlos Brito

Grilo = Leite

Muito se disse - e certamente vai ainda ser dito - em relação à insensatez das orientações adoptadas pelo Ministério da Educação no que respeita à finalização do ensino secundário e ao acesso ao ensino superior no presente ano lectivo. E que correspondem, no essencial, à concretização da política traçada por Couto dos Santos e por Manuela Leite de agravamento da selectividade no secundário, de forma a reduzir de forma sensível o fluxo de alunos para o ensino superior.

Retenha-se o essencial das críticas que o PCP formulou há quase três meses e das contrapropostas que apresentou. Nomeadamente: que a classificação do ensino secundário dependesse exclusivamente dos processos e resultados da avaliação interna conduzidos nas próprias escolas. Que num quadro de eliminação em três anos lectivos do *numerus clausus*, entendido como restrição quantitativa global no acesso ao ensino superior público, as provas de acesso ao superior dos alunos habilitados com o curso secundário acompanhasse o que está previsto na Lei de Bases do Sistema Educativo (âmbito nacional e específicas para cada curso ou grupo de cursos). E que fosse promovida uma correcção estatística das classificações do secundário de modo a assegurar aos estudantes uma maior justiça relativa, com base na comparação destas com as obtidas nas provas nacionais de acesso (específicas).

Há um mês, o PCP veio novamente chamar a atenção para o problema. Mesmo no quadro de uma orientação com que globalmente discorda, os comunistas reclamaram do Ministério da Educação a adopção de, pelo menos, três medidas concretas que minimizassem as dificuldades dos alunos e que conferissem maior equidade à realização dos exames nacionais.

A 1ª medida, que, para diminuir a contingência dos exames nacionais, cada prova tenha duas oportunidades de realização cumulativas, sendo tomada em consideração a nota mais elevada obtida pelo aluno, no caso de ter optado por comparecer nas duas oportunidades.

A 2ª medida, que, para garantir efectivamente as condições de igualdade na realização dos exames nacionais nas escolas públicas e privadas, os alunos sejam distribuídos em cada concelho por ordem alfabética pelas salas destinadas à realização das provas.

E a 3ª medida, que, no acesso ao ensino superior, tenham lugar dois concursos nacionais, um em relação ao acesso ao ensino público e outro respeitante ao ensino não público (e não apenas um concurso em relação ao ensino público como ocorre presentemente), podendo os alunos candidatar-se à admissão no ensino superior em qualquer um dos sistemas ou em ambos. Esta medida, que só apresenta vantagens em relação à situação actual, tem como objectivo tornar mais transparente o acesso ao ensino privado, que se tem realizado através de concursos locais, em muitos casos de duvidosa seriedade; clarificar quais as instituições e os cursos que são reconhecidos pelo Ministério da Educação; e impedir o indecoroso negócio das inscrições pagas por alunos que aguardam o conhecimento dos resultados do concurso nacional para o ingresso nas escolas públicas.

O Ministério da Educação continua cego e surdo, insensível à grave situação com que milhares de alunos vão estar em breve confrontados.

Com a inconfundível perspicácia juvenil, não tem razão o cartaz de protesto afixado numa escola do Ribatejo: Grilo = Leite?

■ Edgar Correia

Gêmeos

Estes jornalistas - tipo da nova ordem comunicacional são divertidíssimos. E lamentáveis. Parecem todos nascidos de um mesmo e universal parto que faz deles gémeos de profissão. A gente começa a ler um texto e logo identifica a matriz, sendo contudo impossível ligar o texto a uma pessoa concreta. De facto, qualquer um poderia ter escrito o que qualquer outro escreveu e nenhum escreverá, jamais, qualquer coisa diferente do que outro escreveu, afinados que estão todos, pelo síncrono diapasão das regras estabelecidas, pelo magno objectivo de instituir um pensamento único (o deles) à escala planetária.

Examinando a exibição das suas públicas virtudes tudo nos empurra para os ver como jornalistas "imparciais", "independentes", "apartidários".

Lendo-os ou ouvindo-os constatamos que, em privado,

são doentamente parciais, servilmente dependentes e plural e rotativamente partidários (ou seja: ora são do PS, ora do PSD, ora do PP de acordo com o que, em cada momento, mais está a dar). Constatamos ainda que uns são de esquerda (moderna, bem entendido), outros habitam a direita (moderna também), enquanto os restantes preferem o centro (igualmente moderno). Une-os, portanto, um sólido apego à modernidade, isto é, uma comum simpatia pela política de direita; une-os, ainda, e por tudo isto num obsessivo anticomunismo traduzido ou no silenciamento da actividade do PCP ou na transmissão de uma imagem falsificada do que são, do que pensam, do que defendem os comunistas e na subsequente crítica a essa imagem falsificada - ou na adopção do expedito critério de, em relação às iniciativas do PCP, não infor-

marem sobre o que se passou mas opinarem sobre o que previamente decidiram que iria passar-se.

Atente-se em dois exemplos recentes destas práticas. Primeiro exemplo: o semanário "Já" assistiu ao V Congresso da JCP. As conclusões a que chegou e que difundiu poderiam ter sido obtidas sem a deslocação do repórter ao Pavilhão Carlos Lopes. Com efeito, já lemos tudo aquilo várias vezes, várias vezes assistimos já à igual menorização de iniciativas semelhantes do PCP a partir de uma casete de ideias fixas emanadas dos ditames da nova ordem comunicacional. Para o "Já, o Congresso dos jovens comunistas não passou de "uma missa paga" com "ritual próprio" e com "regras sagradas" no qual a "homilia ficou por conta de Carlos Carvalhas"; foi um "espectáculo de confiança cega no colectivo"; de "confiança cega na direc-

ção", etc., etc., etc. - conclusões do criativo repórter enquanto era levado de emergência para o oftalmologista.

Segundo exemplo: o "Público" foi ao Encontro Nacional do PCP sobre "Os intelectuais e a sociedade - o Partido e os intelectuais" e deu à luz, no Domingo, uma primeira peça sobre o assunto. Peça que, constituindo uma vibrante exibição de cultura inculta por parte de quem a produziu, destacou frondosas provas da sólida inserção do seu autor na nova ordem comunicacional. Tendo constatado que o PCP esperava, com este Encontro, "ser ouvido e ter visibilidade", o ilustre observador deu-lhe quase uma página de "visibilidade" ... surda.

São assim estes jornalistas: uns pontos, uns foliões. Mas gémeos.

■ José Casanova

1 631 000

Há notícias que dizem mais da situação social europeia do que mil textos (mesmo quando não aparecem nos grandes meios de comunicação social). Há três meses, em Itália, o Ministério das Finanças abriu concurso para duas mil vagas no seu quadro. Como informa o jornal *Liberazione* (14.3.96), do Partido da Refundação Comunista, deram entrada mais de *um milhão seiscentas e trinta e uma mil candidaturas*. É como se toda a população adulta da área metropolitana de Lisboa se tivesse candidatado nesse concurso. Na «Europa da abundância», um emprego estável, com direitos e dignidade, tornou-se um bem raro e precioso.

As estatísticas falam de um desemprego enorme e crescente. Mesmo países como a Suécia, que durante décadas nos habituaram a pequenas taxas de desemprego, apresentam hoje índices na ordem dos 10%. Para já não falar nos 17,4% da Finlândia ou nos 22,1% da Espanha. E são estatísticas oficiais, por via de regra não desinteressadas. Recorde-se que, apenas durante o período em que Margaret Thatcher foi Primeiro-Ministro, a Grã-Bretanha alterou por 29 vezes o seu sistema de cálculo do desemprego, «reduzindo» assim este drama social. Mas o desemprego em massa não é um fenómeno passageiro. Veio para ficar. Ou melhor, para crescer: Mesmo quando as economias crescem. Imagine-se agora que a Comissão Europeia prevê uma «grande quebra no crescimento económico da UE», para citar a manchete do Financial Times (16.5.96). E além dos desempregados há os que têm empregos, mas empregos temporários, sem direitos, mal remunerados, flexíveis, polivalentes, sobrexplorados.

Potencial produtivo dos nossos dias é impressionante. Nunca a Humanidade esteve em condições de produzir tantos bens e tanta riqueza. E graças à revolução científica e tecnológica é preciso cada vez menos trabalho humano para garantir essa produção. Um sistema socioeconómico que ponha o ser humano no centro das suas preocupações pode garantir que todos trabalhem menos e vivam cada vez melhor. Mas o capitalismo visa o lucro, não o bem-estar do ser humano. Em vez de todos trabalharem menos, são cada vez menos os que trabalham. O desemprego explode. E os sistemas de Segurança Social «vão à falência». A pobreza alastra no seio de sociedades opulentas. Com grandes massas da população no desemprego, o consumo retrai-se. E a produção, apesar do seu enorme potencial de crescimento, estagna. A "velha" lei de Marx da tendência para o decréscimo da taxa de lucro torna-se cada vez mais actual nesta época de automatização acelerada da produção. O aumento desenfreado da exploração de quem trabalha torna-se indispensável para que o grande capital possa compensar esse decréscimo. E aparece na ordem do dia em todos os países da Europa (para já não falar da autêntica catástrofe que se abate sobre outros povos do Mundo), sob a forma duma ofensiva generalizada contra direitos e conquistas históricas do movimento operário. Possível agora que já «caiu o muro de Berlim».

Tal como durante a Revolução Industrial, a aplicação dos gigantescos avanços tecnológicos provoca miséria e sofrimento humano. Mas a culpa não é do progresso científico e tecnológico. É do capitalismo. Que urge enterrar. Para bem da Humanidade.

■ Jorge Cadima



Totovoltas

Não estaria muita gente à espera de que a decisão governamental de entregar aos clubes as receitas do Totobola, num disfarçado perdão fiscal, viesse a abalar o País. E o País abalou não apenas ao nível a que o costuma ser – dentro das páginas dos jornais ou nos púlpitos político-partidários – mas ao nível da opinião pública ainda não inquinada pela propaganda. As pessoas não gostaram – ao que parece – da decisão governamental.

Entretanto, muitas vezes sem ponderação do problema, foram muitos os que se puseram em bicos dos pés a condenar o Governo. Cavaco Silva, por exemplo, diz-se que «chumbou» Guterres. Outros anunciaram a «demissão de Sousa Franco», notícia que ninguém confirmou, e tanto

mais estranha quanto o «Expresso» afirma que a decisão ocorreu durante uma reunião «a sós» entre Guterres e o ministro das Finanças. Os colaboradores próximos deste último de nada sabiam. Por outro lado, enquanto certa imprensa afirmava que Sousa Franco ignorava a medida tomada pelo Governo a que pertence, outra imprensa assegurava que o ministro estava a par de tudo. Os próximos dias talvez venham a revelar o que na realidade se passou. Mas o certo é que a questão fundamental – o processo que o Governo encontrou para, provavelmente, satisfazer compromissos pré-eleitorais com os clubes – vai estar arredada do que à volta do problema se foi tecendo, em jogos políticos tão pouco claros.

Serviço Militar Não Obrigatório

A posição daqueles que pretendem acabar com o Serviço Militar Obrigatório, transformando as Forças Armadas em corpos de mercenários, afastando a participação popular na defesa armada do País, tem vindo a ganhar a simpatia de muitas camadas da população, sobretudo entre os jovens. Não é de admirar, se pensarmos na História recente e na pouca vontade que a juventude portuguesa teve em dar o nome e o corpo para a guerra colonial,

em ir à tropa gastar quatro anos de vida. Essa memória, que certamente perdura nas famílias, somada às dificuldades que a juventude hoje encontra para lançar os primeiros passos no seu futuro – profissão, emprego, segurança – tem criado terreno favorável ao desmantelamento de umas Forças Armadas ligadas aos interesses do povo. Mas são os próprios militares de carreira que hoje levantam a voz contra a extinção do SMO e chamam a atenção para o facto

de que a profissionalização pode vir a abalar a «indispensável identificação do Exército com a sociedade». Foi agora o comandante interino da Brigada Ligeira de Intervenção, coronel Augusto Valente, quem assim advertiu, ao falar durante as comemorações do 4º aniversário daquela brigada, alertando para «a tendência para o isolamento» das FA's, que poderá vir a acentuar-se com o «crescimento da profissionalização».



O povo é sereno

O Presidente da República, entretanto, apela à serenidade quando certas vozes se indignam com os factos, com os anúncios e com as medidas do poder executivo. Depois de se manifestar a favor do fim do Serviço Militar Obrigatório, Jorge Sampaio optou por deitar água na fervura sobre as medidas do Governo e sobre as ameaças que a direita tem vindo a atear. Impávido diante da legislação sobre a flexi-

bilidade e a polivalência, simpático para com a Espanha que continua a desviar a água dos rios internacionais, sorridente para com o chanceler Kohl que veio verificar a «sua» empresa e passar em revista os «seus» trabalhadores – na Auto-Europa –, o PR parece ter-se emocionado com o caso do Totobola. Mas sempre foi dizendo que serenidade é o que é preciso. O povo é sereno.



Oposição frouxa

Depois da afirmação de Marcelo Rebelo de Sousa declarando que iria votar o Orçamento de Estado do PS para 1997 – sob o pretexto pouco realista de que Guterres se preparava para eleições antecipadas – o Governo passa a estar cada vez mais agradecido ao PSD e não apenas à oposição «construtiva» do PP de Monteiro. Com efeito, no frouxo comício de Gondomar, onde Valentim Loureiro fez grande berraria para

arrancar os presentes à frieza, o inefável Filipe Menezes anunciou ter aconselhado a direcção do PSD a «afrouxar» a oposição ao PS. Menezes dá mais do que Marcelo, e diz: «Queremos que os portugueses se fartem de socialismo por mais dez anos.»

Os portugueses, se o PS continuasse no governo com esta política, fartar-se-iam bem mais depressa. Não do socialismo, mas da falta dele.



Sondagens

As sondagens davam Peres a ganhar, e Peres perdeu a favor de Bibi, o novo chefe israelita no poder, que ganhou à custa da propaganda da intransigência contra a OLP e do racismo antiárabe. As sondagens davam Vaclav Havel a ganhar e Vaclav perdeu, a favor da esquerda, seja a esquerda, nesta caso, aquela possível na Checoslováquia. As sondagens davam conforto a Clinton, e Clinton já faz contas ao desespero e vê o caso malparado. As sondagens desfavoreciam Ieltsin e, num golpe de rins, Ieltsin vai à frente nessas contas antecipadas. As sondagens são o que são. A realidade, essa, constrói-se.

FRASES

“Quem for suficientemente idiota para comprar um carro desses e estacioná-lo em Lisboa, em Paris, em Sidney ou em Nova Iorque vai ficar automaticamente sem ele.”

(Ramos Horta, da Resistência Maubere, acerca do lançamento do carro indonésio “Timor”, citado em «Público», 04.06.96)

“Hoje a predominância da cultura industrializada americana está a esclerosar os espíritos, e cada país tem o dever, em relação à sua própria História e à sua própria cultura, de despertar as energias, os desejos bloqueados.”

(Jacques Lang, ex-ministro da Cultura francês - «Público», 04.06.96)

“(Quanto à marcha forçada para a Moeda Única) estamos a fazer o papel do sobrinho pobre em casa da tia rica, porque vamos para um clube em que temos de pagar uma altíssima jóia para lá entrar, mas depois não temos a fatiota para entrar no clube. Nem sequer para pagar a quota.”

(Carlos Carvalhas - «Semanário», 01.06.96)

“Se a sociedade tem dinheiro para criar seguros privados, então que se vá buscar esse dinheiro para financiar a segurança social do Estado.”

(idem)

“Nada pior para a legitimação da democracia do que as pessoas começarem a sentir-se sem o poder que o sistema é suposto conferir-lhes em proveito de toda a casta de interesses privados, muitos deles inconfessáveis.”

(Manuel Villaverde Cabral - «Diário de Notícias», 04.06.96)

“Se na próxima terça-feira o ministro das Finanças conseguir provar que não se trata de um perdão fiscal, eu garanto que o vou propor para o Prémio Nobel da Economia.”

(Manuela Ferreira Leite, na AR, citada em «Expresso», 01.06.96)

“O engenheiro Guterres tem feito todos os esforços para aplicar ao Governo a sua prática cristã. Transformou o diálogo numa bíblia e fez da concertação um catecismo.”

(Daniel Adrião - «Semanário», 01.06.96)

“E ainda mais lamentável é sermos nós a pagar pelos pecados dos outros.”

(António Guterres - «Jornal de Notícias», 03.06.96)

“Kohl “quer” Portugal Telecom”

(título - «Semanário», 01.06.96)

“Ai, que merda!”

(D. Duarte de Bragança em protesto contra as pétalas lançadas sobre o seu filho varão, citado em «Público», 03.06.96)



O baptizado

Há muito que um frenesim deste tipo não agitava os meandros da comunicação social portuguesa. Regadas as raízes da cultura-pimba que o cavaquismo tão bem semeou, é possível, no Portugal republicano, e

vinte e dois anos depois de Abril de 1974, fazer, de uma cerimónia familiar e religiosa em torno de uma criança inocente, um caso de vampirismo mediático. Vinte contos foi o que se pagou, em Braga, segundo o «Diário

de Notícias», para ver ao vivo o herdeiro do sr. Duarte e da D. Isabel a puxar o chapéu da mãe. Os telejornais esqueceram o País e correram à Sé. A Igreja participou, ao mais alto nível, na festarola. Não faltaram os

políticos – aqueles que como Marcelo Rebelo de Sousa pretendem ficar em todas, como os que, afastados da ribalta, não querem ficar de fora da oportunidade, como Ramalho Eanes. A República estremeceu.

Encontro Nacional do PCP

Texto: Henrique Custódio
Fotos: Jorge Caria

Os intelectuais, a sociedade e o Partido

No passado fim-de-semana, o PCP realizou em Lisboa, no hotel Altis, um Encontro Nacional designado «Os intelectuais e a sociedade / o Partido e os intelectuais», um tema «a que os comunistas, sem a pretensão de serem os detentores da verdade nem o propósito de apressarem conclusões, meteram (finalmente) ombros», conforme se lia no folheto que resumia a iniciativa. Este Encontro Nacional mobilizou mais de 500 participantes e, nos dois dias em que se realizou, foram debatidas questões tão importantes como o papel dos intelectuais na transformação do País, na sociedade portuguesa e no Partido, organizadas em três grandes painéis de discussão.

Os trabalhos deste Encontro Nacional do PCP decorreram em três painéis consecutivos, com os dois primeiros a realizar-se no sábado entre as 15 horas e as 23h e 30m e o terceiro no domingo de manhã.

A sessão de abertura, que antecedeu o primeiro painel, foi presidida por Helena Medida, tendo Carlos Brito proferido a respectiva intervenção, que condensamos nestas páginas. Integraram também a mesa e este painel Carlos Carvalhas,

Aurélio Santos, Carlos Fraião, Edgar Correia, Elvira Nereu, Jorge Sarabando, Manuel Gusmão, Maria do Céu Figueiredo, Valdemar Santos, José Barata Moura, Carlos Pimenta, João Arsénio Nunes, Rui Namorado Rosa e Sandra Monteiro (que foi a moderadora deste painel).

O segundo painel teve Isabel Garcês como moderadora, que estava acompanhada na mesa por Agostinho Santos Silva, Aurélio Santos, Francisco Silva, Helena Seródio, Manuel Gus-



Momento da intervenção de Carlos Carvalhas, no encerramento do Encontro

mão, Manuela Esteves e Paulo Sucena, enquanto o terceiro painel, no domingo, foi moderado por André Barata e contou com

as presenças, na mesa, de Eduardo Chitas, Filipe Diniz, Helena Medina, Jorge Sarabando e Manuela Vieira Silva.

Na sessão de encerramento tomaram assento todos os elementos que integraram a mesa de abertura e as mesas dos três

evolução social quantitativa e qualitativa; peso relativo dos intelectuais na composição de classe da sociedade portuguesa;



A boa disposição marcou frequentemente o Encontro de intelectuais do PCP



Houve um único momento em que se votou, por aclamação: no final da leitura da «Declaração». Houve uma entusiasmada unanimidade

Carlos Brito Uma aliança de base

Carlos Brito, que fez a intervenção de abertura do Encontro, começou por historiar as diferentes fases da sua preparação. Lembrou a Resolução do XIV Congresso que, pela primeira vez, se pronunciou sobre uma iniciativa de âmbito nacional com a temática «os intelectuais e a sociedade e o Partido e os intelectuais». Aludiu também ao processo de reuniões nacionais de membros dos sectores intelectuais do Partido que se iniciou em 1992. E salientou a seguir:

«O facto desta nossa reunião revestir o carácter de um Encontro Nacional do PCP não significa apenas que não é um encontro exclusivo de camaradas dos sectores intelectuais do Partido e que estão aqui presentes, como participantes, camaradas de outras organizações partidárias. Significa também um especial empenhamento do Partido nesta realização, que é testemunho da importância que o Partido confere ao trabalho com as camadas intelectuais.

«Esta importância relaciona-se naturalmente com o facto do PCP definir no seu Programa a aliança da classe operária com os intelectuais e outras camadas intermédias como uma das alianças básicas para a transformação democrática da sociedade portuguesa.

«Mas é também muito mais do que isso.

«Esta importância releva da recíproca solidariedade do movimento operário com os intelectuais revolucionários e da tendencial tomada de partido por parte destes ao lado do proletariado. No nosso caso, exprime a continuada e saliente militância de intelectuais, incluindo dos maiores vultos da cultura do país, nas fileiras do nosso Partido.

«Numa fase da nossa vida política em que as saídas dependem em grande medida do reforço do PCP, acima de tudo o seu reforço entre os trabalhadores de acordo com a sua natureza de classe e onde assenta as principais raízes, é uma tarefa complementar, e não contraditória com a essencial, que trabalhemos também para reforçar o Partido entre os intelectuais.

«O objectivo principal que nos colocámos foi o de melhorar o trabalho partidário em relação aos intelectuais e a participação dos intelectuais no trabalho partidário.

«Escolhemos para o atingir o caminho das três grandes linhas de reflexão que constituem os temas básicos dos painéis em que o Encontro se vai desenrolar: o papel dos intelectuais na transformação do país; o que representam os intelectuais hoje em Portugal; a situação do trabalho partidário com os intelectuais.»

painéis, tendo presidido Helena Medina. A Declaração, lida no final por Manuel Gusmão, foi aprovada por unanimidade e aclamação.

O primeiro painel tinha como lema «Os intelectuais na transformação do País», e abordava temas como a sociedade portuguesa - grandes questões e desafios no mundo de hoje; actualidade do projecto comunista - Programa e propostas do Partido; autonomia relativa do trabalho intelectual e o aprofundamento da democracia; contribuição dos intelectuais para a crítica e a transformação da realidade (várias frentes: política, social, ideológica, educativa, científica e tecnológica, cultural, económica, ecológica); teoria revolucionária e ciências sociais; as ideologias no mundo contemporâneo.

O segundo painel denominava-se «Os intelectuais na sociedade portuguesa» e nele tiveram lugar debates sobre: caracterização dos intelectuais;

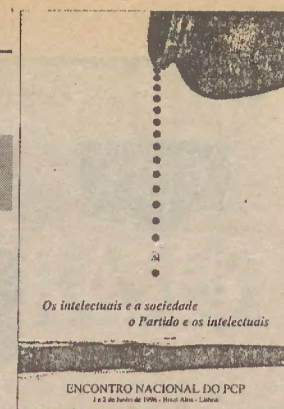
assalariamento e diferenciação interna da camada, principais pólos de concentração, importância numérica relativa das gerações mais jovens; formação inicial e contínua e emprego; intelectuais e influência social, principais áreas da sua intervenção, etc.

O terceiro subordinava-se ao tema «O Partido e os intelectuais» e tratou de: actualidade e sentido histórico da integração dos intelectuais no Partido da classe operária e de todos os trabalhadores; a aliança social básica entre a classe operária e os intelectuais, com destaque para as jovens gerações; conteúdo e estilo do trabalho, estruturação, funcionamento e vida política das organizações partidárias; principais linhas de intervenção política, social e cultural; necessidade e possibilidade de elevação do contributo específico e da participação dos intelectuais comunistas nas várias esferas do trabalho e da acção do Partido.

Os intelectuais, a sociedade e o Partido

Intervenção de Carlos Carvalhas

Um Encontro de reflexão



O Secretário-Geral do PCP, Carlos Carvalhas, encerrou o Encontro com uma intervenção onde verberou a política do Governo PS, afirmando a dado passo:

«(...) Hoje perante os factos são já muitos os que se começam a desiludir e a mostrarem a sua indignação por os seus votos estarem a ser usados para uma política que eles quiseram ver derrotada.

«De facto, o PS nas questões nucleares que determinam o presente e o futuro da vida dos trabalhadores e das populações mantém e prossegue uma política muito semelhante à do PSD.

Para mascarar a sua política e as suas responsabilidades o PS tem procurado:

«1º A **desculpabilização** – houve até quem dissesse que o que o PS precisava para fazer passar a sua política era de uma boa dose de desculpabilização – herança recebida, mundialização, União Europeia, dramatização da conjuntura, no estilo de fazer o mal e a carmunha.

«2º A **mistificação pelo diálogo**, que muitas vezes se fica pelas palavras, pelos actos teatrais e mediáticos, para camuflar decisões autoritárias ou decisões já previamente tomadas. Não foi o que se passou com a proposta de lei da flexibilização e da polivalência, ou com a posição do Ministério da Defesa, no recente debate sobre as Forças Armadas?

«3º A **sobrevalorização e generalização de medidas pontuais positivas ou de esquerda** – como a atribuição de uma pensão à viúva de Salgueiro Maia – para cobrir as negativas medidas de fundo.

«Mas apesar da diversão ideológica e destas tentativas de dissimulação da sua verdadeira política, cresce o número daqueles que se dão conta do que é que está em causa.

«Não fomos nós que na última Convenção do PS nos insurgimos contra as tentativas de privatização da segurança social, nem fomos nós que alertámos o Primeiro-Ministro para a «política neoliberal de fachada socialista». Nem fomos nós também que em reunião de Secretariado «mostrámos o cartão amarelo a Guterres», como titula hoje um matutino!

«O PS que não tenha ilusões. Ao prosseguir tal política chegaremos ao fim deste ano com mais desemprego, mais trabalhadores com vínculo precário e mais empresas em difícil situação económica e financeira. E também por isso poderá lá chegar com mais algumas baixas ministeriais... com ou sem Sousa Franco e outros!

«A nossa postura é a de procurar através da luta e através de propostas alternativas e medidas concretas confrontar o PS com tudo o que seja positivo para os trabalhadores e para o povo e de com firmeza combater tudo o que é negativo. Creio que estareis de acordo com a nossa posição. **Não somos nós que empurrámos o PS para a direita, pelo simples razão de que é ele que, tal como no passado, para lá vai pelos seus próprios pés.**»

Segue-se o resumo da importante intervenção do Secretário-Geral do PCP.

Intelectuais não são meros aliados

(...) O PCP define a aliança da classe operária com os intelectuais e outras camadas intermédias, como uma das alianças básicas para a transformação da sociedade portuguesa.

Para o PCP os intelectuais não são, no entanto, meros aliados. O PCP atribui um especial valor à intervenção dos intelectuais na luta pelo progresso e pela transformação social e aos numerosos intelectuais que acolhe nas suas fileiras, incluindo das mais destacadas figuras da nossa cultura.

E o Encontro Nacional, através de uma mais alargada e aprofundada reflexão sobre a situação, evolução, especificidade e problemas desta camada, seguramente que vai permitir um novo impulso na intervenção dos intelectuais comunistas e, em geral, em todo o trabalho partidário dirigido à intelectualidade.

Na frente social existem magníficas expressões de intervenção e de organização sindical e profissional em importantes sectores.

Não há também qualquer exagero na afirmação de que os intelectuais comunistas têm dado um valioso e continuado contributo para a autoconsciência, a auto-organização e a auto-afirmação social e política das principais profissões intelectuais.

Mas a importância que conferimos à sua intervenção e a

importância que damos a este nosso Encontro deve-se também ao facto de ele ter tido lugar numa conjuntura política nacional e internacional de grande complexidade e de grande ofensiva ideológica contra direitos e conquistas civilizacionais. O que exige do nosso Partido e de toda a intelectualidade progressista uma grande atenção, esforço e empenho na luta das ideias e no combate às mistificações e reacções que se exprimem nos mais diversos campos. (...)

A ortodoxia neoliberal e a sua propaganda

Os dogmas monetaristas e a ortodoxia neoliberal e a sua propaganda continuam a esconder os mecanismos que engendram a pobreza e a miséria vivendo paredes meias com a riqueza mais opulenta.



Silas Cerqueira e António Borges Coelho

Servindo os grandes interesses, o alto clero da religião neoliberal, solidamente ancorado nos seus dogmas, apesar de contrariado pela dura realidade continua a proclamar que não há alternativa, que não há outra saída. Mas há. Mesmo pontualmente é caso para nos interrogarmos por que não foi aceite a proposta do economista J. Tobin, apresentada pela ONU na Cimeira sobre desenvolvimento humano de se aplicar uma pequena percentagem sobre as transacções financeiras mundiais o que daria para cobrir as necessidades básicas das populações mais desmunidas em todo o Planeta.

O pensamento dominante é o da classe dominante, aquilo que já se chama de «pensamento único» ou de «pensamento único universal». Os catecismos e as fórmulas neoliberais são recitadas e retomadas pelos mais variados escribas – universidades e grandes meios de Comunicação Social – como se estivéssemos perante uma evidência, uma conclusão demonstrada, indiscutível, cristalina, enquanto a acumulação se processa e os povos se afundam na miséria. O conhecido Zbigniew Brzezinski já depois dos acontecimentos de Leste afirmou que a base do poderio americano se deve, em grande parte, ao seu domínio do mercado mundial das Comunicações (...). Acrescentando: «este cria uma cultura de massas que é uma força de imitação política!»

A **concentração da riqueza acentuou-se velozmente. A desregulamentação em grande escala permite aos fluxos de capitais deslocarem-se à velocidade da luz conseguindo fantásticos ganhos especulativos à custa dos povos. Foi a aceleração da chamada economia de casino.**

Mas hoje cresce também a consciência que por detrás do «tudo à liberalização e ao mercado» está o objectivo da hegemonia, da imposição da lei do mais forte, da submissão e aniquilação do mais fraco.

Confrontados com a recessão muitos são também os que hoje se

interrogam sobre os prometidos efeitos positivos desta política de adaptação à «economia global», quer nos países mais frágeis economicamente, quer nos países mais desenvolvidos.

Mas no quadro da crise vai aumentando também o caldo de cultura dos integristas, dos fundamentalismos e dos nacionalismos. A degradação da democracia política e a acentuação das desigualdades e das injustiças sociais e a angústia de uma existência precária alimenta todas as derivas irracionais, a que há que juntar nas grandes metrópoles um urbanismo cinzento e isolacionista, criando de facto verdadeiros ghettos, nomeadamente de imigrantes. As explosões de violência e a insegurança ligadas a estas questões alimentam depois as respostas racistas, xenófobas e de ultradireita.

No entanto continua a procurar-se fazer crer que a única saída está na política neoliberal, na desregulamentação e na idolatria da competição. (...)

A competitividade é assim difundida como a lei da selva, como estratégia militar, como ideologia de guerra.

Concorrência, lei do mais forte, competitividade.

Na «aldeia comum», na «casa comum», prosseguem as pilhagens, os sofrimentos, as vexações seculares, o rotativismo de ditaduras e a erosão das liberdades democráticas.

E tudo isto é acompanhado com a apologia dos «ajustamentos» ditados pelos países ricos, com o axioma tradicional: a ortodoxia monetária, vigiada pelo FMI, Banco Mundial,

Organização Mundial do Comércio, reflectindo e assegurando a estratégia e a hegemonia do capital transnacional.

A armadilha da mundialização

A armadilha da mundialização assentando em factos objectivos visa assim incutir aos povos duas grandes ideias: a primeira é que os Estados só podem resistir ao capital transnacional e à mundialização ou globalização através de instituições internacionais que como se sabe na actual correlação de forças são elas próprias dominadas pelo grande capital e pelas grandes potências, acelerando assim o desmantelamento de barreiras aduaneiras, fiscais, técnicas, políticas e a dominação global.

A segunda é que num mundo global, numa concorrência mundial só ganha quem dismantelar, flexibilizar, desregulamentar, ou seja, quem diminuir os custos do trabalho, os direitos, quem reduza e continue a reduzir os salários reais relativos, quem mais introduza a «lei da selva», a nova escravatura do trabalho para que no Planeta subsista o reino do capital, do imperialismo.

Mas a caminho do século XXI está o homem condenado a tal regressão? Será inevitável que milhões de seres humanos e até Continentes quase inteiros estejam condenados à miséria? Será este caminho uma fatalidade?

Também em relação à União Europeia querem-nos fazer crer que não há outro caminho senão os critérios de Maastricht e a moeda única, pois com ela poderemos partilhar o desenvolvimento económico da Alemanha e o poder monetário do Bundesbank. Mas também aqui, será fatal o aumento do desemprego? Serão fatais as tensões monetárias e a tirania dos mercados financeiros sobre os

Estados em nome da «globalização» da economia? Será fatal a construção europeia pelo patamar social mais baixo, pelo mínimo dos direitos sociais? Será fatal a moeda única e o pensamento da alta finança que nos quer fazer crer que a modernização passa pelo eufemismo da moderação salarial, pela liquidação de direitos, pela liquidação da segurança social ou do chamado «Estado providência»? (...)

Mas esta ofensiva tem encontrado e vai continuar a encontrar a resistência dos trabalhadores e dos povos e vai mostrando a falência das soluções e a quem servem.

Lembremos entre outros, o caso do México, que é paradigmático, pelos recentes acontecimentos, com a sua economia e moeda depois de ter sido considerada um caso exemplar pelo F.M.I. e depois pelo levantamento de Chiapas e pela sua evolução.

Lembremos as importantes lutas do fim do ano em França, a que não são estranhos a mundialização e o facto de 10% dos franceses serem detentores de



Pormenor da mesa que presidiu ao encerramento



Carlos Carvalhas e Urbano Tavares Rodrigues

50% do património da França! É uma mundialização contra o desenvolvimento humano.

As novas tecnologias que poderiam favorecer o desenvolvimento e a melhoria e o nível e qualidade de vida das populações servem de instrumento para a especulação e servem de vectores à guerra económica e financeira, nomeadamente, entre as multinacionais dos três grandes pólos mundiais.

Por isso, perante a complexidade dos problemas, as mistificações ideológicas e a ofensiva global contra os salários, os direitos dos trabalhadores e a segurança social, mais necessário se torna a troca de experiências, a reflexão comum e a realização de iniciativas e intervenções conjugadas ou coincidentes das forças comunistas e de esquerda, nomeadamente na União Europeia. Foi neste sentido que tomámos a iniciativa de Encontros para a reflexão comum dos principais seis partidos comunistas da Europa sobre temas específicos, tendo-se realizado a penúltima em Lisboa sobre questões sociais e a última na Grécia sobre as consequências de Maastricht.

Foi com este espírito que demos também a nossa contribuição e empenho ao Comício de Paris com representantes ao mais alto nível de forças comunistas, de esquerda e a presença de várias individualidades e é também com esse objectivo que estaremos no dia 8 de Junho, a convite de Júlio Anguita no Encontro de Madrid.

O capitalismo civilizado

Para as classes dominantes e os seus teorizadores a alternativa ao capitalismo é o capitalismo.

Um capitalismo bom, depurado das suas malfetorias!

Para estes, após a derrota do socialismo a Leste ficou provada a «morte» do comunismo.

Entrou-se na era em que o capitalismo quer estabelecer a sua hegemonia a todo o Planeta. Mas como as suas «taras», contradições e flagelos se mantêm e se aprofundam e são por de mais evidentes, os seus teóricos inventam como «alternativa» a abstracção de um capitalismo adjectivado de «civilizado», de «social»...

E há até quem o defina ou como um capitalismo «renano», ou como uma mistura de capitalismo alemão, japonês e sueco.

Uma espécie de salada abstracta, tirando partido de mitos, esquecendo-se das crises a que têm estado sujeitas essas economias e passando por cima da exploração, da troca desigual, da dominação e das práticas neocolonialistas, que são a moeda corrente nas relações internacionais. No quadro da luta ideológica o que se pretende, evidentemente, é semear a resignação, o fatalismo e a ideia de que há um capitalismo bom e que, a exploração do homem pelo homem, o desemprego e o trabalho sem direitos, pertencem à ordem natural das coisas.

E nesta linha teoriza-se também, que o trabalho estável e protegido terminou. Que um jovem de hoje não pode pensar numa carreira profissional mas que terá de se habituar a pensar que terá de mudar de emprego várias vezes na sua vida, a ter de trabalhar por vezes em *parte time*, isto é, habituar-se eventualmente, a ter trabalho, mas a não ter emprego!

E neste quadro de intensa luta ideológica a diversificada intervenção dos intelectuais progressistas ganha um papel da máxima importância. (...) A solução dos problemas não está no capitalismo, denomine-se ele de civilizado, social ou de economia de mercado. O capitalismo não mudou de natureza. A solução está na sua superação. Está no caminho do socialismo. E para trilhar este novo caminho é necessário aprofundar a democracia em todas as suas vertentes. Mas também não se percorre sem que se verifique a apropriação colectiva dos principais, sublinho principais meios de produção e de distribuição, isto é, das empresas básicas e estratégicas.

Essa apropriação só por si, não altera a sociedade. Mas sem esse passo qualquer socialismo, por mais bonitas que sejam as suas vestes retóricas, não deixará de ser uma ilusão na cabeça dos seus defensores sinceros e, no fundo, uma profunda mistificação. Sem essa condição necessária, mas não suficiente não haverá a materialização de uma sociedade de liberdade e de democracia política, económica, social e cultural em que o «livre desenvolvimento de cada um é condição de livre desenvolvimento de todos». O exorcismo do fantasma das nacionalizações foi sempre acompanhado de estratégias de abandono de toda a perspectiva de mudança da sociedade.

E esse pseudo «aggiornamento», esse «modernismo» não é mais do que a resignação e aceitação da perenidade do capitalismo.

Em 1959, os sociais democratas alemães no Congresso de Bad-Godesberg renunciaram a Marx, à luta de classes, às nacionalizações e adquiriram a respeitabilidade do grande capital e o estatuto de gestores aceitáveis do capitalismo. (...)

A Declaração final

No final dos trabalhos dos Encontro Nacional do PCP «Os intelectuais e a sociedade / o Partido e os intelectuais» Manuel Gusmão leu a «Declaração» do Encontro que, não sendo um documento de conclusões, sintetizou de algum modo o que se produziu nesta importante iniciativa do PCP. Sintetizamos os seus quatro pontos com algumas passagens significativas.

(...) Hoje, a evolução das sociedades gerou uma nova condição social dos intelectuais, marcada por determinados traços: um aumento numérico em termos absolutos e relativos dos intelectuais; a diversificação das suas profissões, uma tendência longa para o assalariamento crescente que, por vezes, se entrelaça com formas mistas de assalariamento e de trabalho por conta própria, individual ou em associação; a sua concentração em grandes pólos, empresas, instituições e sectores de actividade, fenómenos de integração colectiva da sua actividade, configurando formas de um «intelectual colectivo»; e, designadamente em Portugal, onde esta evolução é ainda recente, um peso relativamente grande de jovens no conjunto desta camada. Estes traços de crescimento são acompanhados por um processo de diferenciação interna, do ponto de vista de classe, quanto às condições de trabalho, ao estatuto remuneratório, e à distribuição desigual das funções de concepção, direcção e execução.

Assiste-se, assim, a um fenómeno de crescente proletarianização de parte significativa da intelectualidade.(...)

A condição intelectual na complexa situação actual

Entretanto, alguns dos traços desta nova condição social dos intelectuais, assim como outros fenómenos da situação contemporânea, comportam também obstáculos à concretização daquela aliança, que não deixa, contudo, de ser uma possibilidade inscrita no actual estado de coisas, e uma necessidade do movimento real da sua superação. (...)

Agravam-se as condições de trabalho de inúmeros trabalhadores intelectuais; há hoje, de forma mais nítida, problemas de emprego, desemprego e falta de emprego ou de saídas profissionais para os jovens licenciados e quadros.

Fruto da persistente orientação política neoliberal, que tende a desresponsabilizar o Estado das suas funções sociais e culturais, há um grande déficit de investimento nas áreas que se caracterizam, ao mesmo tempo,

por ocuparem muitos intelectuais entre os seus trabalhadores, e por corresponderem à satisfação de necessidades e direitos da população em geral.

Persiste uma prática governativa que, no mínimo, restringe fortemente o direito à participação das organizações de trabalhadores na definição das políticas para os seus sectores de actividade.(...)

A evolução recente do mundo contemporâneo gera em largos sectores uma compreensível perplexidade, ao mesmo tempo que suscita reservas e resistências que, sem se traduzirem ainda numa resposta política clara ou numa acção política convergente, são entretanto sintomas de uma mobilidade dos campos sociais em confronto e de possíveis mudanças, assim como constituem um terreno aberto à imprescindível intervenção dos comunistas.

O acantonamento em fortes especializações disciplinares pode constituir um factor das dificuldades de compreensão e da perplexidade referida. O intervalo entre as percepções parcelares tende por outro lado a ser ilusoriamente preenchido pelo peso crescente dos grandes aparelhos de comunicação e pela velocidade acrescida dos fluxos de informação. Acontece que os *media* audiovisuais, como a televisão, tendem a produzir «efeitos de mosaico», ao mesmo tempo que a falta aparente de conexão entre os acontecimentos é suprida pela produção explícita ou quase subliminar de uma ideologia dominante que aparece por vezes sob a forma de «um pensamento único». Um pensamento que visa, designadamente, a «imposição de consensos», sem efectiva negociação, e a «fabricação do consentimento» naquilo que tende a ser sempre apresentado como fatal ou inevitável; uma espécie de fim ou de paragem da história no quadro capitalista de organização social do viver. A imposição deste tipo de pensamento pode conjugar formas tradicionais de censura a partir de cima, de silenciamento premeditado, com formas de autocensura e de doutrinação difusa.

Acentuam-se formas de redução da esfera do político, que se traduzem na argumentação de que as grandes questões a decidir teriam a ver apenas com uma diferença de opções técnicas, tendo por base um suposto consenso político, e na «disputa do centro político e eleitoral» pelas várias formações políticas burguesas. Ao mesmo

tempo, a espectacularização da política conduz a uma sua aparente autonomização, em relação à sua dimensão de representação dos diferentes interesses sociais, o que só favorece a possibilidade da rotação dos executantes de uma mesma orientação dominante, a do grande capital nacional e transnacional. (...)

Uma tradição de esquerda, consequente e renovada

(...) A esquerda que representamos está sempre em construção, resulta de um processo de apropriação crítica do Iluminismo e dos ideais da Revolução Francesa, do assalto aos céus que foi a Comuna de Paris, da Revolução Socialista de Outubro, do projecto e do início da construção histórica de sociedades que visavam a abolição da exploração e a soberania popular. Resulta da experiência adquirida pelos trabalhadores e pelos povos, das suas conquistas, bem como dos seus erros e fracassos. Implica sempre a determinação e integração de novas necessidades, direitos e aspirações que vão historicamente surgindo.

A esquerda a que pertencemos, configurada pelo marxismo-leninismo e pelo projecto comunista, não tem de abrir mão dessas fontes, antes as projecta, na assumpção de um ponto de vista de classe, de um compromisso inalienável em favor dos explorados, dos oprimidos e humilhados, na ligação orgânica ao movimento operário, na unidade entre liberdade e igualdade, democracia e justiça.

O nosso é um projecto que não reduz a democracia à sua dimensão política, que defende a democracia representativa, mas não reduz a democracia política à representação. É um projecto de inteira e efectiva cidadania que compreende que a cidadania dos trabalhadores passa de forma indissolúvel pela sua cidadania enquanto trabalhadores, pelo reconhecimento jurídico e prático dos direitos do trabalho como direitos fundamentais. Que defende as conquistas sociais e culturais do movimento operário, revolucionário e democrático, enquanto aquisições que definem um patamar civilizacional, em relação ao qual uma eventual regressão nos aproximaria de novas formas de barbárie.(...)

O PCP, os intelectuais, e a transformação do mundo e da vida

(...) São muitas e diferenciadas as razões, os motivos e as referências sociais, políticas, ideológicas, intelectuais, éticas, efectivas e biográficas que permitem compreender a integração histórica persistente de intelectuais no PCP, no partido político da classe operária e de

todos os trabalhadores. Uma dessas razões vem de que os intelectuais comunistas estabelecem uma relação de convergência entre a dimensão tendencialmente crítica e criadora do seu trabalho e o projecto comunista de revolucionamento do mundo e da vida. Os intelectuais comunistas descortinam o vínculo entre a sua emancipação, a emancipação do trabalho intelectual, e a emancipação geral dos trabalhadores e dos povos.(...)

Para a melhoria das condições de trabalho dos intelectuais portugueses, para a protecção da autonomia relativa do seu trabalho, é necessário o reforço do PCP. Para a elevação da sua participação na tomada das decisões políticas, e da eficácia social do seu trabalho é necessário o reforço do PCP, o reforço do diálogo e da acção do PCP com os intelectuais, da intervenção e influência do PCP na intelectualidade.

O reforço da presença do PCP entre os intelectuais em geral não é alternativo ao seu reforço entre a classe operária e entre todos os outros trabalhadores, não é alternativo à manutenção da sua identidade de raízes operárias. Antes pelo contrário, o aumento da sua capacidade de diálogo e de influência entre os intelectuais é indissolúvel do aumento da sua influência na classe operária, e entre todos os outros trabalhadores, é indissociável do aumento da sua influência política nacional.

Para que este aumento seja possível, o PCP, cuja identidade histórica, sociopolítica e cultural, passa justamente também pela integração de intelectuais, precisa da elevação do contributo dos seus intelectuais, enquanto intelectuais, para a construção colectiva das suas respostas aos problemas do país, para a configuração do seu projecto de esquerda e de alternativa democrática e revolucionária.(...)

Não somos um partido de propagandistas ou de pregadores, somos um Partido que organiza e ajuda a organizar, um Partido que trabalha, que luta e projecta uma sociedade mais livre, mais justa e mais fraterna, o socialismo. Um Partido que transporta consigo um inquebrantável e renovado compromisso de luta por grandes causas, que vêm de muito longe na história, que se reconfiguram e confluem com novas aspirações. (...)



Seminário Nacional sobre Turismo

Valorizar recursos das regiões

Promovido pela Comissão Nacional junto do Comité Central para o Turismo, realiza-se no próximo dia 16 de Junho, em Lisboa, um Seminário Nacional do PCP «Para uma Política de Turismo». Os trabalhos do Seminário, a decorrer no Teatro Taborda, terão início às 10.00 horas e poderão ser acompanhados ao longo do dia por quantos se interessem por esta problemática.

Este seminário visa não só a realização de um amplo debate interno no Partido como a recolha de opiniões de pessoas ligadas à actividade turística que queiram contribuir, em colaboração com o PCP, para a definição de uma política que tenha em conta a crescente importância deste sector na economia do País, disse ao «Avante!» a Comissão Nacional para o Turismo, antes de entrar para uma reunião onde um dos temas a discutir seria, naturalmente, o próximo seminário.

Constituída por Carlos Boto, Armindo Pinhão, Figueira Mendes, João Andrade Santos e Joaquim Felgueiras, respectivamente membros dos Executivos das Regiões de Turismo

do Algarve, da Costa Azul, de Évora e da Planície Dourada (Beja) e, ainda, Vítor Costa, vereador da Câmara Municipal de Lisboa, Pedro Silva, do Executivo do GICOL, Joaquim Pires, da Federação dos Sindicatos da Hotelaria, Antonieta Furtado, economista, e Carlos Luís Figueira, da Comissão Política do Comité Central, a Comissão Nacional «levantou um pouco o véu» sobre os temas do Seminário.

No convite já enviado a militantes e amigos do PCP - disseram-nos -, apontam-se algumas questões que deverão merecer entretanto a reflexão dos eventuais participantes, com vista ao enriquecimento da discussão a fazer no decurso do Seminário. «Que tipo de

turismo interessa e quais as principais linhas de expansão da oferta»; «Instrumentos financeiros de apoio e fiscalidades»; «Problemas sociais - direitos dos trabalhadores, formação profissional»; «Articulação entre realidades nacionais e regionais no plano da actividade turística»; «Promoção e animação turística», são algumas dessas questões.

O turismo merece mais atenção

O que se tem podido constatar em relação à actuação deste Governo - dizem-nos - é a desvalorização que está a ser feita de uma actividade com um peso cada vez maior na economia nacional. Basta tão-só olhar para a fusão do sector do Turismo numa Secretaria de Estado do Comércio e Turismo, para se verificar que, além de ignorar uma reivindicação antiga do sector - a criação de um Ministério do Turismo - o Governo dá clara prioridade à



O turismo tem cada vez mais peso na economia nacional, diz a Comissão junto do Comité Central

actividade comercial. A verdade é que o Turismo não merece da parte do Governo a atenção correspondente à sua importância em termos económicos e sociais. O próprio secretário de Estado não tutela a promoção turística, uma das vertentes mais importantes do Turismo.

Esta medida de fusão causou, aliás, forte polémica e mereceu o repúdio público e imediato da Federação da Hotelaria, que a considera inadmissível para um sector em crescimento, que emprega 250 mil trabalhadores e representa 8% do PIB.

Sublinhando que cada vez mais são ignorados os problemas dos trabalhadores e atendidos os interesses dos empresários, na conversa apontou-se o exemplo do Algarve, onde a actividade hoteleira cresce mas não é acompanhada pela redução do desemprego. Pelo contrário, o desemprego continua

a crescer e a tendência será a da sua acentuação, devido à consagração da polivalência na lei, medida que vai ser particularmente sentida neste sector.

Diversificar a «oferta de produtos»

A sazonalidade é um outro grave problema a afectar esta actividade. Não estão, no entanto, a ser tomadas medidas no sentido de o resolver ou, pelo menos, de o minorar.

A aposta turística continua a ser «sol e praia». Não há qualquer política no sentido de valorizar as regiões de forma a diversificar a «oferta» e a captar outros «clientes». A questão da animação é quase ignorada. Ora a solução do problema da sazonalidade passa fundamentalmente pelo desenvolvimento regional. Mas a actividade turística continua concen-

trada em muito poucas regiões e a não oferecer a necessária diversificação de «produtos». É urgente ligar o turismo à cultura, ao património, ao ambiente. Ou seja, criar alternativas ao turismo tradicional. O «turismo de negócios» ou «de congressos» deverá ser incentivado. Se, por exemplo, hoje se quisesse realizar em algumas regiões um congresso para 1000 pessoas não haveria, na maioria delas, infra-estruturas que o suportassem.

Outra questão que tem que ser vista é a da formação profissional. O que se verifica é que os trabalhadores com formação profissional vão para o desemprego, dando-se preferência a pessoas sem qualificação, com recibos verdes e contratos a prazo que, para além de receberem salários irrisórios, ficam à mercê das arbitrariedades da entidade patronal. Isto, para não falar na qualidade de prestação de serviços que sendo necessariamente inferior prejudica a imagem das regiões e do País.

Financiamentos correctos e adequados, organização administrativa, regionalização, são medidas que ajudariam certamente a corrigir fragilidades e deficiências e a valorizar e desenvolver uma actividade que num futuro próximo irá ver aumentar grandemente o peso que já hoje tem na economia nacional.

Conferência sobre Trás-os-Montes e Alto Douro

Espaço aberto de reflexão

Conforme foi noticiado no «Avante!» de 23 de Maio último, realiza-se no próximo dia 16 de Junho, com início às 10.00 horas, na Escola Secundária de Mirandela, a 2ª Conferência Democrática sobre Trás-os-Montes e Alto Douro, que contará com a participação do secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas.

A abertura e encerramento da Conferência far-se-ão em plenário, funcionando os trabalhos, ao longo do dia, divididos por três secções: Desenvolvimento Económico; Educação e Ensino, Saúde e Segurança Social; Identidade Cultural e Regionalização.

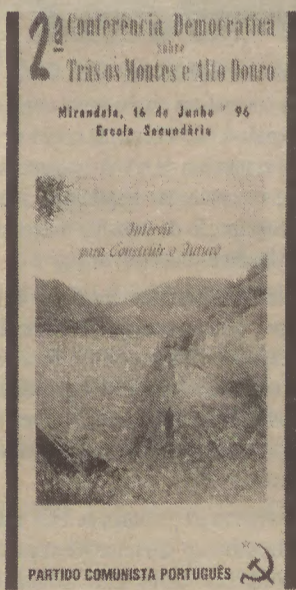
Numa conferência de

imprensa, do passado dia 24 de Maio, as Direcções de Organização Regional de Bragança e

Vila Real destacaram, entre os grandes objectivos desta 2ª Conferência Democrática, o de «criar um espaço onde participem, com a sua intervenção e as suas propostas, não só os militantes e simpatizantes do PCP mas também personalidades independentes e as organizações económicas, sociais e culturais da região».

Entretanto, a Comissão Organizadora da Conferência considera de especial interesse a participação dos transmontanos que embora vivendo fora da Região se interessam pelo seu desenvolvimento e pelo seu futuro. Apela, assim, à sua participação e contam com o seu contributo nesta importante iniciativa, que visa analisar as transformações operadas na região e encontrar as soluções adequadas aos desafios que se colocam aos trabalhadores e às populações de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Para participar, os interessados devem contactar pessoal ou telefonicamente as Organizações de Bragança e Vila Real [(073) 23365 - Bragança - ou (059) 323796 - Vila Real] até 12 de Junho e fornecer os seus dados.



CAMARADAS FALECIDOS

José Amâncio Sousa

Faleceu, no passado dia 24 de Maio, José Amâncio Sousa, que contava 59 anos de idade. Natural da Sê, no concelho de Faro, era maquinista naval e estava organizado na Freguesia da Parede.

António Nogueira Mendonça

Vítima de prolongada doença, faleceu, no passado dia 26 de Maio, António Nogueira Mendonça, com 52 anos de idade. Era maquinista ferroviário e militava na Freguesia de Recarei.

Mário Jesus Fernandes

Faleceu Mário Jesus Fernandes, que foi membro muito activo do Partido na freguesia de Vila Franca de Xira, prestando durante anos grande colaboração no centro de trabalho.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

Campanha de adesões

Uma tarefa essencial

A campanha de recrutamento está em curso em todo o país e sempre que a sua importância é compreendida pelos militantes os resultados surgem e revelam-se extremamente positivos.

Foi o que aconteceu na Freguesia de Sarilhos Pequenos, no concelho da Moita. No primeiro trimestre deste ano praticamente não houve recrutamento, mas após a discussão dos objectivos da campanha a situação alterou-se radicalmente. Num mês apenas a organização de freguesia cumpriu a meta que lhe tinha sido atribuída até final do ano.

Outro caso, igualmente no concelho da Moita, passou-se num empresa têxtil. Durante o trabalho de reorganização da respectiva célula, foi realizada uma reunião alargada a outros trabalhadores, onde foi discutido o recrutamento de novos militantes. Dos quatro convidados, três preencheram a ficha de inscrição, estando neste momento integrados no trabalho e nas tarefas da célula, o que veio reforçar a organização e abrir novas perspectivas para a actividade.

São dois exemplos do concelho da Moita que mostram bem a receptividade para aderir ao PCP. Contudo, segundo afirma a concelha, «alguns camaradas defendem que deve-se primeiro organizar os que estão inscritos e só depois então pensar no recrutamento. Se é verdade que a organização dos camaradas inscritos há vários anos deve merecer a nossa atenção não é menos verdade que os novos recrutamentos, quando devidamente integra-

dos, ajudam a resolver muitos destes casos trazendo consigo nova vida e interesse às iniciativas do Partido».

Portel

Também do concelho de Portel nos chega outra experiência de recrutamento bem sucedida. Segundo contou ao «Avante!» António Foito, membro da DOREV, a organização de freguesia de Santana quase não tinha actividade. Depois de uma conversa com Joaquina Fernandes, padeira, realizou-se uma reunião com 20 camaradas. Falaram da organização, das quotas, da actualização de ficheiros e do recrutamento.

Uma semana depois já 20 fichas de inscrição estavam preenchidas, a maioria das quais por mulheres, enquanto cinco jovens aderiram à JCP. Tudo isto se passou no início do ano e desde então já foram entregues os cartões de militante e a actividade prossegue a bom ritmo.

Hoje o centro de trabalho concelhio é dinamizado pelos jovens, e a organização já adquiriu um novo espaço onde pensa inaugurar até ao final do ano as novas instalações.

A Comissão Concelhia de Portel, eleita no ano passado, é integrada por sete jovens, o que mostra bem a importância da juventude no trabalho partidário. Assinale-se ainda que nos últimos meses a JCP recrutou mais 50 membros no concelho.

TRABALHADORES



8º Congresso
CGTP
INTERSINDICAL NACIONAL

Congresso da CGTP reafirma princípios, força e empenhamento Ao trabalho, pelos direitos!

O 8º Congresso da CGTP - que decorreu sexta-feira e sábado em Lisboa, sob o lema «Trabalho com direitos para todos» - fez um levantamento exaustivo dos problemas mais sentidos no mundo laboral, apontou causas e responsabilidades, exigiu mudanças e soluções, aprovou medidas. No final, a palavra de ordem conscientemente assumida passou a ser a concretização das decisões do congresso: ao trabalho, pelo emprego, pelos salários, pelos direitos!

Os 836 delegados de 201 organizações (sindicatos filiados e não filiados, federações sectoriais e uniões distritais, Interjovem e Inter-reformados) analisaram, modificaram e aprovaram o Relatório de Actividades referente ao período decorrido desde Março de 1993 (7º Congresso), várias alterações aos Estatutos da CGTP e o Programa de Acção para o triénio até 1999.

Entre outras moções e resoluções, foram também aprovados documentos contendo parâmetros para a reforma da Segurança Social e reivindicações para uma nova política económica criadora de emprego.

O congresso elegeu o Conselho Nacional da CGTP, aprovando claramente a lista única apresentada pela direcção cessante.

Defender o emprego

Na intervenção de abertura, Carvalho da Silva dedicou particular atenção aos problemas do emprego, cuja evolução nestes três anos considerou «catastrófica». O agravamento do desemprego, que subiu 74 por cento entre 1992 e 1995, «foi utilizado como pretexto para precarizar ainda mais o trabalho, para impor a moderação salarial e também para tentar justificar a

diminuição dos custos indirectos com o trabalho», referiu o coordenador da CGTP.

Como causas do «clima de grande conflitualidade social» vivido desde 1993, apontou a política económica e social do Governo PSD/Cavaco Silva e também a «irresponsabilidade» de um patronato que «não investe nas empresas», «foge ao pagamento dos impostos, recorre às facturas falsas, acumula dívidas à Segurança Social, retém em seu proveito os salários devidos aos trabalhadores, pedincha apoios e subsídios a torto e a direito».

Fortes críticas mereceu, de Carvalho da Silva como de muitos outros oradores, a proposta de lei sobre flexibilidade de horários e polivalência de funções, considerada uma aberração jurídica e um grave retrocesso social, que veio defraudar as legítimas expectativas dos trabalhadores sobre a justa redução do horário de trabalho e que atenta contra a liberdade sindical e o direito da contratação colectiva.

Para a CGTP, tal proposta de lei «não pode ser aplicada como se encontra formulada», pelo

que, «com determinação, vamos continuar a esclarecer e a lutar nas empresas exigindo o cumprimento dos contratos colectivos e vamos lutar para que os novos conteúdos da negociação colectiva futura salvaguardem os direitos essenciais e a dignidade de quem trabalha».

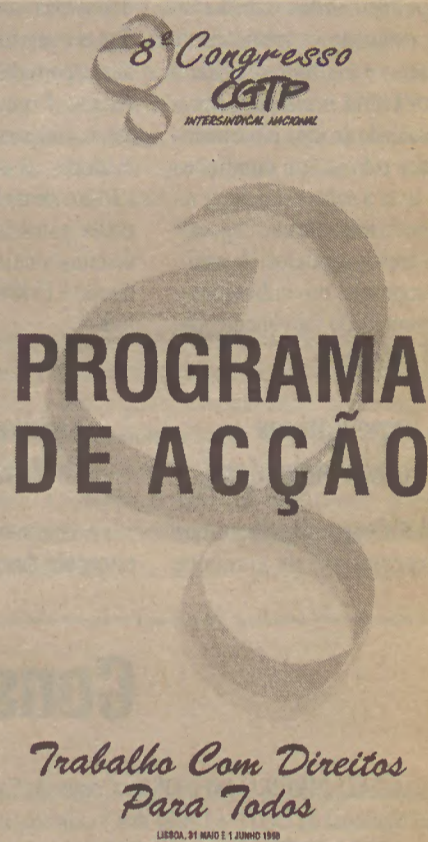
O Governo PS/António Guterres foi severamente criticado por ter dado agora ao patronato aquilo que este não havia conseguido nos tempos da maioria laranja e por «continuar a mesma política macroeconómica, condicionada pelos critérios de convergência nominal».

Convidados

Quando Carvalho da Silva começou a abordar estas matérias, já Jorge Coelho tinha abandonado o camarote dos representantes do Governo. O ministro não ouviu, também, a afirmação de que «um dos caminhos mais seguros para a defesa do emprego é a afirmação da dignificação do trabalho e do trabalhador» e que «contrariamente àquilo que alguns querem fazer crer, os direitos dos trabalhadores não são um luxo que se possa dis-

pensar, a pretexto dos problemas das empresas e da sociedade».

Seguiram atentamente os trabalhos do congresso, particularmente na abertura e no encerramento, outros convidados nacionais, representantes dos órgãos de soberania e de partidos políticos, de organizações sociais e profissionais, de autarquias locais, bem como diversas personalidades. Estiveram ainda representadas no 8º Congresso da CGTP três dezenas de organizações sindicais internacionais (CES, CMT e FSM) e de vários países.



Ao congresso foram transmitidas, entre outras, mensagens do Presidente da República, de Mário Soares e de Álvaro Cunhal (esta especialmente aplaudida pelos delegados).

■ DM

Propostas para uma discussão profunda, reflectida e séria

O congresso sublinhou, em vários momentos, a afirmação de que o processo de concertação estratégica pretendido pelo Governo está, à partida, envenenado pelos resultados do acordo de curto prazo, onde o patronato conseguiu objectivos estratégicos que há muito procurava, com a decisão de impor por lei a flexibilidade e a polivalência. José Ernesto Cartaxo acusou o Governo e a maioria parlamentar de, «ao rejeitarem liminarmente todas as propostas da CGTP-IN, ao silenciarem e secundarizarem o resultado da maior participação das organizações de trabalhadores na elaboração de legislação do trabalho até hoje realizada», mostrarem não pretender «concertação e muito menos negociação», pois impuseram «uma solução acordada com o patronato antes e fora da Concertação».

Ao mesmo tempo que vai, nas empresas e sectores, «desenvolver a luta pelo exercício do direito de contratação colectiva, a luta contra a aplicação arbitrária da flexibilidade e da polivalência, a luta pela redução do horário de trabalho», a central estará na Concertação Social «numa posição séria de diálogo e negociação».

Cartaxo adiantou algumas ideias em relação a este processo, alertando que o Governo «vai fazer todos os esforços para envolver os parceiros sociais na co-responsabilização de estratégias e orientações por si já determinadas e decididas» e que, «reconhe-

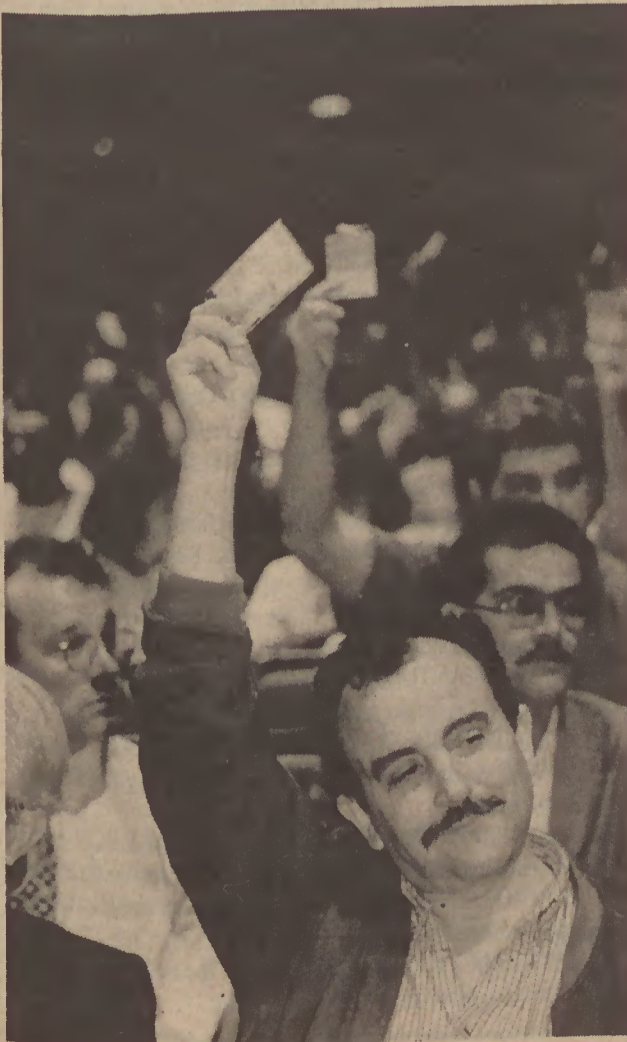
cendo embora as consequências negativas da política macroeconómica seguida nos últimos anos, não retira dessa constatação as ilações que se impunham».

No documento já apresentado pelo Governo, «não são credíveis nem claras as medidas de modernização da sociedade e da economia», mas «são preocupantes as orientações em relação ao emprego, aos salários e aos direitos».

A prática da Concertação Social no nosso país foi igualmente criticada por Carvalho da Silva, que contrapôs: «O diálogo e a concertação são importantes, mas têm que ser profundos, reflectidos e sérios, e não podem ficar pela sua expressão formal e mediática.»

A estes processos a CGTP entende necessário «dar conteúdos concretos e sérios e adoptar uma nova forma de negociação, que se pautem pela isenção, responsabilização de todos os intervenientes e pela igualdade de tratamento dos interesses em presença».

Para a negociação com o Governo e as associações patronais a central leva propostas concretas para defender e criar emprego, através de outra política económica, e para a reforma da Segurança Social, a revisão do sistema fiscal, o ensino e a saúde - contidas nomeadamente em duas resoluções aprovadas sem votos contra no congresso do Coliseu dos Recreios.



TRABALHADORES



Grandes linhas para a acção sindical

Sintetizando as ideias fundamentais defendidas no Congresso, foi aprovada, com apenas uma abstenção e sem votos contra, uma resolução sobre «a acção da CGTP-IN no actual contexto político-sindical».

O documento começa por constatar que este congresso realizou-se «numa nova situação política, decorrente do resultado das eleições legislativas e presidenciais», depois de ter sido «posto fim ao longo período dos governos do PSD, caracterizado pela confrontação social e por uma grande ofensiva contra os direitos dos trabalhadores».

«Abriram-se perspectivas favoráveis para o desenvolvimento do País e para a resolução dos problemas dos trabalhadores», enquanto «a gravidade da situação económica herdada torna ainda mais urgente a necessidade de uma nova política, que o País tem condições para levar a cabo» - refere-se no parágrafo introdutório. Seguem-se 6 breves capítulos, de análise, propostas, reivindicações e intervenção do movimento sindical unitário.

1 - Expectativas comprometidas

«O 8º Congresso constata que as expectativas de mudança

estão a ser comprometidas. Porque a política económica continua a ser ditada pela submissão aos critérios de Maastricht. Porque, no plano político, se manifesta uma inaceitável submissão ao poder económico e se expressam sintomas de intolerância, no que concerne ao exercício da democracia. Porque, no plano social, as necessárias e prometidas alterações na segurança social, no sistema fiscal, na educação e na saúde tardam e medidas avulsas estão a ser orientadas no sentido de uma maior desresponsabilização social do Estado. Porque, nas questões essenciais para a vida dos trabalhadores, as decisões tomadas vão no sentido de reforçar o poder patronal e de limitar os direitos sindicais, incluindo o direito à livre negociação colectiva.»

2 - Agravamento do desemprego

«A continuidade nas opções essenciais das políticas macroe-

conómicas está a traduzir-se no agravamento da situação do aparelho produtivo nacional, com o encerramento de empresas e o aumento de falências e de empresas em crise.

Muitos empresários e as principais organizações patronais não assumem a reestruturação das empresas e a sua dinamização, limitando-se a reclamar do Estado apoios financeiros e benefícios fiscais e a intensificar a exploração dos trabalhadores.

O desemprego não deixa de crescer, abrangendo já meio milhão de pessoas, e o próprio Governo admite que continuará a aumentar, o que tem como consequências o agravamento das desigualdades, da pobreza e da exclusão social.»

3 - Flexibilidade e polivalência

«Ao impor por lei geral a flexibilidade dos horários e a polivalência das funções profissionais, fez-se "tábua rasa" da contratação colectiva, retirou-se espaço à negociação futura sobre estas matérias e não se assegura o reforço da actividade sindical na empresa. Aquela lei corresponde, no essencial, às

pretensões patronais, aumenta o seu poder nas empresas e representa um grave retrocesso no plano social.

É uma lei que enfraquece a posição dos trabalhadores na relação de trabalho e que atinge o movimento sindical naquilo que é uma das principais razões da sua existência - a defesa dos interesses colectivos dos trabalhadores.

O Congresso reafirma a determinação do movimento sindical em tudo fazer para impedir a aplicação da lei, em não baixar os braços e em continuar a bater-se pelo cumprimento dos contratos colectivos e a lutar para que os novos conteúdos da negociação colectiva futura salvaguardem os direitos essenciais e a dignidade de quem trabalha.»

4 - Concertação estratégica

«Apesar de constatar que a concertação estratégica parte envenenada, porque ao patronato já foi oferecida a imposição, por lei, da flexibilidade e da polivalência, o Congresso assume conteúdos concretos e sérios para apresentar ao Governo e aos parceiros sociais.



Conselho Nacional da CGTP-IN (mandato 1996-1999)

ADÃO RIBEIRO MENDES - Comissão Executiva do Conselho Nacional da CGTP e União dos Sindicatos de Braga

ADELINO TEIXEIRA DE CARVALHO - Comissão Executiva do CN e Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas e Metalomecânicas do Distrito do Porto

ALBANO DA SILVA RIBEIRO - Sind. dos Trab. das Ind. da Construção, Madeiras, Mármore e Pedreiras dos Distritos do Porto e Aveiro

ALBERTO TEIXEIRA GOMES COSTA - CN e Sind. dos Trab. do Comércio, Escritórios e Serviços do Distrito de Lisboa

ALFREDO LOURENÇO PINTO - CN e Sind. dos Trab. da Ind. de Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Centro

ALINA MARIA DE SOUSA - CN e Sind. dos Enfermeiros Portugueses (Viseu)

AMÁVEL JOSÉ ALVES - Comissão Executiva do CN e Federação dos Sind. de Transportes Rodoviários e Urbanos

AMÉRICO NUNES - Comissão Executiva do CN

ANA MARIA OLIVEIRA MESQUITA - CN e União dos Sindicatos do Porto

ANTÓNIO AMÉRICO DA SILVA LEAL - CN e Fed. dos Sind. dos Trab. Ferroviários Portugueses

ANTÓNIO FERNANDO MORAIS DE CARVALHO - Conselho Nacional

ANTÓNIO LOPES MARQUES - CN e Sind. Nac. dos Trab. da Administração Local (Leiria)

ANTÓNIO JOSÉ DOS SANTOS CARDOSO MACEDO - Sind. dos Trab. da Pesca do Norte

ANTÓNIO MARIA QUINTAS - Conselho Nacional

ANTÓNIO MOREIRA COSTA ALBUQUERQUE - CN e União dos Sindicatos de Coimbra

ANTÓNIO NUNO OLIVEIRA SERRA - CN e Sindicato Nacional dos Trabalhadores e Técnicos da Agricultura, Florestas e Pecuária

ARMANDO ANTÓNIO SILVA BASTOS LACERDA - CN e Sind. dos Trab. da Função Pública do Sul e Açores (Évora)

ARMANDO AUGUSTO BRANQUINHO PINTO - CN, União dos Sindicatos de Vila Real e Sind. dos Ferroviários do Norte

ARMANDO DA COSTA FARIAS - Fed. dos Sind. da Química, Farmacêutica, Petróleo e Gás

ARMÉNIO HORÁCIO ALVES CARLOS - União dos Sindicatos de Lisboa

ARMINDO AMARO DE CARVALHO - CN e Sind. dos Trab. das Ind. de Alimentação do Norte

AUGUSTO FRANCISCO RABOTIM PASCOAL - Sind. dos Professores da Grande Lisboa

CARLOS ALVES - Sind. Nac. dos Trab. dos Correios e Telecomunicações (Vila Real)

CARLOS ANTÓNIO DE CARVALHO - Conselho Nacional

CARLOS ANTÓNIO GOMES MAMEDE - Comissão Executiva do CN e Fed. dos Sind. da Função Pública

CARLOS MANUEL ALVES TRINDADE - Comissão Executiva do CN e Sind. dos Trab. de Serviços de Portaria, Vigilância, Limpeza, Domésticas e Prof. Similares

CELESTE FONSECA LAMEIRA - Sind. dos Operários da Ind. do Calçado, Malas e Afins dos Distritos de Aveiro e Coimbra

CELESTINO SILVA GONÇALVES - Sind. dos Trab. das Ind. Metalúrgicas e Metalomecânicas do Distrito de Braga

CÉLIA MARIA PORTELA DA SILVA - CN, Interjovem e Sind. dos Trab. do Comércio, Escritórios e Serviços do Distrito de Lisboa

DELFINO TAVARES MENDES - CN e Fed. dos Sind. da Química, Farmacêutica, Petróleo e Gás

DEOLINDA RIBEIRO - Interjovem e Sind. dos Trab. das Ind. Eléctricas do Norte

DIAMANTINO DA SILVA ELIAS - CN e Sind. Nac. dos Prof. de Farmácia e Paramédicos

DIOGO JÚLIO CLETO SERRA - CN e União dos Sindicatos de Portalegre

EDUARDO MANUEL NOGUEIRA CHAGAS - CN e Sind. dos Capitães, Of. Pilotos, Comissários e Radiotécnicos da Marinha Mercante

EDUARDO TRAVASSOS PEREIRA - CN e Sind. dos Trab. de Transportes Rodoviários do Sul

ELVINO MANUEL VALENTE - Sind. dos Transportes Rodoviários do Distrito de Faro

ERNESTO RIBEIRO DA SILVA - Sind. dos Trab. da Aviação e Aeroportos (Porto)

FERNANDO ANTÓNIO GONÇALVES DA SILVA - CN e União dos Sindicatos de Viana do Castelo

FERNANDO JOSÉ CARREIRA PAULINO - STALJovem

FLORIVAL ROSA LANÇA - Comissão Executiva do CN

FRANCISCO HERMÍNIO MENESES BRANCO - União dos Sindicatos de Angra do Heroísmo e Sind. dos Enfermeiros Portugueses

FRANCISCO JOSÉ SANTOS BRAZ - CN e Sind. Nac. dos Trab. da Administração Local

FRANCISCO MANUEL R. MOREIRA - Sind. Nac. dos Trab. da Administração Local

FRANCISCO MANUEL SILVA VIEIRA - CN e Sind. Têxtil do Minho e Trás-os-Montes

FRANCISCO MARTINS CAVACO - CN e Sind. dos Trab. das Ind. de Alimentação do Sul e Tabacos

GONÇALO MANUEL COSTA DUARTE - Sind. dos Trab. das Ind. Químicas, Petróleo e Gás do Norte

GUIDA MARIA VIEIRA MARTINS - CN e Sind. Livre dos Trab. de Bordados, Tapeçarias, Têxteis e Artesanato da RA da Madeira

JERÓNIMO FERNANDO DA SILVA RODRIGUES - Comissão Executiva do CN

JOÃO ANTÓNIO TORRINHAS PAULO - Comissão Executiva do CN e Fed. dos Sind. da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal

JOÃO FERNANDO FERNANDES LOURENÇO - CN e Sind. dos Trab. das Ind. Metalúrgicas e Metalomecânicas do Sul

JOÃO FERNANDO FREITAS TORRES - CN e Sind. dos Trab. das Ind. Eléctricas do Norte

JOÃO REGANHA TORRADO - CN e União dos Sindicatos de Lisboa

JOÃO DA SILVA - CN e Sind. dos Trab. da Ind. Metalúrgica e Metalomecânica do Distrito de Lisboa

JOÃO SAIANDA ABREU - União dos Sindicatos do Algarve e Sind. dos Trab. da Ind. de Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Algarve

JOAQUIM ALMEIDA DA SILVA - Comissão Executiva do CN e União dos Sindicatos de Aveiro

JOAQUIM ANTUNES MARCOS - CN e Sind. dos Trab. de Transportes Rodoviários e Urbanos do Centro

JOAQUIM FILIPE COELHAS DIONÍSIO - Conselho Nacional

JOAQUIM GIL SOUSA PILÓ - CN e Sind. Livre dos Pescadores e Prof. Afins

JOAQUIM PÓLVORA GARCIA LABAREDES - CN e Sind. dos Trab. do Comércio, Escritórios e Serviços do Distrito de Lisboa

JORGE MÁNUEL SILVA PINTO - CN e Sind. dos Escritórios e Serviços do Norte

JOSÉ ALBERTO VALÉRIO DINIS - CN e Fed. Nac. dos Sind. da Construção, Madeiras e Mármore



TRABALHADORES

Novidades discretas

Direcção e dirigentes

Foi marcada para ontem a tomada de posse e a primeira reunião do Conselho Nacional da CGTP, onde os 119 membros eleitos no 8º Congresso deverão eleger a Comissão Executiva e o Secretariado, bem como preparar a intervenção da central no processo de concertação social.

Foi diversas vezes referida, antes do congresso, a eventual redução do número de elementos do CN, que sempre tem subido, chegando a 127 no último mandato. Américo Nunes explicou aos congressistas que «o facto de este órgão ter um importante papel de direcção e dinamização da actividade sindical e, também, de estabilização e ligação à estrutura, a necessidade de contemplar na sua composição um conjunto de múltiplos critérios, e o entendimento, que nos sindicatos, sectores e regiões impera, de que o conselho é também um órgão de representação tornaram inviável um objectivo de redução significativa, desejado à partida pelo próprio órgão cessante».

Deixaram de fazer parte do CN 39 sindicalistas, entre os quais se encontram Álvaro Rana, Emídio Martins, Fernando Loureiro, Kalidás Barreto, Viriato Jordão, Raul Pica Sinos, Isabel Figueiredo, Frederico Pereira, Fernando Amaro. Por coerência com a proposta de redução que defenderam, os dirigentes do Sindicato da Função Pública do Norte não integram o CN, o que não deverá diminuir o seu empenhamento na actividade da central (como realçou Vieira Mendes).

Para o CN entraram pela primeira vez 31 dirigentes, nomeadamente das comunicações e telecomunicações (5), dos transportes (3), dos professores (3) e dos químicos (3), do STAL (2), da hotelaria (2) e da Interjovem (2).

Alargar a representatividade

Pela primeira vez, estiveram no congresso, como convidados, representantes da corrente sindical unitária dos sindicatos dos bancários e dos seguros, filiados na UGT. Sebastião Fagundes, vice-presidente do SBSI, disse na tribuna do Coliseu que este «é um primeiro

passo para o desenvolvimento de formas organizativas que possam reforçar o nosso trabalho em favor dos interesses dos trabalhadores e do desmascaramento da política da UGT», sublinhando que «dezenas de dirigentes sindicais e membros de comissões de trabalhadores, centenas de delegados sindicais e membros de sub-CTs, representando largos milhares de trabalhadores que se identificam com os princípios do movimento sindical unitário» tentam ser «a voz e o rosto do MSU no seio dos sindicatos representativos filiados na UGT e que, ainda por cima, são o seu suporte financeiro».

No Programa de Acção, que sublinha a grande representatividade da CGTP no mundo laboral, apontam-se «insuficiências e dificuldades significativas em vários níveis: há sindicatos não filiados, sectores e profissões não representados, de onde ressaltam a banca e os seguros, e um grande contingente de trabalhadores não sindicalizados». O congresso apontou para a superação destas insuficiências «de forma prática, assumindo a CGTP-IN como respon-

sabilidade sua a representação e a intervenção em defesa dos direitos e interesses de todos os trabalhadores portugueses, incluindo os trabalhadores sindicalizados em sectores de que não tem representação orgânica directa», admitindo a necessidade de medidas organizativas para «desenvolver o diálogo e a cooperação com trabalhadores e estruturas não representadas ou relacionadas directamente com a CGTP-IN, mas que convergem com esta na defesa dos valores do sindicalismo de classe, unitário e de massas, de modo a que se possa ir alargando a representatividade efectiva da CGTP-IN».

Portas abertas

No Programa de Acção prevê-se a elaboração de uma «carta dos direitos de apoio e organização dos trabalhadores filiados em sindicatos da CGTP-IN», a que poderão também aderir sindicatos não filiados. Tal «carta» deverá estabelecer que «qualquer trabalhador será sempre atendido em todas as instalações sindicais do MSU e será sempre sindicalizado e apoiado, mesmo que apenas num primeiro encaminhamento do seu caso, quando não se dirigiu ao sindicato que tem âmbito à sua actividade».



A concertação estratégica deve incluir os temas centrais do 8º Congresso, ou seja, as questões do emprego, da segurança social, da fiscalidade, da educação, da saúde e da melhoria das condições de vida e do trabalho.

O Congresso exige uma negociação séria e isenta, com a responsabilização de todos os intervenientes e a plena igualdade de tratamento dos diversos interesses em presença.»

5 - Objectivos prioritários

«O 8º Congresso analisou em profundidade a situação actual e traçou os objectivos prioritários.

- **Dar prioridade ao emprego** significa, em primeiro lugar, promover o crescimento económico e utilizar os instrumentos que o Estado dispõe com esse objectivo, em simultâneo com medidas que combatam a onda de despedimentos nas empresas e serviços. Significa valorizar o trabalho produtivo e combater as actividades especulativas. Significa também dignificar o trabalho e mudar atitudes e comportamentos.

- **Construir a dimensão social** significa articular a

reforma da segurança social com a reforma do sistema fiscal, dando dimensão concreta à solidariedade. Significa dar prioridade efectiva ao ensino, à formação profissional e à melhoria da qualificação dos trabalhadores. Significa assegurar um sistema de saúde eficaz, universal e gratuito.

- **Melhorar os salários e as condições de trabalho** significa aumentar o poder de compra, condição essencial para dinamizar a procura interna, restaurar a confiança e promover a actividade económica. Significa reduzir os horários de trabalho e melhorar a qualidade de vida.»

6 - Apelo

«Apesar das dificuldades que se nos deparam, o Congresso permitiu constatar a enorme confiança que anima a CGTP-IN. O Congresso apela a todos os trabalhadores portugueses para a sua mobilização e envolvimento, a partir dos locais de trabalho, na luta pela concretização destes objectivos estratégicos.»



JOSÉ CARLOS MARTINS - Sind. dos Enfermeiros Portugueses
 JOSÉ ERNESTO RIBEIRO CARTAXO - Comissão Executiva do CN

JOSÉ MANUEL DA MOTA DIAS - CN e Sind. dos Trab. da Função Pública do Centro

JOSÉ MANUEL DE SOUSA TAVARES MACHADO - CN e Fed. dos Sind. dos Trab. das Indústrias Eléctricas de Portugal

JOSÉ MARIA RODRIGUES FIGUEIRA - CN e União dos Sindicatos de Évora

JOSÉ TRISTÃO NOGUEIRA - CN e Sindicato dos Músicos

JOSÉ VELOSO ABREU - União dos Sindicatos de Setúbal e Sind. dos Trab. das Ind. Químicas do Sul

JÚLIO MANUEL BALREIRA CORREIA - CN e Sind. dos Trab. das Indústrias Metalúrgicas dos Distritos de Aveiro e Viseu

LEONEL MARTINHO GOMES NUNES - CN e Sind. dos Trab. na Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares da RA da Madeira

LIBÉRIO VIOLANTE DOMINGUES - Sind. dos Trab. do Município de Lisboa

LUÍS ALBERTO CORDEIRO NEVES - União dos Sindicatos da Horta

LUÍS ANTÓNIO CRISTINA PATRÍCIO - CN e Sind. dos Trab. das Ind. Metalúrgicas e Metalomecânicas do Sul

LUÍS PEREIRA GARRA - CN e União dos Sindicatos de Castelo Branco

LUÍS REINALDO FEIJÃO - Interjovem e Sind. dos Ferroviários do Centro

MANUEL ANTÓNIO TEIXEIRA DE FREITAS - Comissão Executiva do CN e Fed. dos Sindicatos dos Trab. Têxteis, Lanifícios, Vestuário, Calçado e Peles de Portugal

MANUEL CARVALHO DA SILVA - Comissão Executiva do CN

MANUEL COELHO ALVES - CN e Sind. dos Trab. dos Transportes Rodoviários e Urbanos do Norte

MANUEL CORREIA LOPES - Comissão Executiva do CN

MANUEL FRANCISCO GUERREIRO - CN e Sind. dos Trab. de Comércio, Escritórios e Serviços do Sul

MANUEL FRANCISCO PEREIRA POMBINHO - CN e União dos Sindicatos de Beja

MANUEL GARCIA CORREIA - CN e Sind. das Ind. Eléctricas do Sul e Ilhas

MANUEL GONÇALVES - Sind. Nac. dos Trab. das Telecomunicações, Comunicações e Audiovisual

MANUEL GRAÇA GOMES COSTA - CN e Sind. dos Operários da Ind. do Calçado, Malas e Afins dos Distritos de Aveiro e Coimbra

MANUEL JOAQUIM PISCO LOPES - CN e União dos Sindicatos de Setúbal

MANUEL MENDES PEREIRA - CN e Sindicato dos Oper. Corticeiros do Norte

MANUEL SILVA RIBEIRO DE ALMEIDA - CN e Sind. dos Trab. das Ind. Metalúrgicas e Metalomecânicas do Distrito do Porto

MARIA AMÉLIA SOUSA LOPES - CN e Sind. dos Trab. das Indústrias Eléctricas do Norte

MARIA AUGUSTA DA PURIFICAÇÃO RODRIGUES DE SOUSA - Comissão Executiva do CN e Sind. dos Enfermeiros Portugueses

MARIA CELESTE SOEIRO - Sind. dos Trab. dos Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas

MARIA DO CARMO DE CARVALHO TAVARES RAMOS - Comissão Executiva do CN

MARIA DO CÉU CUNHA M. FAZENDA - CN e Sind. dos Professores da Grande Lisboa

MARIA DO CÉU FERREIRA DE JESUS ELIAS FERREIRA - CN e União dos Sindicatos da Guarda

MARIA CLOTILDE C. ROSADO MORAIS - Sind. Nac. dos Trab. dos Correios e Telecomunicações (Lisboa)

MARIA EMÍLIA REIS CASTRO - Comissão Executiva do CN e Sind. dos Trab. de Vestuário, Tint. e Lav. do Distrito do Porto

MARIA DE FÁTIMA ANJOS CARVALHO - CN e Sind. dos Trab. Têxteis, de Lanifícios e Vestuário do Centro

MARIA GRACIETE MARTINS DA CRUZ - CN e Fed. dos Sind. das Ind. de Alimentação, Bebidas e Tabacos

MARIA INÊS RODRIGUES MARQUES - CN e Sind. dos Trab. da Marinha Mercante, Ag. de Viagens, Transitários e Pesca

MARIA LUÍSA RAMOS - Sind. dos Trab. da Aviação e Aeroportos

MARIA MANUELA ALMEIDA MIGUÉIS LOURO - Sind. dos Médicos da Zona Sul

MARIA ODETE DE JESUS FILIPE - CN e Sind. dos Trab. da Ind. Metalúrgica e Metalomecânica do Distrito de Lisboa

MARIANA ROSA AIVECA FERREIRA - CN e Sind. dos Trab. da Função Pública do Sul e Açores

MÁRIO DAVID SOARES - Sind. dos Professores do Norte

MÁRIO OLIVEIRA NOGUEIRA - Sindicato dos Professores da Região Centro

PALMIRA ALVES PEIXOTO - CN e Sind. dos Trab. Têxteis do Porto

PAULO JORGE BERNARDO - União dos Sindicatos de São Miguel e Santa Maria

PAULO JORGE AGOSTINHO TRINDADE - CN e Sind. dos Trab. da Função Pública do Sul e Açores

RODOLFO JOSÉ CASEIRO - Sind. dos Trab. na Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Sul

ROGÉRIO PAULO AMOROSO DA SILVA - Conselho Nacional e Interjovem

RUI MANUEL NETO PAIXÃO - Comissão Executiva do CN e União dos Sindicatos de Setúbal

RUI NOBRE - União dos Sindicatos de Viseu

SÉRGIO INÁCIO SALGUEIRO MOITEIRO - CN e Sind. dos Trab. da Ind. Vidreira

ULISSES MARIA DE MATOS DA SILVA GARRIDO - CN e União dos Sindicatos de Lisboa

VALDEMAR RODRIGUES HENRIQUES - CN e União dos Sindicatos de Santarém

VICTOR MANUEL NETO - CN e União dos Sindicatos de Bragança

VÍTOR MANUEL FERREIRA GONÇALVES - CN e Sind. dos Trab. da Função Pública do Sul e Açores

VÍTOR MANUEL RODRIGUES RANITA - Comissão Executiva do CN e União dos Sindicatos do Porto

VÍTOR MANUEL TEIXEIRA NARCISO - Sind. Nac. dos Trab. dos Correios e Telecomunicações

ZULMIRO RODRIGUES DE ALMEIDA - Sind. Nac. dos Trab. dos Correios e Telecomunicações (Guarda)

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Parlamento aprova flexibilização e polivalência

Obter o máximo lucro à custa dos trabalhadores

O Parlamento aprovou, faz amanhã oito dias, em votação final global, com os votos do PS e CDS/PP (PCP votou contra e PSD absteve-se), a proposta de lei de flexibilização de horários e polivalência de funções. Trata-se, como salientou Odete Santos na declaração de voto proferida em nome da bancada comunista, da "mais grave alteração à legislação laboral pós-25 de Abril".

Pese embora as diligências dos deputados comunistas em comissão especializada no sentido de minorar alguns dos aspectos mais gravosos do diploma, nenhuma das suas propostas obteve vencimento, acabando mesmo por ser aprovadas alterações subscritas por outros partidos que em alguns casos pioram o conteúdo da lei.

Para o Grupo Parlamentar do PCP, com esta aprovação, "conquistas históricas dos trabalhadores são postas em causa", com graves incidências na sua vida e na das suas famílias, como é o caso da "estabilidade do horário de trabalho", já que é possível a partir de agora ter jornadas de 50, 48, 46 e 45 horas na maior parte das semanas do ano.

"Ao que hoje se assiste, pela mão do PS e do CDS/PP, em aliança com o grande patronato - sublinhou Odete Santos -, é à mercantilização do salário, ao seu barateamento, através da imposição de jornadas de trabalho quase feudais, em proveito apenas do grande patronato, que assim prossegue apenas o máximo lucro, à custa dos direitos fundamentais dos trabalhadores e das suas famílias".

Insurgindo-se contra uma lei que disse representar "uma oração no altar do Deus mercado", a parlamentar do PCP recusou ver nela qualquer sentido de modernidade - essa sim, disse, estava subjacente

ao projecto de lei do PCP que consagrava as 40 horas semanais -, reiterando que, ao contrário, a proposta de lei do Governo "consagra uma filosofia ultraliberal, com condimentos velhos de séculos".

Após o apuramento do sentido de voto das diferentes bancadas, tal como sucedera na votação na generalidade há poucas semanas atrás, os trabalhadores presentes nas galerias reservadas ao público expressaram o seu vivo descontentamento, agitando lenços vermelhos e gritando palavras de ordem. Almeida Santos, por sua vez, entendeu de novo que nas galerias não deveria ecoar o sentir popular, mandando proceder à

sua evacuação e voltando a invocar a necessidade de discutir a restrição de acesso dos cidadãos àquele que é o único espaço que lhe está reservado no Parlamento.

Reforma das mulheres

Votado pelos deputados na mesma sessão foi também o projecto de lei do PCP que reduz a idade de reforma das mulheres dos actuais 65 para 62 anos. O Grupo comunista solicitara para o efeito em requerimento a votação imediata do diploma em versão final e global. Aceite esta proposta, passou-se à votação do diplo-

ma. No momento da verdade, apenas recebeu os votos favoráveis do partido proponente e de "Os Verdes". O PS votou contra, optando PSD e CDS/PP pela abstenção.

Chamando a atenção para as contradições da bancada socialista, a deputada comunista Luísa Mesquita lembrou que no passado o PS votara contra o decreto do PSD que aumentou a idade de reforma das mulheres.

Estava tudo dito: foi o último testemunho dos trilhos seguidos pelo PS e das suas opções quando em causa estão medidas tendencialmente dirigidas para ir ao encontro de legítimas aspirações dos trabalhadores.

Regime de acesso ao Superior

Não ao *numerus clausus*

O Grupo Parlamentar do PCP acusou o Governo de em matéria de acesso ao ensino superior prosseguir no fundamental as mesmas orientações do seu antecessor. Em causa estão, mais precisamente, segundo Bernardino Soares, o *numerus clausus* que em sua opinião deixou de ser uma preocupação do Governo, bem como a desvalorização por este evidenciada no que se refere ao ensino secundário.

A questão veio a lume sexta-feira passada, no pedido de ratificação subscrito pelo Grupo comunista ao decreto-lei que estabelece o regime de acesso ao ensino superior. Começando por analisar a questão do *numerus clausus*, Bernardino Soares referiu que esta restrição constitui um "condicionante permanente" no acesso àquele ramo de ensino, o que, "para além de limitar o direito de cada um à Educação", compromete simultaneamente no seu entender "o direito de todos a um desenvolvimento equilibrado do País".

Nenhum destes aspectos, porém, parecem ter preocupado o Governo, do mesmo modo que na definição do novo regime de acesso nada o incomodou o facto de se ter "esquecido de auscultar os estudantes sobre o assunto", como assinalou o deputado comunista, que lembrou ainda a completa ausência de informação que reina nas escolas e que tem gerado nalguns casos, de acordo com as suas palavras, um ambiente de verdadeiro pânico.

Exemplificativo da postura de desvalorização do ensino

secundário que está patente no novo regime de acesso, segundo Bernardino Soares, é o facto de continuar a ser dado um peso preponderante à avaliação contingente - "quando em três horas se pode decidir o destino de vários anos de escolaridade não se está a valorizar o ensino secundário", observou -, assim ignorando quer o trabalho dos professores na formação e avaliação dos alunos, quer o regime de avaliação contínua.

"O nosso combate é o do fim da elitização do ensino, do fim do *numerus clausus*, e da dotação das escolas de meios físicos e humanos adequados", concluiu.

Associações de estudantes

Uma outra matéria directamente relacionada com o ensino concitou ainda a atenção dos

deputados na semana transacta. Referimo-nos à Lei das Associações de Estudantes, mais exactamente às propostas com vista à sua alteração redigidas para o efeito em diplomas subscritos pelo Governo e pelo CDS/PP.

Definindo a posição da bancada comunista, Bernardino Soares questionou seriamente a constitucionalidade do projecto de lei dos "populares" - "atenta contra a liberdade associativa prevista na Constituição", frisou -, enquadrando esta iniciativa na "concepção centralista do Estado do PP e da tendência para restringir a participação democrática e activa dos cidadãos".

Embora o essencial das críticas tenha sido dirigido para o que considerou ser "uma grave ingerência na capacidade e direito de organização própria

• Governo fala em diálogo mas ignora a opinião dos estudantes

das associações de estudantes", à atenção de Bernardino Soares não escapou igualmente o facto de o projecto do PP prever o fim dos subsídios extraordinários a elas atribuídos.

"Ou a proposta é apenas inábil e o PP não esteve atento às suas consequências reais - concluiu o deputado do PCP -, ou pelo contrário estamos perante mais uma iniciativa de pseudo-moralização do sistema e de folclore político, sem qualquer respeito pelo movimento associativo, no estilo meia bola e força a que este partido nos habituou".

Quanto à proposta do Executivo, embora reconheça nela "aspectos positivos", Bernardino Soares não deixou de chamar a atenção para a necessidade de introduzir "algumas

melhorias", de modo a evitar que as soluções encontradas venham a sofrer "efeitos perniciosos".

Não faz qualquer sentido, por exemplo, a imposição de que o relatório e contas verse o ano económico, no entender do parlamentar comunista, que lembrou a este respeito que "não se pode exigir a entidades que se organizam em função do mandato ou do ano escolar que passem a funcionar em torno do ano fiscal".

Reafirmada por Bernardino Soares foi ainda a ideia de que "esta não é uma lei negativa", pelo que, sublinhou, importa não perder de vista que todas as alterações "devem ter como norte o incremento do apoio ao associativismo e o respeito pelas associações de estudantes".

Associação Profissional dos Enfermeiros

Os enfermeiros vão finalmente dispor de uma associação profissional. Nesse sentido vai a autorização legislativa aprovada faz hoje oito dias pelo Parlamento conferindo poderes ao Governo para legislar sobre a matéria. De grande alcance para os enfermeiros, que assim vêem satisfeita uma antiga aspiração, esta decisão não deixará igualmente de ter repercussões no plano da melhoria da prestação de cuidados de saúde dos portugueses, face à inegável criação de melhores condições para um mais adequado desempenho deste sector profissional.

Esta foi, de resto, uma ideia realçada no decorrer do debate pelo deputado Bernardino Soares, que não teve dúvidas em aceitar a "bondade da iniciativa" e compreender a sua impor-

tância "para os enfermeiros e o sistema de saúde em geral".

Bernardino Soares aproveitou, aliás, para abordar a situação da enfermagem e trazer a lume alguns dos problemas com que se confrontam os seus profissionais, lembrando, designadamente, a questão da inexistência de emprego que afecta um razoável número deles - quando é sabido que continuam em aberto muitas vagas em hospitais e centros de saúde -, bem como as situações de precariedade laboral.

Quanto à designação a atribuir à futura entidade - Ordem ou Associação Profissional -, trata-se de uma questão irrelevante, do ponto de vista do PCP, uma vez que, foi dito, o que importa é que a sua acção seja dirigida para a resolução dos problemas dos enfermeiros.

Sistema de Autoridade Marítima

PCP propõe audição parlamentar

O Grupo Parlamentar do PCP propôs a realização de uma audição parlamentar sobre o Sistema de Autoridade Marítima. A decorrer sob a égide da Comissão Parlamentar de Defesa Nacional, esta iniciativa tem sobretudo em vista aferir as consequências que resultarão da eventual passagem - perspectivada na Lei Orgânica da Marinha - do referido Sistema de Autoridade Marítima para a estrutura orgânica do Ministério de Defesa Nacional.

Na base desta audição proposta pela formação comunista, segundo se lê no texto entregue na Mesa da Assembleia com a assinatura dos deputados Octávio Teixeira e João Amaral, está igualmente a importância do Sistema para a defesa da área marítima do nosso país - a maior dos Estados da União Europeia - e consequente adopção de medidas que o potenciem no sentido da salvaguarda do interesse nacional.

Recorde-se que o Sistema de Autoridade Marítima está vocacionado para garantir o

cumprimento da Lei nos espaços marítimos sob jurisdição nacional, cabendo-lhe um papel primordial na segurança marítima, nomeadamente no que respeita ao tráfego de navios e embarcações, à salvaguarda da vida humana no mar, à preservação do meio marinho no plano dos recursos vivos e à defesa contra agentes poluidores.

Para o Grupo comunista importa ainda que no âmbito da audição parlamentar seja abordada a questão dos profissionais do Quadro de Pessoal Militarizado da Marinha que operam em tão importante área, actualmente sem estatuto profissional, à excepção do pessoal da Polícia Marítima, cujo estatuto, embora consagrado, levanta sérias dúvidas quanto ao seu enquadramento constitucional.

É aliás ponto assente, no entender da formação comunista, que esse estatuto profissional "deve ter em conta a concepção global do Sistema e decorre dele".

BCP

Uma questão não encerrada

Uma delegação da Comissão dos Direitos das Mulheres do Parlamento Europeu esteve estes dias em Portugal, num trabalho de informação que visa em particular o caso BCP.

Uma visita que esteve na base deste breve diálogo com o eurodeputado Sérgio Ribeiro e Florinda Freire e Manuela Freitas, do Grupo de Acção de Mulheres (GRAM) do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas - todos particularmente envolvidos na difícil batalha contra a discriminatória política de admissões praticada pelo BCP.

Sérgio Ribeiro - A visita desta delegação da Comissão dos Direitos das Mulheres insere-se no quadro da actividade normal do Parlamento Europeu. No caso concreto, esta Comissão dos Direitos das Mulheres vem a Portugal por várias razões, mas a mais importante de todas, e aquela que terá sido decisiva para virem cá, foi o caso do BCP.

No âmbito geral da actividade do Parlamento, trata-se de

recolher informação complementar, e ao vivo, do que já se tem como informações, como documentos e como tomada de posição.

A delegação é formada por sete deputados, dos quais cinco vêm mesmo como delegação da Comissão e dois são deputados portugueses que se lhe juntam, no seu direito, como deputados do país visitado. Eu estou na delegação porque desde o início ando ligado a

Entrevista com Sérgio Ribeiro, Florinda Freire e Manuela Freitas

este processo, de certo modo ajudei a despoletá-lo no Parlamento.

Qual é a situação actual no BCP?

Florinda Freire - Em 1991, o Sindicato dos Bancários apresentou uma moção ao Parlamento Europeu. Desde então foram feitas várias diligências no sentido de acabar com a discriminação das mulheres no acesso ao Banco Comercial Português. Uma discriminação que se mantém. Neste momento, no universo da banca há cerca de 32% de mulheres, enquanto no BCP esse percentual está nos 4,2%.

Isto tem a ver com uma discriminação de facto e também



Sérgio Ribeiro, Florinda Freire e Manuela Freitas

com as formas de trabalho impostas. Os ritmos são mais violentos e são normais as horas de trabalho extra - uma situação que tenderia a tornar-se particularmente difícil para as mulheres.

Trata-se assim de uma discriminação prévia, ou de uma discriminação através da imposição de ritmos de trabalho excessivos?

S.R. - Antes do mais, é uma discriminação à partida. Não se pode ver sequer se as mulheres aguentam ou não tais ritmos, porque o acesso, no pressuposto de que não aguentariam, já é limitado.

Na selecção de pessoal, o Banco parte do pressuposto de que os ritmos que vai impor aos seus trabalhadores - e a flexibilidade, a polivalência, que agora se pretende generalizar - não podem ser suportados pelas mulheres.

Não se trata de as mulheres terem igualdade de acesso, e depois não aguentarem os ritmos.

Manuela Freitas - Aliás, há uma entrevista da altura, de Jardim Gonçalves, que dá uma ideia do que ele pensa da disponibilidade das mulheres para o trabalho - engravidam, têm filhos... esses problemas todos... não estão disponíveis a cem por cento, como um homem poderia estar.

S.R. - Agora, a propósito. Tudo isto tem um lado *feminino* - dificulta o acesso ao trabalho. Mas tem também um lado *masculino* - que é considerar que os homens são máquinas no mercado de trabalho. Assim, os homens não têm direito a família. Já que não podem engravidar, não têm direito a acompanhar os filhos. O Banco, e as transnacionais, e a estratégia económica, retiram-lhes estes direitos. Também me parece importante -

particularmente neste momento em que se pretende implantar a flexibilidade e a polivalência - referir esta outra face da discriminação.

M.F. - Aliás, o Jardim Gonçalves, quando este assunto era mais agitado, vangloriava-se de que havia trabalhadores do BCP que não gozavam férias...

Entretanto, qual a situação actual, no que respeita ao caso BCP?

S.R. - O que me parece positivo é que tem havido pressão, formas de denúncia, o não permitir que a situação seja considerada encerrada. E julgo que a grande importância que tem esta visita do Parlamento Europeu, é precisamente esta - é dizer que o assunto não está fechado. A Comissão dos Direitos das Mulheres vem cá, e nós iremos continuar.

Parece-me, entretanto, que tudo isto só tem algum sentido se houver o apoio da parte dos principais interessados - o Sindicato, as trabalhadoras.

E esse apoio existe?

F.F. - Nós, no GRAM, temos avançado com várias iniciativas, nomeadamente no sentido de irmos à Assembleia da República. Mas sentimos que agora, da parte do Sindicato, não existe a mesma iniciativa.

M.F. - A nível sindical não foi feito nada. Não houve abertura para qualquer iniciativa - desde uma possível conferência de imprensa a uma entrevista com o Jardim Gonçalves. Com a argumentação de que a iniciativa era do Parlamento Europeu, e que nós não nos podíamos sobrepor.

S.R. - Há da parte do Parlamento Europeu uma intenção de conhecer melhor o problema e de se informar. E não se

sente, da parte do Sindicato, o aproveitamento disso como forma de reforçar a denúncia da situação.

Na preparação da vinda desta delegação a Portugal, contactámos o Sindicato e fizemos sugestões e sugerimos, por exemplo, que seria pertinente organizar uma conferência de imprensa, para que o assunto fosse tratado. Não tive sequer resposta do Sindicato. O que me parece significativo.

Ora nós não vamos transformar esta visita numa visita em que conversamos fechados com algumas pessoas. A ideia não é ficarmos informados em círculo restrito e fechado. Mas de facto, quando se olha para o programa da visita, esse risco existe.

Sentiu-se não haver, por parte da componente portuguesa, e em relação a esta visita, o tratamento adequado e o aproveitamento que seria possível.

Isto pode ter repercussões negativas em relação à Comissão. Se houver uma outra queixa de um sindicato, pode haver tendência a recuar na iniciativa, pela falta de correspondência registada desta vez.

O que seria de destacar na visita desta delegação do Parlamento Europeu?

S.R. - Penso que seria importante sublinhar que esta vinda cá da Comissão é uma iniciativa da própria Comissão. No processo que foi iniciado em 91, na sua sequência natural, e sem qualquer tipo de pressões. Resulta de uma dinâmica própria da Comissão.

E importa aproveitar esta iniciativa para que problemas sociais importantes de discriminação, como é o caso do BCP, sejam denunciados de novo e que se reforce a posição de que - tal como a Comissão o entende - não está encerrada a questão.

Uma história de discriminação

O Banco Comercial Português (BCP) conta actualmente com uma percentagem de mulheres da ordem dos 4,2%, contra 32% na generalidade da banca. Em 1991, quando o processo de denúncia desta situação teve o seu início, a percentagem de trabalhadoras era de 0,7% - 22 mulheres entre 2.946 trabalhadores.

Uma história de discriminação que se tem vindo a arrastar, e cuja denúncia registou nestes dias um novo fôlego com a visita a Portugal de uma delegação da Comissão dos Direitos das Mulheres do Parlamento Europeu, nomeadamente para recolha de informação sobre o caso BCP.

Em Dezembro de 1989, e depois de uma gorada tentativa de diálogo com a administração do BCP, o Sindicato dos Bancários apresentou uma queixa à CITE (Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego), em que denunciava a discriminatória política de admissões do banco.

Em Janeiro de 91, a CITE aprova um parecer condenatório desta política do BCP, por discriminação em função do sexo e violação do princípio da igualdade no trabalho e no emprego. A CITE sublinha então que o BCP, pela sua prática, contraria as políticas e disposições legislativas no sentido de uma participação mais equitativa entre homens e mulheres na vida económica e social.

Uma tomada de posição que é objectivamente desvalorizada pelo governo, que considera haver apenas "indícios" de actuações conducentes a uma situação não consentânea com a Lei.

Entretanto tanto o Sindicato como o Grupo de Acção de Mulheres (GRAM) - que está de facto no fulcro de todo este processo - denunciam publicamente a situação e lançam uma campanha publicitária em defesa do direito à igualdade no acesso ao emprego, com significativo impacto na sociedade e na opinião pública.

Em Maio de 91, e na sequência de queixa apresentada pelo Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, o Provedor da Justiça toma posição, denunciando a violação de diversas normas portuguesas e internacionais - Constituição da República, leis laborais, Convenções da OIT e da ONU, para além das Directivas comunitárias.

O governo português continua a ignorar de facto a situação.

Em Fevereiro de 1992, o Grupo Parlamentar do PCP apresentou na Assembleia da República um projecto de lei com o objectivo de reforçar as garantias do direito à igualdade de tratamento no trabalho e no emprego. Votado na generalidade, este projecto não foi entretanto aprovado na especialidade e o PSD tentou desvirtuar os seus objectivos, fazendo depender a possibilidade de punir uma empresa por práticas discriminatórias da identificação dos discriminados.

Ao nível da União Europeia, o processo teve o seu arranque em Novembro de 1991, com a deslocação a Bruxelas de uma delegação do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, que entregou uma petição ao Parlamento Europeu e foi recebida na Comissão Executiva, em Comissões do PE e pelos grupos políticos.

Um processo a que Sérgio Ribeiro, como deputado no Parlamento Europeu, e em conjunto com outros deputados, irá dar sequência - através de perguntas à Comissão e ao Conselho; acompanhamento da acção da comissão de petições do PE, encontros com o juriconsulto.

Em Dezembro de 95, reiterando uma posição de Novembro de 93, a Comissão deixa tudo pendente de denúncias dos "cidadãos portugueses que se considerem lesados".

O processo do BCP mantém-se entretanto vivo - apesar de uma história acidentada - como o prova também esta deslocação da comissão dos direitos da mulher a Lisboa.

NACIONAL

Fazer ouvir a voz do Alentejo

A crise económica e social que se vive no Alentejo e a necessária aposta no desenvolvimento foram temas centrais na reunião da Comissão Promotora do MARD/Movimento Alentejo pela Regionalização e Desenvolvimento, realizada no passado dia 28 de Maio, em Évora, na Associação de Municípios do Distrito.

"A crise económica e social tenderá a agravar-se se se mantiverem as causas que a originaram e não forem concretizadas as reformas há muito necessárias ao Alentejo, entre as quais, a regionalização", afirma-se no documento de conclusões aprovado no encontro.

O documento refere a situação de crise que se vive em todos os principais sectores económicos, com excepção do turismo e da fileira de produção da vinha e do vinho, e a inexistência de um Plano de Desenvolvimento Integrado.

Sublinha o agravamento da situação social - o desemprego (17,7% da população activa), a pobreza e a exclusão social.

Para o necessário Desenvolvimento, o MARD defende a urgência da regionalização e avança algumas propostas concretas.

Antes do mais, a elaboração de um Plano de Desenvolvimento Integrado para o Alentejo - um plano estratégico que defina objectivos, potencie os meios disponíveis e estimule o investimento e coloque como questões centrais a criação de uma nova base económica regional e a criação de emprego.

No que respeita ao Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva e do Plano de Rega, a Comissão Promotora do MARD defende a necessidade de este empreendimento contribuir para o desenvolvimento local e uma

redução do desemprego, pelo recrutamento e formação de mão-de-obra da região e prioridade ao estabelecimento de contratos/acordos com empresas locais.

O documento aprovado em Évora considera ser altura de criar um centro de investigação para o regadio no Alentejo, de se arrancar com o novo projecto agrícola (sequeiro e regadio) e delinear a correspondente política de formação e extensão rural.

Neste quadro de desenvolvimento, o MARD aposta ainda num Programa de Construção e Obras Públicas "com incidência na criação de emprego no curto prazo e inserido numa perspectiva estratégica de desenvolvimento integrado".

Nesta perspectiva, o Programa deverá incidir, sobretudo, na área de infra-estruturas hidráulicas, apoios à transformação e comercialização de produtos agrícolas, pecuários e florestais, das acessibilidades, saneamento básico, da recuperação e construção de habitação.

Um conjunto de análises e propostas com que se pretende "fazer ouvir a voz do Alentejo".



Para pôr cobro à desertificação, urge implementar planos de desenvolvimento para o Alentejo

Solidariedade no Dia da Criança

No dia 1 de Junho, Dia da Criança, a Campanha de Solidariedade com as Crianças Angolanas desenvolveu uma iniciativa de recolha de alimentos e material escolar em dez supermercados de Lisboa, Setúbal, Loures, Almada e Cascais.

A acção - que envolveu cerca de 50 pessoas ligadas à campanha - e de que resultou a recolha de uma tonelada de víveres e materiais diversos.

Também no dia 25 de Maio, Dia de África, uma acção realizada na Feira do Livro, com o apoio da Associação de Editores e Livreiros, resultou na recolha de algumas dezenas de livros infantis.

SOLIDARIEDADE COM AS CRIANÇAS ANGOLANAS AGORA!

**À ESPERA DA PAZ EM ANGOLA
UMA CRIANÇA MORRE EM CADA 3 MINUTOS**

CAMPANHA DE EMERGÊNCIA
ALIMENTOS, MEDICAMENTOS, MATERIAL ESCOLAR, BRINQUEDOS

ENTRE OS DIAS 25 DE MAIO E 1 DE JUNHO, ENTREGA O TEU DONATIVO NA TUA ESCOLA.

LEITE EM PÓ
1 KG ARROZ

A Campanha de Solidariedade, nomeadamente nas escolas, vai prolongar-se até dia 30 de Junho

1 BRINQUEDO
1 CADERNO
1 LÁPIS

Associações e Organizações Não-Governamentais Portuguesas: AAI - Associação Académica de Lisboa; Associação José Afonso; ALOOC - Associação Ligeira dos Operários e dos Operários de Condição; AMI - Associação Médica Internacional; AMO - Associação Portuguesa de Dolores; Associação 25 de Abril; CENIC - Conselho Nacional da Juventude; CPOC - Conselho Português para a Paz e Cooperação; FENACCOOP - Federação Nacional de Cooperativas; IMPCR - Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio; MDH - Movimento Democrático de Mulheres; MPCA - Movimento Português contra o Apartheid; SPA - Sociedade Portuguesa de Apoio; UNICID - União Comemorativa Nacional dos Organismos de Defesa; URSP - União de Resistentes Antifascistas Portugueses; Voz do Operário.

Associações Alentejanas em Portugal: AAMA - Associação das Mulheres Angolanas; Arcas Rubens; Associação Caboverde; ASA - Associação de Solidariedade Angolana; Dáda Marinho; Alqueva; LAM PICA - LAMICDA.

Associações Sindacais: COTP - Comissão Central dos Trabalhadores Portugueses; UCT - União Central de Trabalhadores; FENPROV - Federação Nacional de Professores; SSB - Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas; STAL - Sindicato dos Trabalhadores das Autarquias Locais.

Associações Locais: ANASP - Associação Nacional das Mulheres Portuguesas; Câmara Municipal de Alentejo; Câmara Municipal de Campo Maior; Câmara Municipal de Évora; Junta de Freguesia de Campelo.

Apoio: Câmara Municipal de Lisboa; Conselho de Freguesias Portuguesas; Instituto de Cooperação Portuguesa; Instituto de 3.ª ordem.

Conta Bancária nº 88 - Montepio Geral - Rua de Our

INTERNACIONAL

Rússia Ieltsin aposta no «vale tudo»

A menos de 15 dias das eleições presidenciais, a Rússia continua a assistir a uma campanha publicitária sem precedentes de Boris Ieltsin, ao mesmo tempo que sucessivas sondagens lhe dão crescente vantagem sobre o candidato comunista, Guennadi Ziuganov.

Nos últimos dois meses, Ieltsin fez mais do que nos anos anteriores do seu governo, para o que contou com a prestimosa ajuda de praticamente todos os fóruns importantes da cena política internacional, desde o FMI ao G7, sem esquecer a União Europeia e a Comunidade dos Estados Independentes, que de uma forma ou de outra passaram por Moscovo a mostrar aos eleitores russos para que lado sopram os ventos do apoio do Ocidente.

A nível interno, Ieltsin também não descurou a tomada de medidas: emitiu dezenas de decretos, distribuindo subsídios a sectores económicos deficitários e aumentando salários e pensões aos estudantes, militares e reformados; criou a ilusão de que a guerra de 18 meses na Tchetchénia chegou ao fim, prometendo mesmo a autonomia e uma pronta retirada dos soldados russos.

As preocupações com a imagem do presidente não foram igualmente esquecidas.

Segundo os cálculos da Comissão Eleitoral Central, até 20 de Maio, o trabalho da criação da imagem do Presidente já custou 875,3 milhares de dólares, enquanto o líder comunista Guennadi Ziuganov gastou até agora menos da metade dessa quantia, de acordo com a mesma fonte.

Sondagens

Uma sondagem publicada no início do mês dá ao presidente Boris Ieltsin uma vantagem de mais de 12 pontos percentuais sobre o líder comunista Guennadi Ziuganov.

A sondagem, do "Moscow Times" e da CNN, indica que o presidente actual está a consolidar a sua vantagem, enquanto a posição de Ziuganov parece estagnada.

O jornal adianta que 32,6 por cento dos inquiridos afirmou que tencionava votar em Ieltsin, contra 19,7 por cento que disse preferir Ziuganov. Dezoito por cento dos eleitores manifestou-se indeciso.

A sondagem abrangeu um universo de 1.055 eleitores e foi feita pelo Instituto para a Investiga-

ção Social Comparada (CESSI) entre 21 e 27 de Maio, com uma margem de erro de três pontos percentuais.

Segundo as sondagens, os três outros principais candidatos, o reformista Grigory Yavlinski, o ultranacionalista Vladimir Jirinovski e o general na reserva Alexander Lebed, estavam praticamente empatados no terceiro lugar, com, respectivamente, 5,9, 5,7 e 5,6 por cento.

Todas as sondagens feitas ultimamente indicam que, em caso de segunda volta, Ieltsin vencerá facilmente Ziuganov.

Tchetchénia

Mas nem tudo corre bem para Ieltsin. O cessar-fogo negociado a 27 de Maio em Moscovo pelo líder independentista e o presidente russo, e que deveria entrar em vigor às 00:00 horas de dia 1 de Junho (21:00 de sexta-feira em Lisboa), sofreu o primeiro revés em Chali, cidade cercada na sexta-feira por tropas russas. As autoridades militares russas exigiam que os combatentes independentistas presentes na localidade entregassem as armas. A troca de tiros entretanto registada provocou vários mortos.

O porta-voz do «governo» independentista, Movladi Udugov, classificou uma «provocação» o cerco de Chali e afirmou que os independentistas não participariam em quaisquer negociações enquanto a situação não fosse resolvida.

«Toda a responsabilidade por esta situação assenta na direcção russa, que não é capaz de fazer respeitar o acordo assinado em 27 de Maio em Moscovo, que prevê que todas as questões sejam resolvidas unicamente através de métodos políticos», afirmou Udugov a uma emissora de Moscovo, citada pela Lusa.

Moscovo anunciou entretanto a intenção de organizar eleições para uma assembleia legislativa local na Tchetchénia em 16 de Junho, dia da primeira volta das eleições presidenciais russas, o que voltou a fazer subir a tensão. Para o líder independentista, a organização de um tal escrutínio «significará a retomada das acções militares em todo o território tchetcheno».

Movladi Udugov afirmou também que o tratado definindo o estatuto da Tchetchénia no seio da Rússia, que o Kremlin deseja assinar em finais de Junho ou princípios de Julho com o governo pró-russo tchetcheno, seria considerado nulo pelos independentistas caso fosse concluído.

ONU retira do Saara Ocidental

A suspensão do processo de referendo no Saara Ocidental trouxe de novo para a ribalta política as dificuldades em encontrar uma solução negociada para o conflito que há longos anos opõe o regime de Marrocos à Frente Polisário.

Depois do cessar-fogo, decretado em 1991 e mantido até agora, as esperanças de paz assentaram na realização de uma consulta popular, sob a égide das Nações Unidas, sobre a autodeterminação, mas os problemas surgidos com a definição de quem tem direito a voto, de quem são os saarauis, afinal, paralisaram o processo e ameaçam levá-lo de novo à estaca zero.

Os funcionários civis da ONU destacados no Saara Ocidental iniciaram no passado fim-de-semana a sua retirada, com excepção de um pequeno contingente de 17 pessoas que deverá classificar e armazenar 15 toneladas de documentos confidenciais.

Segundo o porta-voz da ONU na região, citado pela Lusa, a «unidade informática» deve encarregar-se das 15 toneladas de documentos

referentes aos cerca de 60.000 saarauis que puderam ser identificados.

Os documentos deverão ser posteriormente enviados para a sede da ONU em Genebra, para serem armazenados aguardando um desbloqueamento político do problema do Saara Ocidental, como recomendou o secretário-geral da organização, Butros Ghali.

Os 44 membros da polícia civil que ainda permanecem no território vão abandoná-lo gradualmente, até ficarem apenas oito, no final de Junho.

Quanto ao «gabinete político» que a ONU manterá no terreno, será dirigida por Erik Jensen, representante especial do secretário-geral da ONU para o Saara, e ocupar-se-á em procurar uma solução negociada para o conflito do Saara Ocidental.

Finalmente, a unidade militar, comandada pelo brigadeiro português Garcia Leandro, será reduzida em 20 por cento, permanecendo no Saara Ocidental 230 capacetes azuis, para verificar que tanto Marrocos como a Frente Polisário respeitam o cessar-fogo.

INTERNACIONAL

Israel Paz incerta

Benjamin Netanyahu tem 45 dias para apresentar a nova equipa governamental no Knesset (o Parlamento Israelita). Para tal, terá de se coligar com pequenos partidos - provavelmente o Partido Nacionalista Religioso, o Partido do Judaísmo da Torah Unida, o Shass e o Partidos dos Imigrantes Russos - de forma a ter pelo menos 61 deputados que lhe dêem o voto de confiança.

Benjamin Netanyahu é o novo primeiro-ministro eleito de Israel. Apesar de todos os apoios estrangeiros, Shimon Peres perdeu as eleições com 49,5 por cento contra os 50,4 por cento de Netanyahu. Nas eleições autónomas para o Knesset, porém, o Likud conquistou 31 lugares e os Trabalhistas 35, enquanto os pequenos partidos aumentaram o número de mandatos, constituindo agora a balança do poder. Os ultra-ortodoxos de direita conseguiram 22 lugares e os partidos árabes 9. O estreante Partido dos Emigrantes alcançou sete deputados.

A divisão do Knesset é apenas um reflexo das convicções dos israelitas, amedrontados pelos

ataques fundamentalistas e indecisos entre a paz e a segurança. A maioria optou pela «segurança», votando na direita e elegendo um primeiro-ministro que defende os colonatos e a unidade de Jerusalém, indo contra os acordos de paz com os palestinianos. O novo primeiro-ministro já afirmou que irá prosseguir as negociações de paz. A questão é saber como e quando.

Antes da publicação dos resultados, a possível vitória de Netanyahu foi sempre encarada com inquietação e prudência por todos os países, especialmente devido aos apoios que recebeu de quase todas as formações ultra-ortodoxas judaicas.

Perante os resultados eleitorais,



Em Israel, a juventude votou à esquerda, mas os votos dos ortodoxos acabaram por dar a vitória à direita

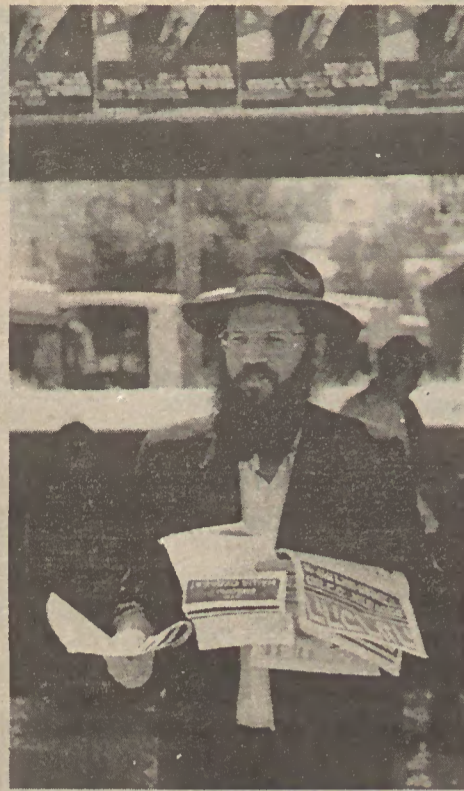
na quinta-feira, Leah Rabin, a viúva de Yitzhak Rabin, afirmou que se trata de uma «vitória do assassinio» do marido, ameaçando abandonar o país. Para os grupos fundamentalistas esta é uma «declaração de guerra aos palestinianos e aos árabes».

Butros Ghali, secretário-geral da ONU, exprimiou a esperança

de que o futuro governo reforce e consolide os progressos no processo de paz. Por seu lado, a OLP reclamou «o prosseguimento das negociações sobre o estatuto final dos territórios, cuja ordem de trabalhos cobre nomeadamente Jerusalém, os colonatos, as fronteiras e os refugiados, para que se consiga

uma paz justa e global com base na legalidade internacional e no princípio da terra pela paz».

O primeiro-ministro cessante, comentando a sua derrota, afirmou que as eleições «não constituíram uma escolha entre dois partidos, mas entre duas vias diferentes. Manter-nos-emos fiéis à nossa».



Índia

Governo de coligação em busca de consenso

O governo de coligação da «Frente Unificada» assumiu funções oficialmente no sábado, na Índia, quatro dias depois da queda do governo nacionalista hindu de Atal Behari Vajpayee.

O novo Primeiro-Ministro indiano é Deve Gowda, de 63 anos, líder do Janata Dal, um dos cinco partidos que compõem a Frente.

A Frente Unificada agrupa 13 formações políticas do centro e de esquerda, bem como partidos regionais, mas apenas cinco participam no governo de coligação, com as restantes a apoiá-lo do exterior.

Os membros da coligação governamental são, além do Janata Dal, o Samajwadi (partido socialista) e três organizações regionais do sul da Índia: o Telugu Desam, no poder no Estado de Andhra Pradesh, o DMK, no poder no Estado de Tamil Nadu, e o seu aliado Congresso Tamil Maanila.

O governo da Frente será o terceiro de coligação da Índia independente e o segundo em 15 dias. O primeiro durou um pouco menos de um ano em 1989-90, o segundo - do partido nacionalista hindu Bharatiya Janata Party (BJP) - caiu ao fim de 13 dias.

Sabia-se, desde que foi conhecido o resultado das eleições, que o Bharatiya Janata Party (BJP), apesar de ter ganho o maior número de lugares no parlamento, não conseguiria formar governo, já que as suas posições fundamentalistas o transformaram num partido «intocável», com quem nenhuma outra formação política se aliaria.

Apesar disso, no respeito pela legislação em vigor, o Presidente da República convidou formalmente o BJP para formar governo e empossou o primeiro-ministro Atal Behari Vajpayee. O governo

durou escassos treze dias; faltando-lhe cerca de 80 deputados para atingir a maioria. Atal Behari Vajpayee demitiu-se terça-feira da semana passada, antes do voto de confiança no Parlamento, que estava condenado a perder.

Uma coabitação difícil

A coligação contra o BJP, que é o único denominador comum dos partidos da coligação e dos que anunciaram a intenção de apoiar, levou Vajpayee a prever que o novo governo não ficará no poder durante os cinco anos da legislatura e que a Índia irá ter eleições antecipadas.

«Não tenho quaisquer dúvidas de que o povo indiano vai, em breve, dar-nos a possibilidade de continuar no poder, por mais cinco anos», disse. Um prognóstico preocupante se se tiver em conta os sangrentos confrontos provocados no passado recente pelo extremismo dos nacionalistas hindus.

Nestas circunstâncias, a tarefa que espera Deve Gowda, filho de um pequeno proprietário de terras que se revelou aberto às reformas económicas e à tecnologia enquanto chefe do governo provincial de Karnataka, não se afigura fácil.

Descrevendo-se a si próprio como «um filho da terra», segundo notícias veiculadas pela Lusa,

Deve Gowda garante saber «o que é bom para os pobres».

O novo primeiro-ministro tornou-se conhecido desde Novembro de 1994, altura em que assumiu a chefia do governo regional do Estado de Karnataka, de 44 milhões de habitantes, cuja capital é Bangalore e onde estão concentradas as indústrias de ponta indianas, a informática, a aeronáutica e a investigação espacial.

Pertenceu à juventude do partido do Congresso, que viria a abandonar no seguimento de uma cisão, em 1969.

Eleito em 1991 deputado ao parlamento federal, abandonou o seu mandato para disputar as eleições regionais de Novembro de 1994, que o colocaram à frente de Karnataka.

Sob a sua direcção, o Janata Dal conquistou 15 mandatos de deputados no parlamento federal nas recentes eleições legislativas, o que contribuiu para elevar Deve Gowda da cena regional à cena nacional.

Prometendo prosseguir as reformas económicas encetadas por Narasimha Rao, anterior chefe do executivo, Deve Gowda, após ter prestado juramento como 11º primeiro-ministro da Índia, garantiu que resolverá «as divergências com os partidos amigos» sobre a política de liberalização económica.

As declarações do primeiro-ministro foram de imediato criticadas pelo Partido Comunista da Índia (CPI), membro da Fren-

te, que poderá juntar-se ao governo de coligação.

«Vamos também tentar vencer o primeiro-ministro a aceitar o nosso ponto de vista», disse Shameen Faizee, dirigente do CPI. «Não se pode pensar que ele não aceitará discutir esta questão. Trata-se de um governo da Frente Unificada e deve existir um consenso. Temos que nos basear num programa mínimo aceitável por todos», disse.

Faizee acrescentou que uma comissão estava em vias de elaborar um programa mínimo comum, fazendo votos para que o primeiro-ministro «ceda ao consenso». Um consenso que será condição indispensável para que o novo governo indiano tenha futuro.

Islâmicos turcos mais próximos do poder

O Partido islâmico da Prosperidade, recente vencedor das legislativas, voltou a ser o mais votado nas eleições municipais parciais de domingo, o que reforça a sua posição para tentar derrubar o governo do primeiro-ministro turco Mesut Yilmaz.

O Parlamento turco resolveu marcar para sábado a votação de uma moção de censura ao Governo de Mesut Yilmaz. A decisão nesse sentido, que implicará a queda quase certa do Governo de direita actualmente no poder, foi aprovada por 317 deputados que representam o Partido islamita da Prosperidade (Refah), o Partido da Via Justa (DYP, direita) de Tansu Ciller e mais duas pequenas formações de esquerda.

Segundo informações da Lusa, os 124 deputados do Partido da Mãe Pátria (ANAP), de Mesut Yilmaz pronunciaram-se contra.

O Governo de Yilmaz não deverá sobreviver à

votação de sábado, dado que o partido de Tansu Ciller, apesar de integrar a coligação governamental, já anunciou que votará a favor da moção de censura.

Desde a instalação, em Março, da coligação de direita, que o Governo tem vindo a ser abalado pelas querelas entre Mesut Yilmaz e Tansu Ciller, que pretendem governar sem partilha de poder.

Nas eleições autárquicas de domingo, em quatro dezenas de cidades, o Partido da Prosperidade recolheu 34 por cento dos votos expressos, resultado melhor do que o alcançado nas mesmas localidades nas eleições legislativas de Dezembro mas insuficiente, porém, para governar sozinho esses municípios.

Tanto o Partido da Mãe Pátria, de Yilmaz, como o Partido da Via Justa, da antiga primeira-ministra Tansu Ciller, saíram enfraquecidos destas eleições a nível local.

França

20 mil pólizas franceses manifestaram-se em Paris contra as suas condições de trabalho, a insuficiência de efectivos e a falta de apoio da hierarquia. Na iniciativa participaram também outros funcionários públicos, visto a manifestação ter-se realizado sob a direcção da União dos Sindicatos Autónomos (UNSA), depois do comando policial ter interdito a organização da Federação Autónoma dos Sindicatos de Polícia.

«Se as restrições orçamentais se mantiverem, participaremos noutras manifestações, cuja unidade poderá ser ainda maior», afirmou Alain Olive, secretário-geral da UNSA.

Espanha

Felipe Gonzalez, o antigo primeiro-ministro espanhol, foi implicado no caso GAL por Luís Roldan, o antigo director da Guarda Civil. Segundo Roldan, Gonzalez estava totalmente ao corrente das actividades dos Grupos Antiterroristas de Libertação, que na década passada assassinou pelo menos 22 membros do Movimento Separatista Basco.

Na sequência das declarações de Roldan, actualmente detido por corrupção, a justiça espanhola já moveu acções judiciais contra três generais, antigos responsáveis da Guarda Civil.

Irlanda

Os protestantes Unionistas do Ulster venceram as eleições para o Fórum da Irlanda do Norte, na semana passada, conquistando 30 dos 110 lugares. O Sinn Fein obteve 15 por cento (17 lugares), insistindo de imediato para que seja admitido nas conversações do próximo dia 10. O Governo britânico afirma que só aceitará depois de um novo cessar-fogo do IRA.

México

Milhares de professores mexicanos, vigiados por centenas de pólizas, manifestaram-se por aumentos salariais de 100 por cento, na cidade do México, na sexta-feira. À manifestação, organizada pela Coordenadora Nacional de Trabalhadores da Educação, acorreram pessoas de todo o país.

Albânia

O presidente da Albânia recusou-se a repetir parcialmente as eleições legislativas da passada semana, apesar do pedido da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), que considerou que houve irregularidades no acto eleitoral e na contagem dos votos.

Os partidos da oposição declararam greve da fome com o objectivo de «denunciar o estabelecimento de uma ditadura na Albânia». Alguns dias antes tinham ocorrido conflitos entre a polícia e os participantes de um comício pacífico organizado por aqueles partidos contra as irregularidades ocorridas durante as eleições.



■ Carlos Nabais

A festa que ainda ninguém viu...

Quem hoje visitar o terreno da Quinta da Atalaia poderá não se aperceber dos trabalhos que ali estão em curso. Num primeiro olhar lançado do alto da Medideira nenhuma actividade significativa se vislumbra. A relva verde cobre a totalidade do terreno e dá alimento a um rebanho de ovelhas que insolitamente se instalou na paisagem. É preciso caminhar em direcção ao rio para surgirem os primeiros sinais. O caminho de terra batida foi alargado, talvez para dar passagem aos camiões cujos largos rodados deixam visíveis marcas no solo. Pouco depois damos com a zona ribeirinha e não a reconhecemos: máquinas revolvem terrenos, homens trabalham em enormes canalizações. Em construção está um enorme lago com 4 mil metros quadrados que será o ex-libris da 20ª edição da Festa do «Avante!».

A Festa é todos os anos diferente quer devido aos cuidados de programação quer às sucessivas alterações no terreno, que o têm tornado num espaço cada vez mais aprazível.

Este ano, porém, será uma edição muito especial já que se comemoram em simultâneo os 20 anos da Festa e o 75º aniversário do PCP. Foi em conversa com Vitor Santos, Fernando Vicente e Vitor Alves, membros da Comissão da Festa, que ficámos a saber alguns pormenores do que irá acontecer nos dias 6, 7 e 8 de Setembro.

Se em termos de obras no terreno a abertura da zona ribeirinha e as transformações aí em curso (ver peça) constituem a grande novidade, outros pequenos melhoramentos foram efectuados um pouco por todo o lado. Por exemplo, a entrada da Princesa está agora revestida de um manto vegetal, foram plantadas mais cem árvores e ajardinadas várias zonas, nomeadamente na alameda central.

Com o rio cá deste lado

O aproveitamento da zona ribeirinha da Quinta da Atalaia estava há muito tempo pensado mas só este ano foi possível avançar com os trabalhos. O projecto, devidamente licenciado pela Câmara Municipal, prevê várias fases de execução e integra-se no plano global de recuperação e valorização da baía do Seixal lançado pela autarquia.

Trata-se de uma extensa área plana que representa cerca de um terço do espaço até aqui ocupado pela Festa, que no futuro poderá ser utilizada pela população como zona lúdica de ligação com o rio, devendo ali surgir um pavilhão polivalente, para a realização de encontros e outras iniciativas, bem como um equipamento de restauração.

A primeira fase do projecto compreende

a construção de um lago, o encaminhamento das águas pluviais, a retenção da água da maré e a cobertura vegetal da área envolvente. O rio entra assim na Quinta através de um processo muito semelhante ao dos famosos moinhos de maré de Corroios. O lago, de águas salgadas, poderá servir para a aquacultura e talvez venha a ser o cenário perfeito para um concurso de pesca.

Nos dias da Festa, será ali instalado o Avanteatro, um ecrã para projecção de cinema, uma exposição com modelos de embarcações tradicionais do rio e dois bares.

Para a organização da Festa, «o que se pretende é criar um espaço calmo de lazer, onde seja possível fazer uma pausa no bulício da Festa».

está Daciano, no estilismo, Manuela Bronze, na medalhística, João Duarte e na joalharia, Gordilho.

Para além de uma nova rearmagem do espaço central, aqui destacam-se ainda dois grandes murais sobre os 75 anos do PCP e os 20 da Festa.

Diversidade e qualidade nos espectáculos

Seguindo a tradição de grande qualidade e diversidade, a organização da Festa promete para este ano um programa de excepção. Como habitualmente, anunciam-se grandes nomes para Palco 25 de Abril e Auditório, enquanto o Palco Arraial é reservado à actuação de grupos de música popular portuguesa oriundos de várias regiões do país.

Uma novidade é a criação do Palco da Liberdade, onde actuarão novos valores da música



A zona ribeirinha é um novo espaço de lazer que o visitante poderá desfrutar nos dias da Festa

ra, tapeçaria, joalharia, medalhística, estilismo, fotografia, banda desenhada, cerâmica, e gravura.

Uma comissão constituída por 14 artistas de mérito reconhecido indicará quatro jovens talentos em cada uma destas áreas que serão convidados a expor os seus trabalhos. Da comissão fazem parte entre outros, o pintor Rogério Ribeiro e o arquitecto Tainha. No design

portuguesa. É um projecto que começou há meses com a audição e selecção dos grupos que ali pretendem mostrar o que valem. A organização aceita inscrições só até ao próximo dia 12 deste mês.

O Avanteatro, que muda para a zona ribeirinha, regista já a adesão de numerosas trupes, bem como, em termos de programação, continuará a apostar em apontamentos de música e dança. Prometida está também a Sessão de Teatro da meia-noite.

Perto dali, vai estar um ecrã para projecção de cinema ao ar livre. Prevê-se a passagem de curtas-metragens essencialmente de cinema português, como forma de assinalar o centenário da sétima arte em Portugal.

Desporto para milhares

Presença indispensável na Festa, o desporto tem o seu ponto alto com a Corrida de 8 de Setembro. As inscrições começam em Julho até final de Agosto. Para além desta prova, que no ano passado envolveu perto de 1500 atletas, durante os três dias da Festa decorrerão na Atalaia vários torneios de damas, xadrez, chinquillo, tiro, bem como terá lugar a final do Torneio de Futebol de Salão, cujas fases regionais estão em curso. Haverá ainda lugar para modalidades de exibição e outras voltadas para a participação dos visitantes.

Entretanto, estão anunciadas várias provas de divulgação da Festa. Para o próximo dia 7 de Julho está anunciada uma prova de atletis-



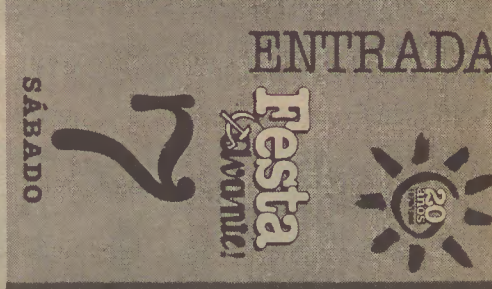
A relva cobre agora a totalidade do terreno. E já há quem trate dela...

mo em Cascais, em 13 de Julho é a vez das canoas se fazerem ao rio para o «Avantejo», que cumpre um percurso entre Belém e Seixal. Em meados de Julho, realizam-se os concursos de pesca, em Castelo Branco e em Lisboa. Os ciclistas têm encontro marcado para 25 de Agosto, numa prova que terminará na Quinta da Atalaia.

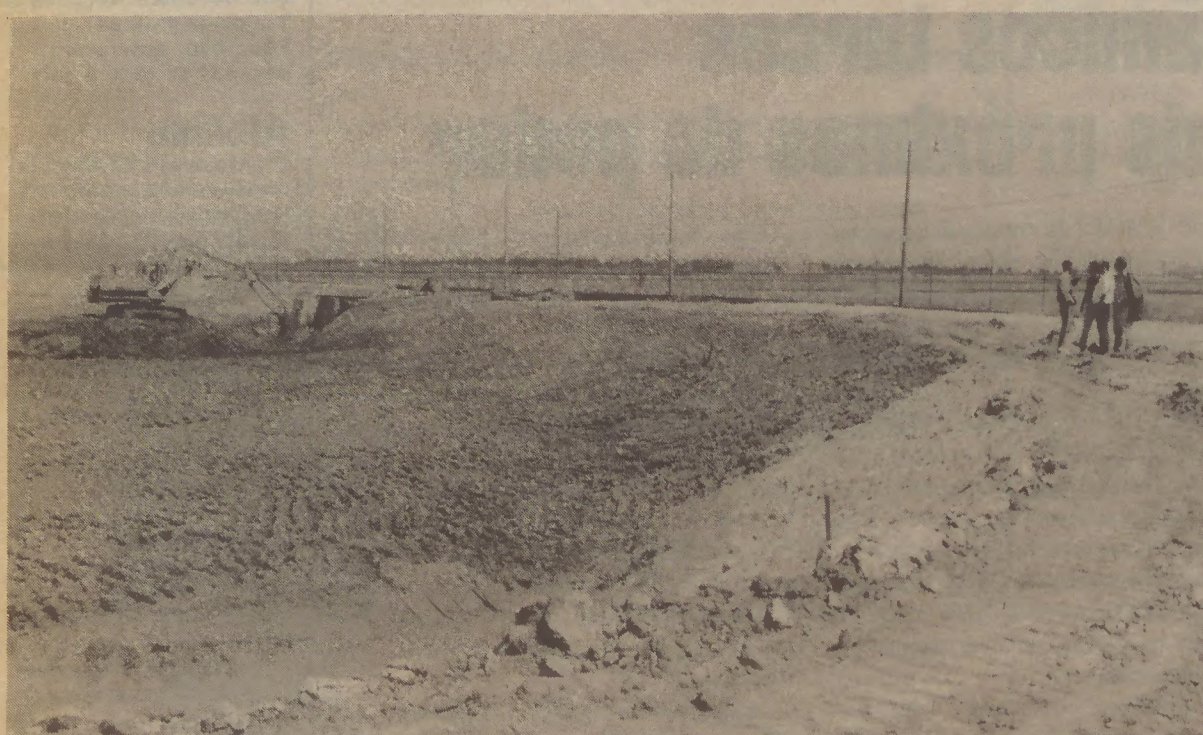
Como sempre, a Festa é erguida graças ao trabalho voluntário de muitos militantes comunistas. Nestes três meses que faltam até à abertura da Festa há muito que fazer na Atalaia e todos os braços são bem-vindos. O apelo fica lançado. No próximo fim-de-semana, ajuda a construir a Festa!

Entrada Permanente Um título de solidariedade

Tal como nas edições anteriores, a venda antecipada da EP - Entrada Permanente na Festa - é essencial para erguer a verdadeira cidade que durante três dias ocupa o terreno da Atalaia. Para que tudo esteja pronto no momento em que as portas se abrem aos visitantes são necessários avultados investimentos, que a venda antecipada da EP ajuda a cobrir. A venda nos centros de trabalho do PCP por apenas 2 mil escudos, comprar a EP e convencer os amigos a adquiri-la é mais de que comprar um simples bilhete - é um acto de solidariedade com aquela que, após 20 edições, continua a ser a maior manifestação cultural e política do nosso país - a Festa do «Avante!».



É por aqui que as águas pluviais são encaminhadas para o rio



Nesta área irá surgir um lago com 4 mil metros quadrados que estará em comunicação com as águas do rio



Os amigos do Governo

SINAL marcante dos dias que correm é dado pelo papel que desempenha a grande maioria da imprensa, em defesa de propostas e ideias predominantemente influenciadas pelo centro-direita, numa sintonia perfeita com a acção governativa distinguindo-se mal, em muitas circunstâncias, o que é objecto de notícia do que é a divulgação de acções de autopropaganda do Governo.

A situação não é nova sobretudo face aos principais objectivos que têm vista. Mas, há que reconhecer, tais traços têm-se acentuado com a entrada em funções deste Governo, já que a sua actuação tem, no recurso sistemático a operações de propaganda, um instrumento privilegiado de intervenção para, entre outros aspectos, procurar tornar menos evidente a natureza da política que pratica ou para desviar as atenções dos problemas fundamentais que da sua acção governativa resultam para os trabalhadores e o País.

Assim, com frequência, a função informativa é substituída pelo comentário político num tratamento a que se associam a superficialidade e a profunda desinformação. O que importa é tratar o pormenor e não a causa do acontecimento, e se o pormenor meter sangue ou intriga tanto melhor para o espectáculo.

As chamadas notícias associam-se, no mesmo sentido, o papel e o proveito desempenhado pelo extenso rol dos titulados "comentadores políticos" que em jornais (diários, revistas, semanários, trisemanários, mensais, anuais), rádios, televisão, repartindo e rodando entre si as oportunidades de representação de uma peça previamente seleccionada e censurada ao serviço de ideias e projectos de centro-direita, constituem hoje o que com propriedade poderíamos chamar "O Clube dos Amigos Americanos".

Daqui decorre que a imagem, a selecção dos acontecimentos que diária e sistematicamente são tratados pelos grandes órgãos de informação acerca do chamado país real, estão cada vez mais distanciados da realidade do país e dos graves problemas que os portugueses enfrentam.

A desinformação cumpre com rigor o seu papel. Atrás da dúvida a tomada de consciência por parte de grandes massas da origem e das causas dos problemas que os afligem, mas não resolve a grande contradição que cada vez mais se evidencia numa sociedade e num mundo marcado pela exploração, pela perda de direitos sociais, pela fome, pela discriminação e pela exclusão social de milhares de trabalhadores.

O primeiro-ministro e o seu governo podem em grandes operações de propaganda continuar a fazer visitas pelo país prometendo desenvolvimento em Trás-os-Montes à mistura com cheques para compra de novo e moderno equipamento para engraxar sapatos. Podem vir ao Algarve, como o fizeram recentemente, prometer mais fundos e sobretudo anunciar a importantíssima questão de inverter para sul o início da construção para norte da auto-estrada. Ou debitar mais umas quantas promessas acerca do seu empenhamento na criação das regiões administrativas para sossego das consciências e amortecimento das contestações.

Mas tudo isso não chega para resolver os problemas reais do desenvolvimento regional, do emprego, da melhoria das condições de vida de quem cá continuará a viver, nem apaga, quanto à regionalização, o facto desta importante reforma do Estado ter sofrido mais um forte revés pelas cedências do PS à chantagem de toda a direita.

Pode o actual Governo fazer aprovar, com os votos da direita, uma Lei para proibir o protesto popular assumido nas ruas ou em cortes de estradas em nome da nossa boa imagem e sempre em defesa do normal funcionamento das instituições, falácia sistematicamente invocada quando se trata de fazer passar medidas que claramente visam impedir não só o direito à indignação e ao protesto mas sobretudo à sua livre expressão. Investir-se-ão comentários e argumentos em defesa de tal medida. Mas, como a história está farta de demonstrar, não há decreto que amarre nem amordace o protesto amadurecido e justo.

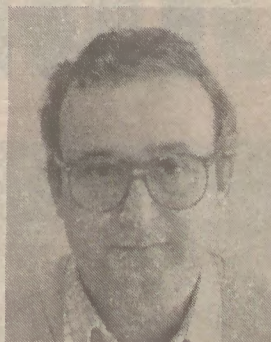
Pode o actual Governo aprovar como aprovou com o apoio do PP e a disfarçada abstenção do PSD, a Lei da Flexibilização e da Polivalência, praticando assim o mais grave atentado a direitos históricos dos trabalhadores efectuado por um governo após o 25 de Abril. Pode o Eng^o Guterres continuar, em oratória escorreita, a defender as virtudes do golpe para benefício da modernidade e desenvolvimento do país. Certamente também aqui com o apoio da generalidade da imprensa cujos donos asseguraram devida representação dos seus interesses na pessoa do Sr. Ferraz da Costa. Mas isso não resolve, nem impedirá, que a luta e o protesto se continuem a manifestar e a alargar (incorporando nele, certamente, correntes católicas que se distanciam das posições da mais alta hierarquia) contra a aplicação de medidas que vão acentuar a exploração dos trabalhadores e a constituir mais um factor de desemprego e degradação das relações de trabalho e das condições de vida.

Bem pode o actual Governo continuar a propagandear as virtudes da moeda única, dos benefícios e inevitabilidades do federalismo em nome da Europa e do progresso. Pode igualmente continuar a encher-nos os ouvidos com a importantíssima questão do Sr. Kohl nos ter em muito boa conta dado o nosso bom comportamento anterior, atitude assegurada devidamente pela nova e moderna equipa do Eng^o Guterres. Pode ainda, através da relação directa gabinete de ministros / redacção de jornais, ser devidamente sublinhada a postura reivindicativamente nova que este Governo tem perante quem manda em Bruxelas e na UE.

Mas também aqui tais boatos não eliminam o facto deste Governo, em virtude de manter a essência das políticas, conduzir o país para a apressada destruição do aparelho produtivo, para a progressiva escalada do desemprego e para a perda da independência nacional. Veja-se o recetíssimo exemplo das pescas.

No início deste ano, já com este Governo e com a sua auto-proclamada reivindicativamente nova postura, acabamos por ceder, com muita parra e pouca uva, àquilo que a Comissão de Pescas já tinha negociado com Marrocos em prejuízo da nossa indústria conserveira. Agora a mesma senhora acaba de anunciar nova medida através da qual se propõe a redução de 40% das capturas de sardinha pela nossa frota até ao ano 2002.

Sobre esta matéria é preciso esclarecer que Portugal foi o País da UE que mais redução de frota efectuou (enquanto outros no mesmo período aumentaram o seu esforço de pesca), tendo-se perdido desde a data da integração (1986) 20% das capturas em águas nacionais e 65% em pesqueiros exteriores à Comunidade. As importações de pescado subiram, no mesmo período, de 38 milhões para 115 milhões de contos. Passamos de um país produtor para importador de produtos derivados da pesca. Perderam-se milhares de postos de trabalho no sector e o rendimento de pescadores e armadores deteriorou-se drasticamente. A pesca deixou de ser um sector atractivo para quem nele trabalha e investe. A sardinha é dos poucos recursos que dispomos que não se encontra numa situação de sobreexploração. Constitui uma matéria-prima essencial para alimentar o pouco que resta da indústria



CARLOS LUÍS FIGUEIRA
Membro
da Comissão Política

A manter-se, por este Governo, o essencial das políticas derrotadas em Outubro último, a situação económica e social do País vai continuar a agravar-se

conserveira. A justificação científica invocada por Bruxelas para impor tal medida nada tem que ver com a realidade nacional.

Bem pode o Governo falar hoje grosso, porque só isso não resolve. E não resolve porque o que pode vir a passar-se no final é mais uma vez uma saída pela porta baixa. Porque quem determina a essência da política comunitária em relação à qual este Governo continua irresponsavelmente amarrado, convergindo com tal postura com toda a direita, são os interesses representados pelo Sr. Kohl e familiares, pelos vistos, amigos deste Governo, amizade e consideração devidamente sublinhadas e ilustradas pelos igualmente amigos que se encarregam de fazer as notícias e os comentários respectivos.

Mas o que esta medida, a ser levada por diante, provocará é, sem sombra de dúvidas, mais uma machadada num sector já extremamente fragilizado, lançando para o desemprego, sem alternativas, milhares de pescadores e trabalhadores conserveiros.

A propaganda do acessório, a desinformação, o escamoteamento das causas principais dos problemas vividos, o sentido da sua inevitabilidade que procuram fazer passar, acompanhadas do silenciamento, da deformação e da discriminação de quem se opõe firmemente a esta política são, sem dúvida, armas poderosas que contribuem para amortecer descontentamentos e atrasar a construção do edifício das políticas e projectos alternativos. Mas não resolvem tudo.

A manter-se, por este Governo, o essencial das políticas derrotadas em Outubro último, a situação económica e social do País vai continuar a agravar-se.

As contradições, descontentamentos, decepções, insatisfações que tal situação está a provocar são já hoje visíveis no interior do Governo e do partido que o sustenta.

Neste quadro, o movimento de protesto e a luta vão continuar a desempenhar um papel fundamental, insubstituível, incorporando nela, cada vez mais, camadas e correntes constituídas por muitos daqueles que votaram PS para derrotar a política e agora constatarem estar a ser de novo, no essencial, praticada.

É este movimento que acabará por criar condições para impor (contra todos as centrais de desinformação e contra-informação e sobretudo o poder económico que as sustenta) um novo projecto político, ancorado em valores de esquerda, dando corpo a uma política alternativa que promova o desenvolvimento económico do País, criando postos de trabalho, respeitando e defendendo direitos sociais, garantindo a nossa independência nacional.

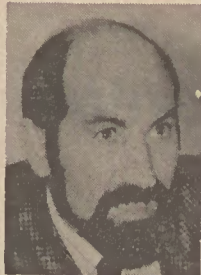
Porque o futuro não está no regresso ao passado recente ou longínquo!



EM FOCO

A reforma da Política Agrícola Comum e o GATT (1)

Por uma alternativa para o Mediterrâneo



■ Lino de Carvalho

Franz Fischler, Comissário Europeu para a Agricultura e o Desenvolvimento Rural, dirigindo-se ao denominado «Congresso de Agricultura Europeia» em Estrasburgo (Setembro de 1995) afirmava:

«A reforma da Política Agrícola Comum está no seu terceiro ano de transição e, até ao presente, a sua implementação pode ser considerada um êxito.» E dizia ainda – «Em virtude dos Acordos de Marrakech (GATT-OMC), a organização dos mercados foi harmonizada e a futura política de comércio externa adaptada.» Estas frases encerram propositadamente um mundo de equívocos porque escamoteiam três questões decisivas: êxito para quem, êxito para que países, harmonização de mercados a favor de quem?

Importa que a Comunidade não se limite a frases genéricas e abstractas. É preciso que seja feita uma avaliação concreta, por classes de agricultores e tipo de explorações, por produções e por países para que a PAC e a sua reforma possam ser avaliadas por inteiro.

É que:

— calcula-se que, após a reforma da PAC se tenha agravado a concentração dos apoios nos agricultores e nas explorações de

regulamentação dos mercados e das fronteiras tanto no âmbito do Mercado Único como, posteriormente, do início da aplicação dos Acordos do GATT.

— Por sua vez, o rendimento real dos agricultores portugueses continua a degradar-se. Segundo o Instituto Nacional de Estatística, em 1995 ter-se-á agravado 2,4% em relação ao ano anterior e, desde a adesão, cerca de 25%, já contando com os subsídios ao rendimento.

Dos pretextos aos factos

A verdade é que a reforma da Política Agrícola Comum com o pretexto de reduzir os excedentes, acabar com uma política de sustentação de preços substituindo-a por apoios degressivos ao rendimento para evitar alegadamente distorções de mercado e diminuir as despesas orçamentais da Comunidade com o sector agrícola (com base em baixas drásticas dos preços, ajudas ao hectare, retirada das terras da produção), de facto:

realizado processo neoliberal de abolição de fronteiras que não serve nem a agricultura da União Europeia, designadamente a agricultura familiar não exportadora nem mesmo as agriculturas de países menos desenvolvidos de outras regiões do mercado mundial.

Aquilo a que o Comissário Franz Fischler chama a uniformização dos mercados significa:

— a vitória dos interesses das economias exportadoras, dos sectores agro-comerciais e das transnacionais e, em particular da economia agro-alimentar norte-americana;

— o fim do regime da preferência comunitária;

— a retracção do crescimento económico e das produções locais dos países menos desenvolvidos;

— o agravamento da dependência alimentar em países com agriculturas escassamente produtivas como é o caso de Portugal.

Opções

As regras definidas para a PAC a partir da reforma de 1992 e os acordos do GATT não afectaram, antes pelo contrário, as agriculturas mais competitivas que se tinham construído, aliás, à sombra da «velha» PAC.

Ao desacelerar e reduzir o nível de apoios à agricultura e ao optar por políticas visando a redução da produção e o abandono do direito a produzir as opções da actual Política Agrícola Comum atacam sobretudo a possibilidade das agriculturas menos desenvolvidas do Mediterrâneo, do Sul da Europa, como Portugal e que só mais recentemente se integraram na Comunidade sem terem usufruído das políticas anteriores de incremento da produção e das produtividades, de atingirem níveis de desenvolvimento das agriculturas do Centro e Norte da Europa, e isto, quando estas agriculturas são aquelas que melhor respeitam o ambiente.

Esta opção já está patente, aliás, nas orientações propostas para a reforma das organizações comuns de mercado das produções mais específicas dos países do Sul e dominantes nas explorações familiares. É o caso da reforma das frutas e legumes, da vinha e do vinho, do azeite.

Ao contrário das decisões tomadas quando da reforma da PAC para os cereais e até ao contrário dos compromissos assumidos pela Comunidade no Conselho de Setembro de 1995 – a Comissão já não quer aplicar, para a reforma dos produtos mediterrânicos, os mesmos princípios da solidariedade financeira (que levaram a que as políticas resultantes da reforma dos cereais, da carne e do leite fossem financiadas a 100% pelo Orçamento da Comunidade) pretendendo transferir parte dos custos das respectivas políticas para os Estados-membros e as organizações de produtores numa base de co-financiamento.

A Comunidade não promove políticas de estímulo ao incremento dos sistemas produtivos mediterrânicos quando se reconhece até que o azeite, o vinho, as frutas e legumes são produtos naturais e ambientalmente saudáveis e, em muitos deles, a Comunidade é, até, deficitária (caso do azeite e das frutas frescas); pretende reduzir os excedentes do vinho em prejuízo da produção natural de vinho a partir da uva (como se pratica nas agriculturas mediterrânicas) e favorecendo a produção industrial de vinho com base na sacarose (próprio das agriculturas setentrionais).

Propõe-se condicionar a produção de tomate transformado para a indústria não permitindo o aumento da produção global da Comunidade (quando a capacidade de consumo aumentou em resultado do alargamento da Europa de 12 membros para 15 Países) com o objectivo de deixar os novos mercados à disposição das produções de países terceiros; quer promover o arranque de oliveiras e promover o consumo de óleos industriais.

Isto é, para as produções dos países mediterrânicos do Sul da União Europeia já não existe nem o princípio da solidariedade financeira nem a preferência comunitária nem a defesa da ideia de produções naturais nem existe, aliás, nenhuma política específica. Estas orientações discriminatórias para as produções dos países mediterrânicos são inaceitáveis e devem ser liminarmente rejeitadas.

(Continua)

(Intervenção de Lino de Carvalho no Encontro promovido pelo Partido da Refundação Comunista (Itália) e pelo Grupo de Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Verde Nórdica, em Nápoles, a 25 e 26 de Maio, para debate da PAC e definição de uma política alternativa para a agricultura mediterrânica.)



maior dimensão e cuja necessidade de alteração estava presente aparentemente nas preocupações que levaram a reclamar a reforma da PAC.

Isto é, mantém-se (ou até se ampliou) a situação de 80% das verbas do FEOGA beneficiarem apenas 20% das explorações. A ideia da modulação inscrita na comunicação da Comissão de Fevereiro de 1991 nunca passou do papel.

— Os apoios por activo agrícola nos países e regiões menos desenvolvidos do Sul da Europa continuam a ser três a dez vezes inferior ao dos países do Centro e Norte da Europa.

— No que a Portugal se refere, a taxa de cobertura do comércio externo agro-alimentar que já era somente de 48,9% quando da adesão à Comunidade, tinha-se agravado em 1991 para 38%, estando em 1995 na ordem dos 30%. Este sério agravamento da dependência agro-alimentar do País é o resultado directo da des-

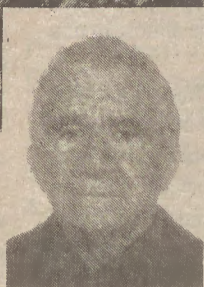
— penaliza todos os Países e explorações por igual, independentemente da responsabilidade de cada um na criação de excedentes e da responsabilidade de cada um na degradação do meio ambiente.

— Consolida as rendas diferenciais levando à concentração da produção nas maiores explorações mais intensivas e situadas nas regiões mais férteis.

— Promove a intensificação da produção.

Por outro lado, o sistema de ajudas ao rendimento não estimula nem sequer permite uma reorientação dos sistemas produtivos. Por exemplo, se o agricultor quer abandonar os cereais para se dedicar a outra cultura perde as ajudas compensatórias de que beneficiava.

Sabe-se também que a reforma da PAC foi condição de viabilização dos acordos do GATT que abriram caminho a um gene-



■ Miguel Urbano Rodrigues

Indonésios e malaaios, piratas da madeira

Ninguém poderá evitar o processo de globalização. Essa sentença foi recentemente emitida por Bachrum Haharap, secretário de Estado para o Desemprego e a Cooperação da Indonésia. Segundo esse colaborador do presidente Suharto, a globalização da produção e das infra-estruturas a ela ligadas exige uma lógica de guerra. E explica: «Quando se trata de investimentos é como na guerra: matar ou ser morto.»

Grupos económicos associados a grandes empresas da Malásia e da Coreia do Sul esforçam-se por aplicar essa lógica guerreira no sector da madeira.

Primeiro morderam nas florestas de Bornéu e da Malásia. Depois, procederam a uma devastação sistemática das selvas da antiga Nova Guiné Ocidental, hoje a província indonésia do Irian.

Uma das empresas do pool instalou-se nas Ilhas Salomão, mas as violações da lei foram tais que o governo da pequena república do Pacífico ordenou a sua expulsão. Os tractores foram, então, embarcados para o Suriname.

E porquê o Suriname?

Porque a América Latina passou a ser o campo preferencial de actividade dos grupos madeireiros indonésio-malaio-coreanos. A ambição desses adeptos da tese da globalização bélica é tão insaciável que, inicialmente, pretenderam obter do Suriname o monopólio da exploração de quase metade do seu território. O governo do pequeno país rejeitou essa proposta por força de uma lei que proíbe ao capital estrangeiro adquirir mais de 150 000 hectares de terras. O grupo indonésio Musa contornou o obstáculo com um artifício: criou 67 empresas «surinamesas» com capital vindo de Jacarta, cada uma com direito a explorar 150 000 hectares. Posteriormente, duas outras empresas, uma indonésia e outra malaia, já entraram no negócio.

País esquecido e quase despovoado (apenas 422 000 habitantes em 161 000 km²), o Suriname, ex-colónia holandesa, dispõe de maior concentração de recursos florestais por hectare do planeta. Quase 90% do território estão cobertos de selvas praticamente virgens: 9 486 toneladas de biomassa florestal por habitante, uma riqueza fabulosa em biodiversidade.

Alguns membros da família do presidente Suharto – segundo denúncias tornadas públicas por associações ambientalistas internacionais – estariam, aliás, ligados a empresas que operam no Suriname e a outras que adquiriram concessões com uma área de 9 milhões de hectares (a superfície de Portugal) na República da Guiana (ex-colónia britânica) e estão em negociações para entrada no Panamá, nas Honduras e na Nicarágua. Na Venezuela e no Peru, os dirigentes desses grupos, em pesquisas de mercado, têm esbarrado com dificuldades de complexa superação. Transferiram, por isso, as suas ambições para o Brasil, onde os obstáculos são mais facilmente contornáveis.

Uma empresa malaia, a WTK, adquiriu 1 200 000 hectares no município de Carauri, a sudoeste de Manaus. Duas outras zonas florestais menores já teriam sido negociadas por outro grupo, com 210 000 e 50 000 hectares, respectivamente.

Na opinião do titular do novíssimo Ministério da Reforma Agrária, Raul Jungmann, as informações sobre o tema são até agora imprecisas, pois «os negócios são registados nos municípios». Os planos das madeireiras asiáticas, depois de analisados, receberão, entretanto – disse – «o mesmo tratamento concedido às empresas nacionais do ramo», porque «a legislação não permite nenhuma distinção».

Jungmann conhece tecnicamente o problema: era presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais antes de ser nomeado ministro.

«Podem entrar, podem ser grandes empresas do sector madeireiro, mas com certeza não vão fazer a exploração que fizeram em outros países» – declarou em entrevista ao diário «O Estado de S. Paulo» (1.5.96).

Jungmann é um espírito optimista. A sua confiança assenta, porém, num pressuposto ingénuo. O ministro da Reforma Agrária acha que qualquer «deslize dessas empresas» provocaria uma forte reacção internacional, porque «os olhos do mundo estão voltados para a Amazônia». Sobre a eventual reacção do seu governo nada adiantou.

Os antecedentes confirmam que os piratas da madeira indonésios e malaaios não se preocupam com «os olhos do mundo». Preferem acreditar na «lógica da guerra» aplicada à globalização, tal como o ministro do Desenvolvimento e da Cooperação do general Tri Suharto.

Alargamento dos direitos de cidadania Por que espera o PS?

■ Rui Fernandes

A matéria é conhecida e a posição do PCP também. Na anterior legislatura, o Grupo Parlamentar do PCP apresentou um projecto visando a revisão do artigo 31º da Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas (LDNFA), que é o artigo que estabelece o quadro de restrições de direitos aos militares.

Esta iniciativa do PCP ficou na gaveta da maioria laranja. A mesma maioria que fez aprovar a Lei do Regime de Queixa ao Provedor de Justiça por parte dos militares, cujo descarado objectivo foi criar tais barreiras de acesso ao Provedor que conduzissem os militares ao não exercício do direito.

O PS em todo este processo andou em fuga permanente.

O associativismo

Os sargentos constituíram há 7 anos a sua Associação Nacional (ANS), no decorrer de dois Encontros Nacionais e múltiplas iniciativas que juntaram milhares de sargentos.

Desde então têm mantido um constante e persistente leque de iniciativas, bem como a produção de estudos e alertas sobre praticamente todas as matérias com incidência socioprofissional. Hoje fazem parte da EUROMIL – Organização Europeia de Associações Militares, com assento na OIT, Conselho da Europa, etc. Por iniciativa da ANS têm vindo a Portugal dirigentes de Associações Europeias congéneres e foi ampliada a consciência da realidade existente noutras partes do mundo, no plano dos direitos, liberdades e garantias. Através de colóquios e debates realizados em Portugal, envolvendo juristas e a experiência internacional, tornou-se irrecusável e indesmentível que a manutenção do actual artigo 31º, do actual quadro de restrições, só se justifica à luz da ausência de vontade política ou, se quisermos, à luz do interesse de alguns em o manter, ainda que aqui e acolá mostrem uma imagem aberta e arejada.

Os Oficiais, em 1982, constituíram a Associação dos Oficiais das Forças Armadas (AOFA), decorrente da insatisfação com a forma como o processo de reestruturação e redimensionamento das Forças Armadas estava a ser feito e tendo como causa próxima a célebre «Lei dos Coronéis».

Também a AOFA tem vindo a promover colóquios e estudos, através dos quais demonstrou o absurdo da manutenção do actual quadro restritivo de direitos, bem como assumiu posição sobre aspectos lesivos da carreira dos Oficiais.

Apesar das ameaças e medidas persecutórias, o associativismo militar de pendor socioprofissional evoluiu e consolidou-se como uma realidade viva, actuante e participante no seio das Forças Armadas. Uma realidade cujo indesmentível traço tem sido o de procurar contribuir com sugestões e propostas para a solução dos problemas e têm-no feito no quadro do relacionamento institucional com a Assembleia da República, Provedoria, Presidência da República e, recentemente e pela primeira vez, junto do Ministério da Defesa Nacional. É que o MDN do PSD – Fernando Nogueira – abominava desde logo a hipótese, quanto mais receber!

Neste momento, somente os chefes militares ainda não receberam as Associações. Trata-se, temos de dizê-lo, de um facto que tem tanto de curioso como de incompreensível.

Porque espera o PS?

Nada há que justifique a manutenção do actual artigo 31º e, consequentemente, o quadro de restrições nele contemplado. Nem a justificação, dada aqui e acolá, de que está (está mesmo?) em curso a revisão constitucional serve de capa ao adiamento de medidas visando tal objectivo. Porquê? Porque a proposta de revisão constitucional que o PS apresenta para o artigo 270º da Constituição em nada bole com a revisão do artigo 34º.

O actual artigo 270º da CRP diz: «A lei pode estabelecer restrições ao exercício dos direitos de expressão, reunião, manifestação, associação e petição colectiva e à capacidade eleitoral passiva dos militares e agentes militarizados dos quadros permanentes em serviço efectivo na estrita medida das exigências das suas funções próprias.»

Ora, como se verifica, a CRP não obriga ao estabelecimento de restrições, limita-se somente a dizer que podem haver e ainda assim na «estrita medida das exigências das suas funções próprias».

A proposta de revisão constitucional que o PS apresenta limita-se a retirar do actual artigo «e agentes militarizados» e a propor um segundo ponto ao mesmo, com idêntico objectivo mas virado para as Forças de Segurança. Para além da proposta do PS, somente a Associação Política XXI propõe alteração ao artigo em apreço, mais concretamente, propõe a sua eliminação.

Parece pois haver consenso relativamente a este artigo e julgamos estar claro que a revisão do artigo 31º da LDNFA pode avançar se para o efeito houver vontade política do PS. E esta é a questão que está colocada: o PS não pode continuar a ziguezaguear. Nos Estados Gerais concluiu pelo associativismo e a revisão do artigo 31º. No Programa de Governo não consta a revisão do artigo 31º.

E para que não se diga que isto é má vontade nossa, o tal «espírito do contra», leia-se o que diz a deputada e membro do Secretariado do PS, Maria Carrilho: «Não há dúvida (...) que a questão da representação militar está lançada em Portugal. (...) o PS, embora já se tenha pronunciado favoravelmente à representação socioprofissional da PSP ainda não o fez em relação a este tema.» (!)

Pois não! E, convenhamos, já chega de cansativamente fugir ao problema! Ainda agora a França deu passos no sentido de alargar direitos de cidadania aos militares.

A poucos anos da chegada de um novo milénio, é lamentável que persista a falta de vontade política para encarar, sem complexos ou tabus, a consagração de direitos de cidadania hoje vedados aos militares e que fazem parte de tratados e declarações internacionais, como a Declaração Universal dos Direitos do Homem, a Carta Social Europeia, ou a Resolução da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa.

É urgente, é necessário e é de elementar justiça alterar o 31.

Por que espera o PS?

(!) Maria Carrilho, *Democracia e Defesa*, pág. 166.

O embuste da «Europa Connosco» e a política sindical da social-democracia alemã

■ Rui Paz

Interrogado pelos jornalistas sobre qual teria sido a reacção do seu falecido pai, após os assobios e arremessos de tomates e outros legumes com que os milhares de trabalhadores presentes no comício do 1º de Maio em Berlim receberam o discurso de Diter Schulte, presidente da Federação dos Sindicatos Alemães (DGB), aquele dirigente sindical respondeu: «Rapaz, agora já é tempo de mudares de rumo.»

Este acontecimento é bem significativo do estado miserável a que a social-democracia conduziu o movimento sindical num país cujo banco central pretende impor a destruição de importantes conquistas civilizacionais não só ao povo alemão mas a toda a Europa.

De facto, o desastre social que o capitalismo está a provocar na Europa tem sido facilitado pelo desarme ideológico e da capacidade de resistência de vastos sectores do mundo do trabalho submetidos à influência social-democrata. O abandono pelo SPD das ténues referências que ainda ia mantendo ao marxismo, absorvendo da democracia-cristã a teoria da irmandade entre ricos e pobres, entre o capital e o trabalho, estão a conduzir à sua liquidação, a restringir drasticamente o seu eleitorado e a provocar danos irreparáveis ao movimento sindical, fomentando o descrédito das organizações de trabalhadores, a desorientação e o desespero, principais alimentos da extrema-direita, do neonazismo e do racismo. Um dos erros centrais da filosofia social-democrata consiste em procurar convencer os trabalhadores e as suas organizações sindicais de que se encontram no mesmo plano de igualdade que o patronato. Esta miragem do pensamento e da acção desta corrente política está bem expressa na terminologia

adoptada na Alemanha para designar o patrão, «Arbeitgeber» (aquele que dá emprego) e o trabalhador «Arbeitnehmer» (aquele que recebe emprego). Com este golpe de ilusionismo verbal, as situações incomparavelmente diferentes do proprietário dos meios de produção e do capital e do trabalhador por ele explorado são transformadas numa relação de parceiros em igualdade de planos e de direitos apenas com funções diferentes.

A actual situação económica e social está a mostrar a perversão de tais conceitos e da mentira que lhe está subjacente, já que hoje na Alemanha os patrões fazem exactamente o contrário daquilo por que são designados, em vez de fomentarem a criação de postos de trabalho provocam o desemprego massivo. O entusiasmo com que os delegados no último congresso do SPD em Mannheim reagiram à intervenção do actual presidente do partido, Oscar Lafontaine, quando lhe fugiu a língua para a verdade e abandonando a linguagem oficial aludiu às vantagens fiscais para os «milionários» em comparação com a miséria dos «trabalhadores» prova que a própria base social-demo-

crata não acredita na terminologia correntemente utilizada pelos seus dirigentes.

Enquanto a correlação de forças internacional obrigava o capitalismo a manter-se em sentido, o ilusionismo social-democrata, pelo menos nos países imperialistas, lá ia funcionando. Mas hoje que o grande capital não precisa de quem lhe lave os dentes para devorar o trabalho, a teoria dos parceiros sociais está a revelar-se um embuste de alto nível. Um embuste que nos recorda a expressão caricatural de Mário Soares da «Europa connosco». De facto quando o então líder do Partido Socialista lançou aquela palavra de ordem para justificar a destruição das conquistas económicas democráticas da revolução de Abril como uma condição necessária para o povo português atingir o nível de vida dos países capitalistas europeus mais desenvolvidos, muitos estavam longe de imaginar que esse objectivo não só nunca seria atingido, mas pior ainda, que a integração de Estados com economias mais débeis viria mesmo

vez desde o fim da guerra voltou a utilizar a expressão «a nossa pátria» tão desacreditada por Hitler e que serviu apenas para anexar a ex-RDA, uma vez que hoje a «pátria» da democracia-cristã e do patronato são os países e regiões de mão-de-obra barata onde se obtêm os maiores lucros mesmo que a totalidade do povo alemão fique condenada ao desemprego.

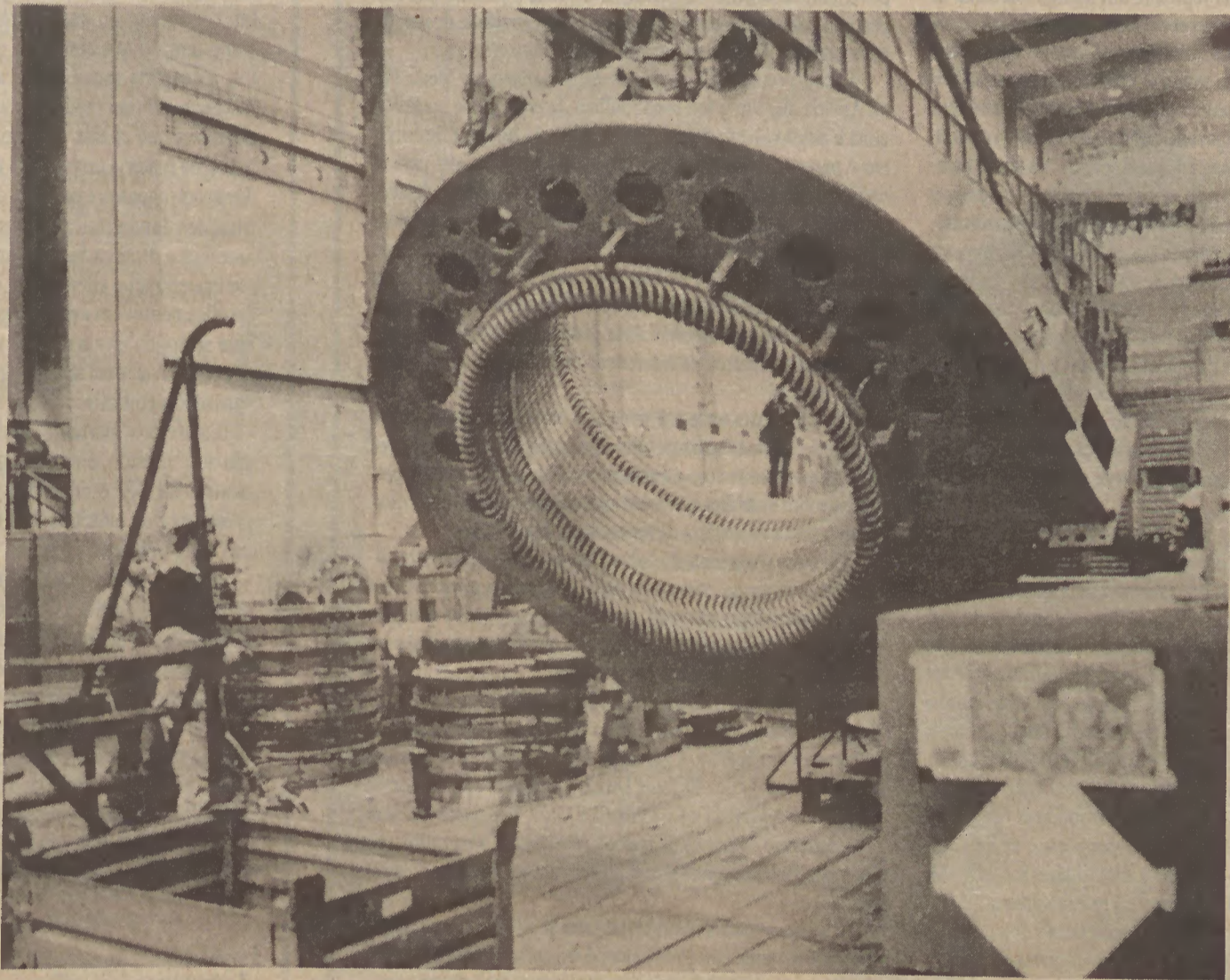
Não conseguem denunciar a política demagógica e militarista da Alemanha na ex-Jugoslávia em nome da «autodeterminação» e da «paz» quando no Curdistão é a própria democracia-cristã a fornecer as armas aos militares turcos para fazerem a guerra e exterminarem o povo curdo. São incapazes de confrontar o desmantelamento social, os cortes na saúde, na terceira idade, nos subsídios de desemprego, na doença... com os lucros fabulosos dos bancos e o aumento das despesas militares que só até ao ano 2001 serão acrescidas de 55 biliões de marcos. No momento em que a indústria metalúrgica quintu-

plica a sua receita bruta (38,7 biliões de DM em 1994) e despede em massa, ajoelham-se diante do patronato mendigando «alianças para o emprego» e propondo mais cedências, criminalizando assim os trabalhadores que ainda conservam os seus postos de trabalho como se fossem eles os culpados de uma política económica imoral, baseada exclusivamente no aumento egoísta dos lucros.

Apesar da capitulação social-democrata a resistência à agressão anti-social do governo de Bona organiza-se com inúmeras manifestações e concentrações dos trabalhadores dos estaleiros navais, da aeronáutica, da construção civil, do comércio, dos serviços públicos, correios e transportes realizadas nos últimos meses e

particularmente nos últimos dias, com documentos e apelos à mobilização de numerosos membros de comissões de trabalhadores e sindicalistas e com o sucesso das manifestações do 1º de Maio.

Para o dia 15 de Junho está a ser convocada uma grande manifestação, em Bona de protesto contra o desmantelamento social que constituirá uma importante jornada de luta e mostra que há razões muito fortes para se ter esperança, mesmo se são as organizações de base a terem de empurrar e dirigir os seus próprios dirigentes. O projecto catastrófico de revisão dos princípios programáticos divulgados pela direcção da DGB para o próximo congresso extraordinário de Novembro está a suscitar grande indignação nos meios sindicais e torna evidente que na Alemanha apesar da gravidade da situação social, persistem as tentativas para transformar as organizações sindicais em apêndice das confederações patronais, reduzidas à função de animadoras dos cada vez mais diminutos tempos livres dos trabalhadores, a uma espécie de Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho (FNAT) do salazarismo.



a servir de pretexto ao grande capital para exigir o abaixamento dos padrões de vida e desregular os sistemas sociais existentes:

A situação desoladora em que se encontram os sindicatos alemães todos controlados pela social-democracia já vem de muito longe e é o reflexo da capitulação sistemática de dirigentes que pelo desconhecimento das dificuldades reais das camadas populacionais mais pobres, pelo grau de burocratização, pelos salários e rendimentos elevados que auferem se identificam muito mais com os directores das grandes empresas do que com a multidão imensa dos milhões de assalariados. Prisioneiros de uma ideologia que os impede de apreender a realidade e que os leva a confundir os seus interesses e carreiras pessoais com os interesses do povo e dos trabalhadores ficam geralmente satisfeitos em governarem ou administrarem empresas e sindicatos sem alterarem coisa nenhuma.

Desarmados ideologicamente os sindicatos alemães não têm tido capacidade para desmascarar o carácter imperialista do «patriotismo» de Helmut Kohl quando este pela primeira

■ Zillah Branco

A consciência da dignidade ameaçada

No Brasil teve a oportunidade de ler «Cabelos ao Vento», a saga da mulher palestina num relato surpreendente em depoimento a Laura Maritano (1). O tema é importante para qualquer pessoa preocupada com o sofrimento humano e com as formas de luta em defesa da dignidade de cada um, mas interessa sobretudo aos emigrantes, a um país de emigrantes como Portugal e às mulheres de modo geral.

No entanto até agora só surgiu a edição original na Itália e a tradução brasileira. Em nome do eterno mercado os milhares de leitores ficam privados de um conhecimento que serviria de incentivo ao incansável combate contra as formas de exclusão impostas aos que vivem fora da sua pátria. As editoras preferem as ficções poético-místicas que cobrem as prateleiras das livrarias e ajudam os meios de comunicação social na formação de uma mentalidade alienada e egoísta.

Salwa Salem nasceu na Palestina em 1940 e morreu com cancro em 1992. A sua vida reproduz um pedaço marcante da história do seu povo. Conheceu períodos de paz e tranquilidade quando a sua família podia cultivar as suas terras e as suas tradições. Ainda muito pequena sentiu os efeitos da dominação britânica que desde 1918 ocupava a sua terra e humilhava os seus habitantes, despertando nos jovens o desejo de seguirem o caminho da guerrilha, único possível naquelas condições para a defesa da dignidade das pessoas e da pátria. Seu pai estivera preso e condenado à morte. Levantaram-se movimentos de trabalhadores que forçaram os colonizadores a conterem os seus ímpetos assassinos. Pessoas pacatas, camponesas, transformavam-se em soldados. Mulheres com o *mandil* a cobrir a cabeça eram mensageiras, assim como as crianças, em defesa dos guerrilheiros. Os representantes da *civilização ocidental* promoveram a mudança cultural não nos moldes que pretendiam, de subordinação a um país mais rico e desenvolvido, mas na defesa da dignidade de quem se sente oprimido. Salwa cresceu neste caminho de rebeldia, de vontade de vencer, de amor pelo seu povo e sua história.

Em 1948 a sua família, e muitas mais, foram obrigadas a abandonar a aldeia de Yafa perseguidas pelos sionistas liderados por Begin, que conduzira o massacre à aldeia de Deir Yassin, deixando um rasto de violência e morte comparável ao que conheceram na Grande Guerra contra o seu próprio povo. Depois de algum tempo em que viveram na aldeia de Kafr Zibad, partem para Nablus, na Cisjordânia. A vida da família habituada às aldeias sofreu uma profunda alteração naquela cidade abarrotada de refugiados. No espírito de cada um, sobretudo das crianças, imprimia-se um novo rumo à vida, contraditório com tudo o que conheceram antes. A infância ficara para trás com a doçura do envolvimento da *sua gente* e de uma paisagem rural familiar, dando lugar à maturidade forçada pela adaptação aos costumes estrangeiros e à pressão urbana.

Durante algum tempo faziam planos para voltar. Com o tempo tiveram de aceitar a proibição do novo invasor. A partilha determinada pela ONU em 1948 para que fosse criado o Estado de Israel atribuía a Cisjordânia ao rei da Jordânia que mantinha os habitantes palestinos aí residentes sob um regime férreo: além de manter um exército beduíno para impor a ordem com violência, proibia a criação de indústrias e universidades.

A revolução de Nasser contra a dominação do Ocidente no Egipto despertou a esperança de que o povo árabe se faria respeitar. Mais tarde os jovens palestinos começam a perceber que a fraternidade só existia entre os povos ligados não só pelo mesmo idioma mas principalmente pelos mesmos sofrimentos. Os governantes, mesmo árabes, faziam o jogo político ditado pelos invasores. As elites sempre se entendem quando partilham o poder.

Todas estas descobertas levaram Salwa a estudar profundamente tanto a história do seu povo como a do mundo ocidental através da literatura. Aproveitou ao máximo a oportunidade de estudar em Nablus e, com os outros jovens, despertou para a participação política apesar da repressão a todos os palestinianos. O regime jordaniano proibia a existência de universidades e de indústrias na Cisjordânia numa tentativa de limitar o desenvol-

vimento dos cidadãos vindos da Palestina. Para continuar a sua formação Salwa emigrou para o Kuwait onde já estava o seu irmão mais velho. Aí conheceu novas contradições: uma sociedade rica que podia oferecer bons empregos com salários elevados tanto aos homens como às mulheres, mas que as mantinha numa situação de dependência e isolamento cobertas com um pesado véu — *abaya* — que deixava apenas uma fenda aberta à altura dos olhos. O que mais surpreendeu aquela jovem que lutava arduamente pela sua libertação e direito de participação na vida social ao lado dos homens foi a acomodação das mulheres àquela condição como se daí tirassem a vantagem de viverem protegidas como bonecas. Salwa descobria o universal recurso do *machismo* que compra a liberdade feminina de ser cidadã independente transformando-a em objecto de prazer.

A coragem de Salwa e a sua determinação empurraram-na para fora desta aparente *boa vida*. Continuando a trabalhar no Kuwait utilizou o bom salário para matricular-se na universidade de Damasco, na Síria, onde podia cursar à distância. O sacrifício das constantes viagens entre o Kuwait, Damasco e Nablus para manter o convívio com os parentes fortaleceu-lhe o carácter e o conhecimento das diferenças culturais que dividem o povo árabe conforme a situação económica e política dos respectivos países. Mantinha a ilusão da homogeneidade do mundo ocidental que só conhecia através da literatura clássica.

Casou-se com um conterrâneo que trabalhava em Viena. Foi na Áustria que viu o seu sonho idílico da *civilização ocidental* culta e desenvolvida desvanecer-se frente às imagens de *racismo* e *preconceito* contra os árabes e outros povos que para aí emigravam. A *exclusão* era traduzida nas expressões de desprezo com que a tratavam na rua, na impossibilidade de arrendar uma casa em bairro não destinado a imigrantes, na dificuldade em conseguir emprego ou receber o salário pago aos colegas austríacos. Venceu mais esta decepção recordando todas as formas de humilhação impostas à sua gente por todos os invasores da sua pátria. Agarrou-se à defesa da dignidade como a bandeira da sua vida.

Na Itália, para onde foi viver mais tarde, sentiu-se melhor. A desordem latina facilitava talvez o surgimento de sentimentos mais humanizados com o estrangeiro. Faziam-lhe muitas perguntas sobre os árabes e revelavam a existência de uma profunda ignorância da história da Palestina e outros países.

Foi outra descoberta de Salwa, que as informações transmitidas mundialmente *criam uma falsa imagem* do povo que luta pela independência nacional. As diferenças culturais são projectadas como símbolos de atraso ou de tendência criminal para fomentarem o preconceito generalizado.

Quando a vida familiar na Itália já estava organizada, os filhos na escola, a possibilidade de rever com mais frequência os parentes em Nablus, a guerra de 1967 permitiu aos israelenses, com o apoio dos Estados Unidos, ocuparem territórios da Síria, do Egipto, toda a Cisjordânia e Gaza. Contaram também com o silêncio cúmplice da Europa *civilizada*. Os palestinianos que se encontravam fora ficaram proibidos de voltar para junto dos seus.

A soma de tantas batalhas, de tanta injustiça, de tanta desigualdade mantida por governantes e organismos internacionais que deveriam defender os direitos dos povos poderia ter vencido a defesa da liberdade que marcou toda a vida de Salwa. Quanto surgiu a *Intifada*, uma forma de luta em que participavam jovens, mulheres e homens, com pedras apenas contra os invasores superarmados, renasceu a esperança de *poder fazer alguma coisa*. Com a invasão do Líbano e os massacres de Sabra e Chatila, o povo italiano começou a manifestar a sua solidariedade. Salwa descobriu em si o sentimento de *palestinidade*. Era o profundo amor ao seu povo e à sua história que marcava a sua existência. O descobrir-se acompanhada de tantas *vozes* solidárias foi o incentivo para recuperar o *prazer de ser activa*, como dizia, o valor da participação integral na vida. Já muito doente ainda produziu uma obra que fica para iluminar o caminho de quem sofre e sente o peso da opressão: através de entrevista resgatou a sua memória que sendo particular é também comum a milhões de pessoas conscientes do valor da dignidade humana.

(1) «Cabelos ao Vento», Salwa Salem em depoimento a Laura Maritano, Editora Best Seller, Círculo do Livro, São Paulo, Brasil.

■ Jorge André

Uma encenação espectacular enquadrou recentes declarações oficiais do eng. António Guterres acerca do desemprego em Portugal. Afinal, as expectativas criadas vieram a revelar-se frustradas e a abordagem que o governo socialista fez deste grave problema nacional limitou-se a balbuciar de meia dúzia de frases, aliás já conhecidas. Quando no poder, Cavaco Silva e o PSD tinham tido comportamento semelhante. Ainda essa imensa chaga social não tinha atingido as suas actuais dimensões.

O facto é que o capitalismo não dispõe de alternativas viáveis ao desemprego e à crescente pauperização da imensa maioria dos trabalhadores e da população, em geral. Reconhecendo, implicitamente, que assim é, os próprios teóricos do sistema socorrem-se, de quando em quando, conjunturalmente, de projectos sociais propostos por forças afins que comunguem dos princípios capitalistas.

É isto que está, agora, a acontecer. Na falta de uma política social convictamente socialista e que implicaria, naturalmente, a redução dos privilégios do grande capital, o governo do eng. Guterres vai pedir emprestado, como tampão que atenua os efeitos de previsíveis conflitos, a doutrina social católica e as propostas que a igreja institucional tem vindo a fazer no sentido da constituição daquilo a que chama «Economia Social de Mercado».

É uma matéria com inegável interesse para os trabalhadores portugueses e para o próprio funcionamento das instituições democráticas. Envolve graves riscos e ocultas ameaças a direitos fundamentais. Por isso mesmo, torna-se inaceitável o silêncio em que o governo e a hierarquia católica envolvem este projecto de um importante e influente sector da igreja em que pontifica a Opus Dei, o qual, a ser efectivamente aplicado pelo poder, representaria uma verdadeira contra-revolução no âmbito nacional.

Tentaremos, portanto, compensar esta falta por omissão descrevendo, em traços gerais e a partir de passagens avulsas da DSI e de afirmações nunca desmentidas, de príncipes e de teólogos da igreja, os principais conteúdos das teses políticas a que nos referimos.

Veremos, uma vez mais, que a DSI e a ESM (a sua sequência natural) assumem, nas suas propostas, uma aparência e uma intenção perfeitamente aceitáveis pelos trabalhadores; mas que depois, na sua prática, têm uma leitura, dirigida ou, mesmo, imposta pelos poderes laico e religioso, que invertem esse sentido e as transformam numa grave ameaça que as instituições não se podem permitir ignorar. Para que os trabalhadores se não venham a encontrar, um dia — incautos, desinformados e distraídos — perante situações irreversíveis que resultem da incompreensão de um longo processo em curso.

Um simples olhar em redor

A «Doutrina Social da Igreja» apenas se começou a sistematizar após o Concílio Vaticano II. Até essa altura apenas existiam, nessa área, documentos dispersos da hierarquia que traduziam, frequentemente, posições e análises sociais, conservadoras e reacçãoárias, subscritas pelos governantes da igreja. Foi a partir do Vaticano II que a igreja institucional despertou para a necessidade de produzir, a curto prazo, instrumentos teóricos de análise social, susceptíveis de promover o «aggiornamento» do mundo católico e a abertura ao diálogo com o mundo. A Igreja tem uma palavra a dizer, hoje como há vinte anos e no futuro, a respeito da natureza, das condições, das exigências e das finalidades do desenvolvimento autêntico e, de igual modo, a respeito dos obstáculos que o entravam... Como instrumento para alcançar esse objectivo, a Igreja utiliza a sua Doutrina Social («A Doutrina Social da Igreja», João Paulo II, 1987, Nº 4).

Doutrina Social da Igreja e Economia Social de Mercado

Estas palavras surgiam na esteira de outras afirmações pontificias muito anteriores cujo objectivo fora o de definir os limites formais da intervenção consentida pela hierarquia à DIS: «Diante de tantas questões novas, a Igreja procura fazer um esforço de reflexão para poder dar resposta, no seu campo próprio, à expectativa dos homens» (*Octagesima Adviensens*, Paulo VI, 1971, Nº 42).

Importa, pois, reter este aspecto sempre presente nos anúncios iniciais dessa ideia de uma nova DIS: tratava-se de estabelecer uma documentação sistematizada e quanto possível exaustiva sobre as formas típicas da intervenção da igreja nos problemas que caracterizam as sociedades modernas mas, **exclusivamente como referências de acção para as comunidades católicas em diálogo com o mundo.**

Um outro traço importante que conviria reter na memória e que tornou a DSI um sinal alarmante para fundamentalistas e conservadores radicais foi que, no próprio momento do arranque do Vaticano II, a igreja institucional se apercebeu dos riscos de divisão que a intervenção no plano social arrastaria para a unidade do mundo católico: «São três os momentos que habitualmente se exprimem com as palavras seguintes: *ver, julgar e agir...* Na aplicação destes podem, no entanto, surgir divergências, mesmo entre católicos rectos e sinceros. Quando isto suceder, que nunca falte a consideração, o respeito mútuo e a boa vontade para descobrir os pontos sobre os quais existe acordo, a fim de se conseguir uma acção oportuna e eficaz. Não nos percamos em discussões intermináveis. Que, sob o pretexto de conseguirmos o óptimo, não deixemos de realizar o bem que é possível e, portanto, obrigatório» (*Mater et Magistra*, João XXIII, 1961, n.º 236 e 238).

Grande parte dos padres conciliares revelavam, deste modo, estar a par dos perigos institucionais que uma nova atitude social comportaria para o funcionamento da igreja tradicional. Mas ultrapassavam esse momento de hesitação com um acto de fé em Deus e nos homens.

Com João Paulo II, tudo isso mudou. O debate interno foi bloqueado e o diálogo com o mundo rodeou-se de estreitas medidas de segurança. «A Igreja não é uma democracia», como secamente recordou o actual Papa. Então, a DSI foi transformada em «teologia moral», um capítulo altamente vigiado da Teologia Católica. Ao invés do que acontecera no período pós-conciliar, deixou de receber a livre contribuição dos teólogos e passou a receber os carimbos de «boa» ou de «má» doutrina que a Congregação da Fé lhes atribuía. «No âmbito das discussões teológicas pós-conciliares, foram-se desenvolvendo algumas interpretações da moral cristã que não são compatíveis com a *sã doutrina* (II Timóteo, 4-3). Certamente que o Magistério da Igreja não pretende impor aos fiéis nenhum sistema teológico particular, nem mesmo filosófico mas, para «guardar religiosamente e expor fielmente» a Palavra de Deus, tem o dever de declarar a incompatibilidade com a verdade revelada por certas orientações de pensamento teológico ou por algumas afirmações filosóficas» (*O Esplendor da Verdade*, João Paulo II, 1993, nº 29).

Aliás já, anos antes, o Cardeal Ratzinger tinha sido perfeitamente claro a este respeito quando afirmou: «Quando o Magistério ensina uma doutrina ou quando se reevoca a conformidade de uma doutrina com as verdades da Fé, exige-se uma religiosa submissão da vontade e da inteligência» (*Instrução sobre a vocação eclesial do Teólogo*, Congregação do Vaticano para a Doutrina da Fé, 1990). Substantivamente, existe uma DSI anterior a João Paulo II e outra que ele ajudou a impor no terreno. Esta afirmação deveria, pelo menos, ser submetida a crítica por parte dos homens do trabalho.

Outro traço geral da actual DSI que conviria destacar e que, de resto, vem no sentido do desenvolvimento natural do ponto anterior, é o da questão vocabular, o malabarismo a que os tecnocratas católicos se dedicam manipulando o sentido dos conceitos que lhes são anteriores e aos quais eles se opõem visceralmente. Decidiram que, em lugar de combater frontalmente os inimigos de classe, como se fazia nos tempos da «*Rerum Novarum*» ou da «*Carta ao Arcebispo de Lille*», é agora bem melhor e mais simpático aceitar, formalmente, o vocábulo que traduz uma ideia, usá-lo sem restrições mas

esvaziá-lo do seu conteúdo inicial, dando-lhe a substância oposta, *hegemonizando-o*. Embora a citação que se segue seja longa é importante que se leia com atenção esta passagem que se integra na DSI: «No que se refere à justiça social, deve notar-se o seguinte: enquanto que no período que vai desde a *Rerum Novarum* até à *Quadragesimo Anno* de Pio XI, o ensino da Igreja se concentrava, sobretudo, em torno da justa solução da chamada questão operária, no âmbito de cada uma das nações, na fase seguinte os seus ensinamentos alargam o horizonte às dimensões do mundo inteiro. A distribuição desproporcionada da riqueza e da miséria e a existência de países e continentes desenvolvidos e subdesenvolvidos, exigem igualmente e que se procurem os caminhos para o justo desenvolvimento de todos. Nesta direcção procede o ensino contido na encíclica *Mater et Magistra* do Papa João XXIII, bem como na Constituição pastoral *Gaudium et Spes* do Concílio Vaticano II e na encíclica *Populorum Progressio* do Papa Paulo VI.

Tal direcção da questão social, seguida no desenvolvimento do ensino e também na prática da Igreja corresponde, exactamente, ao reconhecimento objectivo do estado das coisas. Se, efectivamente, em tempos passados se punha em relevo, no centro de tal questão, sobretudo o *problema da classe*, em época mais recente passa para primeiro plano o *problema do mundo*. Por isso, deve ser tomado em consideração não apenas o horizonte de classe, mas o horizonte mundial das desigualdades e das injustiças; e, conseqüentemente, não apenas a dimensão da classe mas, sim, a dimensão mundial das tarefas a assumir no caminho que há-de levar à realização da justiça no mundo contemporâneo» (*Laborem Exercens*, João Paulo II, 1981, nº 2).

Esta passagem de uma das mais consideradas cartas pastorais do actual Papa pode perfeitamente ilustrar as grandes linhas de força que estruturam as posições sociais da igreja de João Paulo II. Os vocábulos adoptados são os das correntes e filosofias anteriores ao seu pontificado (católicas e profanas) — tais como classes e lutas de classes, questão operária, justiça social, distribuição desproporcionada das riquezas, miséria e exploração do homem, desenvolvimento para uns, subdesenvolvimento para outros, etc. — e que, longe de serem eliminados dos textos do pontífice são por ele profusamente utilizados. O que o Papa apaga do seu discurso é a identificação concreta das causas da injustiça social: o enquadramento preciso dos problemas do país real, a análise consequente dos sistemas no poder, a interligação entre o político e o económico, o imparável processo de confrontação entre o capital e o trabalho ou a identificação das relações de forças que promovem a injustiça e a que, noutra encíclica sua, João Paulo II chama, muito de passagem, «*estruturas de pecado*». Na

DSI, todos os dados precisos dos estados amorais impostos às sociedades humanas, que poderiam estabelecer claramente uma relação de causa/efeito, desaparecem nas brumas de um vago *problema do mundo* cujas fontes sociais se não revelam. Tudo isso, afinal, faz parte do emaranhado jogo de palavras que caracteriza a DSI e que faz recordar, por associação de ideias, o que aconteceu recentemente, quando o eng. Guterres, ao formar o seu primeiro governo, transformou o Ministério do Trabalho num fantasmático departamento de Solidariedade e Emprego, sem que, como é óbvio, este jogo malabar tenha evitado o crescimento em flecha do desemprego em Portugal.

Por último, na apresentação deste complexo projecto da igreja perfila-se a proposta de constituição de uma Economia Social de Mercado, pouco publicitada mas que se poderá entender como uma espécie de corolário natural e de transposição para a prática dos princípios enunciados na DSI.

A este respeito, os documentos divulgados pela hierarquia são escassos o que nos forçará a tomar como fonte quase exclusiva de informação sobre a ESM a valiosa contribuição fornecida pelo dr. Acácio Catarino, especialista católico na matéria, numa sequência de textos em tempos publicada na revista CARITAS (1989). Não deixaremos, no entanto, de recorrer a outras fontes da igreja, devidamente assinaladas, sempre que tal se torne possível.

(continua)



EM FOCO

Mário Sacramento em defesa do MUD

Membro da primeira CC do MUD Juvenil

Mário Emílio de Moraes Sacramento, de 35 anos, casado, médico, nascido e residente na vila de Ilhavo, desta comarca. Aos costumes disse nada. Interrogado sobre a matéria da deprecada, por ele redigida disse, aos artigos quinto, sétimo, décimo segundo e décimo terceiro: Que tem presente o primeiro documento emanado do Movimento de Unidade Democrática Juvenil, datado de Lisboa três de Agosto de 1946 — o qual pede para ser junto aos autos — pelo qual se vê que o depoente fez parte da primeira Comissão Central do referido Movimento. Conclui-se desse documento que o MUD Juvenil surgiu efectivamente em conexão com o Movimento de Unidade Democrática, em sessões públicas legalmente autorizadas e assistidas pelo representante da autoridade, em 1946. Dele se conclui também que o MUD Juvenil nasceu no intuito de defender os interesses especificadamente juvenis, pois nele se lê ser objectivo desse Movimento «levar a cabo uma política para com os jovens indiferentes, os jovens católicos não democráticos e os jovens aderentes à Mocidade Portuguesa», instaurando mesmo a consigna de que «os jovens democratas estejam onde há juventude». Mais se lê nele que os jovens aderentes ao MUD Juvenil «desenvolvam trabalho de carácter progressivo sem preconceitos de natureza política». Durante esse período de actuação do depoente como membro da Comissão Central do MUD Juvenil pôde verificar que na verdade tal movimento tinha por objectivo a exclusiva defesa dos interesses juvenis e que era alheio a toda e qualquer actividade partidária política, resultando a sua própria necessidade de defesa das liberdades fundamentais e da instauração em Portugal duma ordem democrática das próprias dificuldades opostas pelo governo antidemocrático do Estado Novo à defesa desses mesmos interesses e legítimas aspirações. Na verdade, constituindo a juventude um novo «essor» no caminho do progressivo desenvolvimento dos interesses da Pátria, cabendo a cada geração a missão de retomar esse facho, são notórios os problemas culturais, recreativos, desportivos, associativos, económicos, ideológicos, científicos, etc., com que depara e que só pelo mútuo concurso pode resolver.

Os problemas comuns da juventude

De 1946 para cá o depoente tem tido múltiplas oportunidades de verificar que o MUD Juvenil não se tem afastado dos

fins e dos princípios em que e para os quais nasceu. Efectivamente, quer através de dezenas e dezenas de documentos dele emanados que têm chegado às suas mãos, quer através dos contactos pessoais que como Democrata e como perseguido político tem tido ocasião de manter, fora e dentro das prisões políticas do Estado Novo, com dirigentes e aderentes desse Movimento o depoente sabe que ele se mantém fiel aos interesses específicos da juventude portuguesa, não admitindo a inerência de qualquer organização política no seu seio, sendo assim uma acintosa e mostrosa calúnia a confusão que pretende fazer-se entre ele e nomeadamente o Partido Comunista Português. Para ilustrar as afirmações que o depoente acaba de fazer, recorda o seguinte caso ocorrido recentemente num concelho do distrito de Aveiro e de que por acaso teve conhecimento: um determinado grupo de jovens associaram-se espontaneamente para solucionar, na medida do possível, certos problemas que lhes eram comuns, como sejam o de intercâmbio de livros de estudo e cultura, assinatura duma revista científica, a promoção de uma excursão, etc. Longos meses após o início da sua agremiação, e no decurso de diversas conversas e discussões que entre eles houvera na prossecução dos seus fins, tomaram ocasionalmente conhecimento dum documento oriundo da Comissão Central do MUD Juvenil. E tendo visto aí claramente expressos os seus próprios anseios, aqueles jovens, das mais diversas classes sociais e portadores de opiniões díspares, não descansaram enquanto não conseguiram um mais íntimo contacto com o Movimento que lhes surgira na defesa dos seus próprios interesses. De resto, os precedentes de movimentos juvenis tais como a JOC, a JUC, etc., revelam claramente a necessidade que a juventude portuguesa tem de se reunir na discussão e defesa dos seus problemas, sendo vários os casos conhecidos pelo depoente de membros daquelas organizações que perfilham os intuítos e os princípios defendidos pelo MUD Juvenil. É um facto que apesar da forma lhana, ordeira, constitucional e legal como o MUD Juvenil, tem desenvolvido os seus princípios e fins, recaiu sobre os seus aderentes a mais feroz perseguição por parte do aparelho repressivo do Estado Novo, nomeadamente pela Pide. De resto mesmo jovens não aderentes daquele Movimento têm sido perseguidos por forma violenta, discriminatória e arbitrária, desde 1926, apenas por quererem ser fiéis a si próprios e à sua cidadania.

Assim, o próprio depoente, com 17 anos de idade, viu assaltada a sua casa pela então PVDE, tendo-se os agentes feito passar por estudantes da Universidade de Coimbra.

■ Pedro Ramos de Almeida



Páginas de resistência anti-salazarista

Em 22 de Março de 1956, o escritor e médico Mário Sacramento (1920-1969), membro do PCP, que foi cinco vezes preso pela Pide — quando do processo intentado pela Pide, no Porto, contra o MUD Juvenil e o Movimento da Paz, que determinará a detenção de uma centena de democratas — é ouvido em instrução contraditória como testemunha de defesa, pelo juiz Pinto de Freitas, do 1º Juízo Criminal. Meses mais tarde, na continuidade deste processo, agora no julgamento de 52 réus, sobretudo jovens, no Tribunal Plenário daquela cidade, Mário Sacramento voltará a depor, desta feita principalmente em favor da iniciativa popular pela paz.

O que hoje destacamos são as declarações que ele primeiramente produziu em defesa da liberdade e do MUD Juvenil, no 1º Juízo Criminal: um depoimento que constava a fls. 3439 e seguintes, no 19º volume daquele processo.

E dizemos *constava* porque o processo em que se integrava foi, entretanto destruído pelas chamas, já depois do 25 de Abril, aquando do incêndio de uma arrecadação judicial em que se encontrava encafuado... Actualmente, o que dele resta é a nossa memória e são as cópias e fotocópias das suas páginas que os ex-réus, as suas testemunhas e advogados conservaram...

A memória da história portuguesa, que é sempre luta, nem sempre simplesmente se esvai... Às vezes, como se viu, fumeça!

Mas não só! A sede da Pide no Porto e a sua cadeia, derrubados sem deixar vestígios os calabouços, as salas de tortura e outras celas inóspitas, virou na actualidade museu militar!

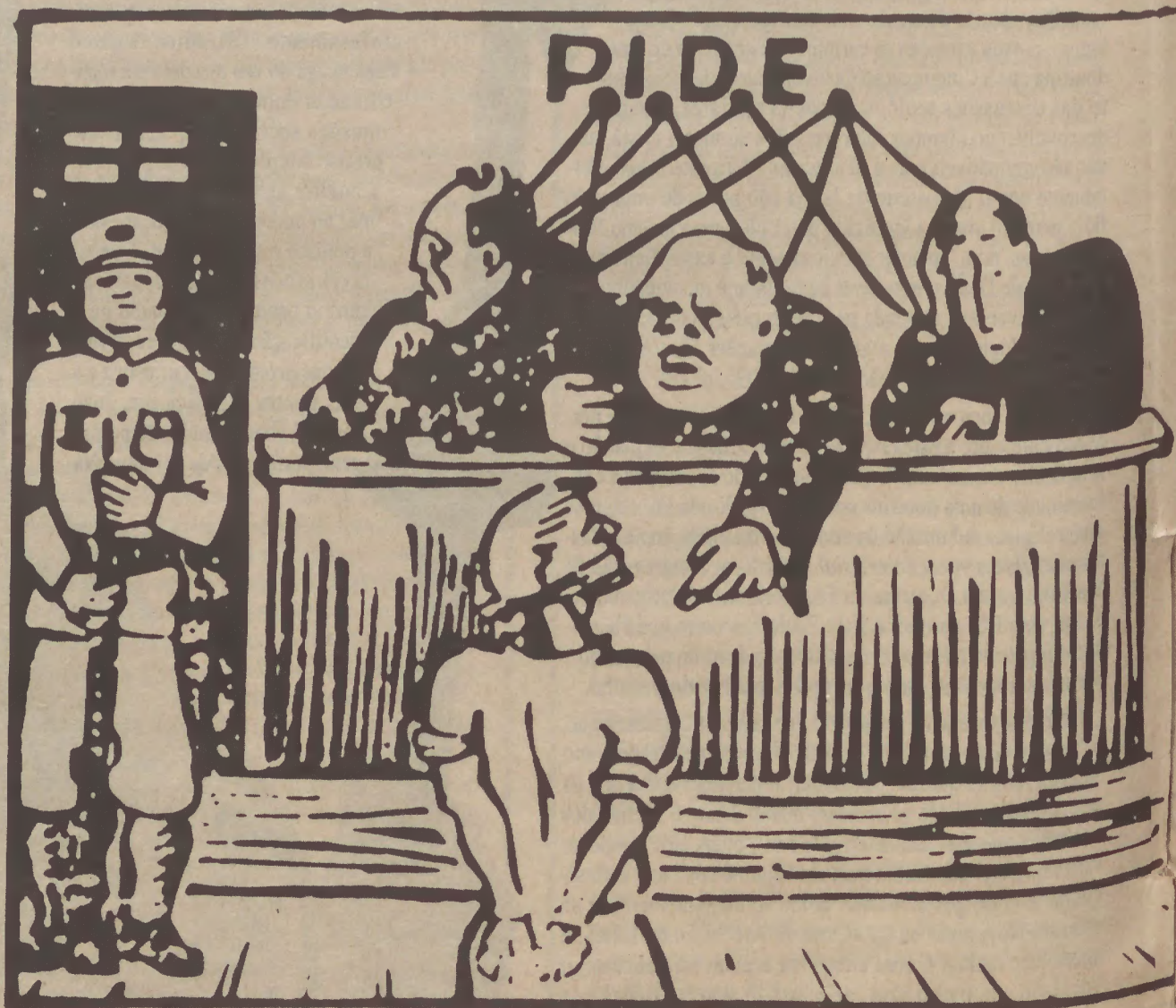
A antiga sede da Pide em Lisboa, na Rua António Maria Cardoso — extinta, por sua vez, às mãos de Cavaco, a Comissão de Extinção que tomara o seu lugar naquele espaço — torna-se berço de milhares de ratos e ratazanas, que lá estão roendo os edifícios e as pré-ruínas que deles vão restando! No meio disto tudo, ocupando o terreno das anteriores e congéneres construções policiais, até surge agora, alacrememente, o esboço colorido de uma moderna garagem!

De facto, nenhuma cadeia política central (salvo, em parte, a isolada Fortaleza de Peniche) foi destinada a perpetuar a história dos crimes salazaristas! Nem o Aljube, nem sequer o Reduto Norte do Forte de Caxias, na região de Lisboa, que continuam na dependência do Ministério da Justiça!

A par da Fortaleza de Peniche, só a Colónia Penal do Tarrafal, sita no longínquo território da República de Cabo Verde, livre e independente, é hoje um museu de resistência popular portuguesa e africana, antifascista e anticolonialista!

A vida é sempre repetição e mudança. Ou mudança na repetição... Oxalá o cultivado silêncio oficial, que ainda hoje envolve os crimes salazaristas e a história da luta popular antifascista, não venha a facilitar o reaparecimento do terrorismo de Estado, sob velhas e novas formas! Para o evitar é sempre bom ter à mão a memória do peso da ditadura e dos anos e anos de lutas populares que a derrubaram.

É que a memória é essencial para a liberdade, para a continuidade e avanço da cooperação, inteligência e poder democráticos!



Juvenil e da Paz

Encarcerado na Subdirectoria daquela Polícia no Porto juntamente com o actual Delegado do Procurador da República na comarca de Albergaria-a-Velha, Doutor Armando Lúcio Vidal, então seu condiscípulo no Liceu de Aveiro, foi-lhes perguntado pelo Chefe de Brigada Seixas «se conheciam os métodos usados por aquela Polícia». Como respondessem que não, foram conduzidos à porta de diversas celas e foram-lhes presentes diversos detidos políticos, os quais foram convidados pelo dito Chefe de Brigada a despir as camisas uns e outros a descer as calças, mostrando todos horríveis feridas contusas no dorso e nádegas, ainda em carne viva, provocadas por chicotes e tiras de pneu de automóvel.

A violência salazarista

Por ocasião dessa detenção o depoente assistiu à bárbara agressão sofrida por aquele seu antigo condiscípulo, praticada com cavalhos-marinhos por um grupo de agentes sob a direcção do referido Chefe de Brigada. Por sua parte, o depoente esteve vários dias encerrado num vão de escadas, húmido, sem luz, dormindo sobre uma tarimba de madeira e sofrendo todos os ruídos que propositamente eram feitos com o propósito de impedir o seu sono sobre a dita escada. Além disso foi-lhe falsamente dito que sua mãe se encontrava à morte, tendo sido convidado a escrever um bilhete de despedida, tudo com o intuito de lhe arrancar falsas declarações. Ainda como estudante do liceu, o depoente viu arbitrariamente suspenso pela censura do Estado Novo o jornal que então dirigia «A Voz Académica», órgão dos estudantes do Liceu de Aveiro, apenas por defender por forma correcta e legal os interesses da juventude.

Diniz Miranda torturado

São inúmeros os factos os seus conhecidos de perseguições, coacções, detenções arbitrarias, demissões, expulsões, etcetera, etcetera, sofridos desde 1926 por outros jovens portugueses e sobretudo pelos aderentes do MUD Juvenil. Reportando-se apenas aos mais recentes, salienta a brutal agressão sofrida pelo jovem camponês alentejano Diniz Miranda, seu companheiro de detenção em 1955 na sala onze do Forte de Caxias. Durante três ou quatro dias aquele jovem foi sujeito a um brutal espancamento, dia e noite, que lhe tornou impossível por mais uma semana abrir sequer a boca para tomar um golo de leite. O depoente pôde ainda ver as equimoses e as manchas de sangue no vestuário provocadas por aquela agressão. Recorda ainda as agressões sofridas por um grupo de jovens da Marinha Grande presos nesse mesmo ano por recolherem assinaturas em favor dum pacto de paz entre as grandes potências nos arredores de Leiria, das quais destaca as praticadas num chamado Hernâni e noutro chamado Fernando de Sousa, seus vizinhos de cela na Cadeia do Aljube de Lisboa. O último desses jovens foi conservado mais de cinco meses nas cruéis celas daquela prisão ou cadeia a pretexto de ter deixado cair um púcaro sobre uma bacia. Recorda também as perseguições movidas à jovem enfermeira Isaura Silva, por muito tempo impedida de se tratar de grave doença e sujeita a maus tratos. Recorda o arbitrário isolamento com privação de jornais a que durante dois meses esteve sujeito o co-arguido deste processo, seu também companheiro de prisão, Agostinho Neto, ao qual a PIDE fez a ameaça de não mais permitir que conclua o seu Curso de Medicina. Recorda a detenção de seis meses sofridos pelo também co-arguido deste processo e também seu companheiro de prisão Silas Coutinho Cerqueira, pelo simples facto de no dia 9 de Abril ter ido pôr um ramo de flores no Monumento aos Mortos da Grande Guerra em Lisboa, em que se lia «Pela Paz».

Como exemplo de demissões arbitrarias instigadas pela PIDE lembra o caso recente do jovem desta cidade, Jaime Sabino, demitido do lugar que ocupava no Banco Nacional Ultramarino, após a detenção política que sofrera e da qual saiu sem culpa formada. Como exemplo de arbitrarias detenções provocadas sob falsos pretextos, lembra o caso do jovem de Leiria, Manuel Gregório, seu também companheiro de prisão o qual fora libertado numa anterior prisão com a condição de durante um ano se apresentar no Comando da Polícia da sua residência, ano se apresentar no Comando da Polícia da sua residência, todos os meses; como de corrido esse ano deixasse de cumprir aquela formalidade por ter já caducado, foi detido durante seis meses com base neste pretexto.

Mário Sacramento perseguido

O mesmo tem acontecido, de resto, a todos os democratas e opositores do Estado Novo. O depoente sofreu uma segunda prisão política em 1954, pelo espaço de seis meses, apenas porque na sua qualidade de amigo pessoal de alguns presos políticos no Forte de Peniche usou do direito de representação consignado no artigo 8º da Constituição Política vigente, escrevendo uma carta correcta em que chamava a atenção do Senhor Presidente do Conselho para os alarmantes factos então ocorridos naquele Forte e que haviam obrigado os presos políticos a fazer greve de fome. Desta detenção saiu sem qualquer culpa formada, não tendo qualquer dos interrogatórios a que foi submetido incidido sobre outros factos objectivos que não fossem a referida carta. No decurso da detenção sofrida pelo depoente e no ano transacto os métodos policiais usados pelo Estado Novo ficaram bem patentes no facto de, tendo o depoente requerido, na Cadeia do Aljube de Lisboa em que então se encontrava, autorização para a entrada de livros de estudo e objectos de toilette, lhe ter sido dado o seguinte despacho pelo Director daquela Cadeia: «Só lhe será concedido quando disser o motivo porque se encontra preso.» Longe, portanto, de aplicar objectivamente a lei, este facto ilustra a norma vigente nos serviços repressivos do Estado Novo: a de conduzir pessoas arbitrariamente à situação de fornecerem a elas próprias «justificação» para essa ilegalidade.

A defesa salazarista do colonialismo

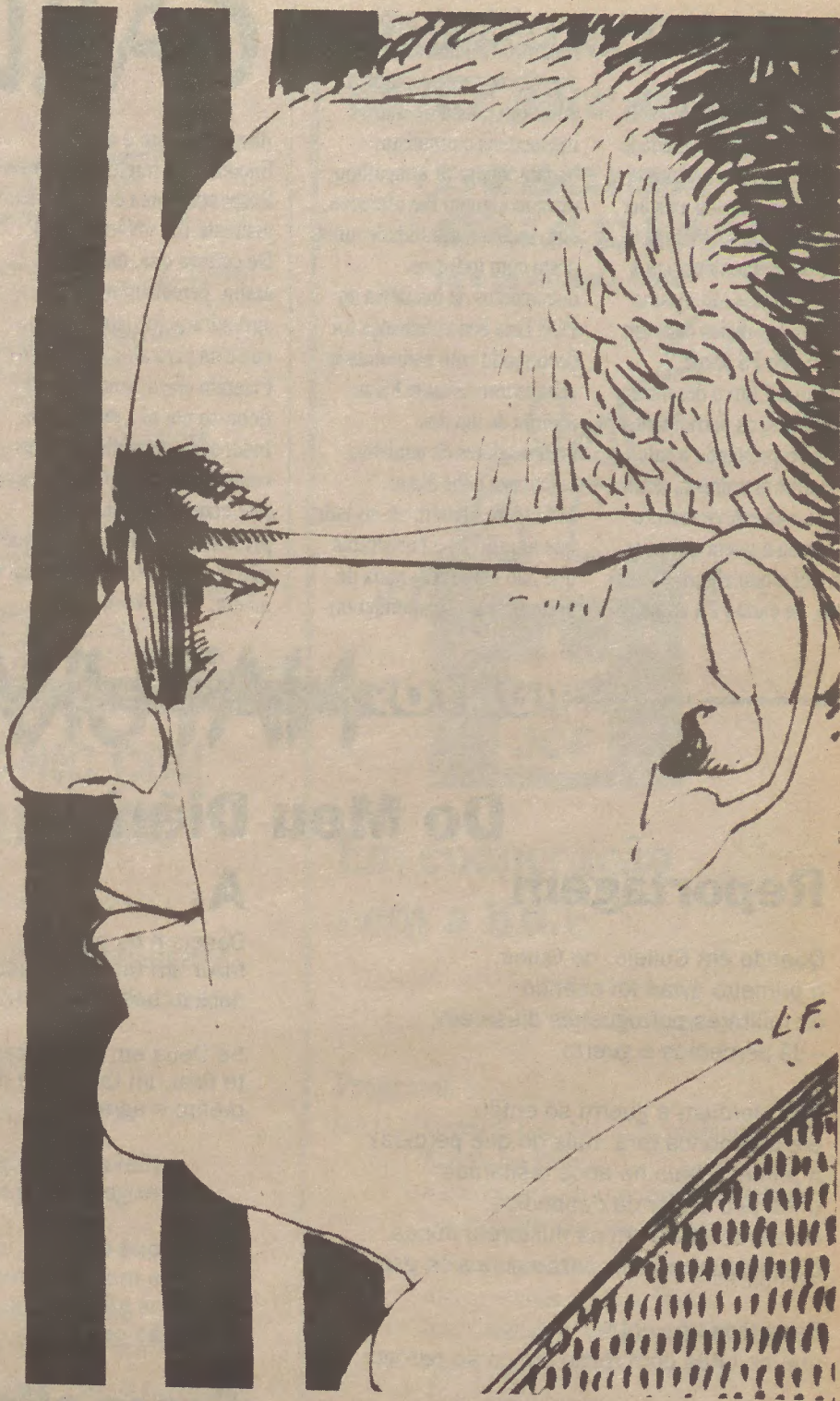
As perseguições movidas aos dirigentes e aderentes do Movimento Nacional Democrático são também neste particular bem eloquentes. O processo organizado pela PIDE a pretexto do documento assinado pelos democratas desse Movimento Professor Doutor Rui Luiz Gomes, Engenheira Virgínia Moura, Doutor José Morgado e operário Albertino de Macedo, no qual foi também envolvido o arquitecto António Lobão Vital, intitulado «Nota oficiosa do Movimento Nacional Democrático sobre o problema de Goa, Damão e Diu», documento esse que se limitaram a enviar a alguns jornais diários e que a censura impediu de publicar, resume numa forma notável esse tipo de perseguições. Na verdade, perseguir cidadãos apenas porque, usando dos direitos consignados na Constituição procuraram contribuir para a salvaguarda dos interesses nacionais, sujeitando a sua opinião aos serviços de censura à imprensa criados pelo Governo, é quase o mesmo que policiar o próprio pensamento íntimo. A recente anulação do julgamento a que foram submetidos aqueles democratas, veio pôr a lume a inconsistência das acusações que lhes haviam sido formadas, o que não pode já contudo obstar a que tivessem sido detidos durante mais de um ano nas prisões políticas da PIDE. A posição tomada em relação a tais acusações pela Associação Internacional dos Juristas Democratas pôs o mundo inteiro em face dos processos de esmagamento da oposição política usados pelo Estado Novo.

O terrorismo da PIDE

Também o indeferimento dos Estatutos apresentados pela Causa Republicana no Ministério do Interior, veio uma vez mais mostrar o desprezo a que o Estado Novo vota o espírito e a letra da própria Constituição Política que em 1963 pro-

molgou cingindo-se sempre apenas aos casos mais recentes, o depoente recorda ainda como exemplos de arbitrariedades cometidas contra os opositores da actual situação política, a prisão sofrida em Dezembro último pelo democrata do Distrito de Aveiro, Doutor Manuel Andrade, a qual foi manifestamente praticada no intuito de lhe apreender — o que de resto não sucedeu, por não as ter sem seu poder — as listas contendo cerca de três mil assinaturas recolhidas neste Distrito para um pedido de ampla amnistia política dirigido à Assembleia Nacional. Recorda também a agressão sofrida na Delegação da PIDE em Coimbra por Rogério Rodrigues de Carvalho, seu também companheiro de prisão, o qual depois de despido foi espancado por um grupo de agentes da PIDE. Como não tivessem alcançado os seus fins por esse modo, ao transferirem-no para Lisboa procuravam convencê-lo aí, de que tal agressão fora um abuso cometido pelos serviços de Coimbra a fim de obstem a que no Tribunal pusesse a descoberto as torturas sofridas. Recorda ainda as pressões feitas sobre o seu também companheiro de prisão José Maria de Oliveira Gouveia, o qual durante dez dias esteve impossibilitado de dormir na Subdirectoria da PIDE no Porto, debaixo duma luz intensa e sujeito a um permanente barulho. Recorda a prisão sofrida pela Ilustre Escritora Dona Maria Lamas, no regresso duma viagem ao estrangeiro e pelas muitas dezenas de pessoas que aguardavam a sua chegada ao aeroporto de Lisboa, cujo único crime fora o de quererem saudar a Escritora insigne que honrara o nome do seu País. Refere por último as pressões que por ocasião da sua última detenção foram feitas ao depoente no intuito de a troca da sua honra e da verdade alcançar a liberdade, as quais, repelidas, mereceram ao Inspector Adjunto da PIDE, Porto Duarte, este comentário: «Nesse caso Senhor Doutor, uma pronunciazinha provisória semana se há-de arranjar!» E sobretudo a situação criada por ocasião dessa mesma detenção à esposa do depoente, encontrado-se em adiantado estado de gravidez, foi obrigada pelos agente da PIDE que detiveram seu marido a acompanhá-los sob um pretexto fútil ao Comando da Política de Segurança Pública em Aveiro, facto que veio a originar-lhe um parto prematuro e a cusar assim uma vida humana. Nessa mesma detenção encontrando-se o depoente doente, a urinar sangue, foi sujeito ao castigo de quinze dias de cela disciplinar apenas porque reclamou o seu internamento hospitalar. E mais não disse. Lido o ractificou e assina.

a) Mário Emílio de Morais Sacramento



PONTOS CARDEAIS

A boa vizinhança PS

O Encontro Nacional do PCP «Os intelectuais e a sociedade / o Partido e os intelectuais», que noticiamos nestas edições, decorreu no hotel Altis, em Lisboa, por coincidência nos mesmos horários, no mesmo piso e paredes-meias com um Seminário do PS sobre Agricultura. Com o desenrolar dos trabalhos, os participantes PS foram espreitando a sala da iniciativa comunista, tanto mais que esta esteve sempre escancarada a quem quisesse entrar. Foi o que alguns fizeram, de cartão PS ao peito

e envolvidos pelo ambiente fraterno. Um deles, transitoriamente sentado a ouvir um pouco do que os intelectuais comunistas diziam, quase se atrapalhou quando alguém lhe ofereceu, com toda a naturalidade, uma pasta com todos os documentos da iniciativa do PCP. Esta boa vizinhança foi decorrendo com naturalidade, até que um visitante PS se abeirou de um dos organizadores da iniciativa comunista e lhe disse: «Mandem alguém ali ao lado, que aquilo é só burocratas que não percebem nada de agricultura!» Responderam-

-lhe: «Mas isto é um Encontro de intelectuais...». Resposta pronta do simpático visitante PS: «Não faz mal! De certeza que, mesmo assim, percebem mais de agricultura que aquela malta que está para ali a arengar!» Fizeram-lhe a vontade, mas ficou-se por aí a delicadeza. Independentemente dos seus conhecimentos agrícolas, os intelectuais comunistas presentes no Altis sabiam que não se mete a foice em seara alheia.

O fiasco de Gondomar

Apesar de marcado para sábado à noite e ter como «meta final» um concerto com os Santos e Pecadores, o comício realizado ao ar livre em Gondomar para comemorar o 22º aniversário do PSD reuniu escassas centenas de pessoas e nem os pulinhos de Valentim Loureiro lograram animar as hostes. Luís Filipe Meneses, estrela da noite, chegou com



PONTOS NATURAIS

Do Meu Diário

Reportagem

Quando em Guileje, na Guiné, o primeiro avião foi abatido os militares portugueses disseram – Já perdemos a guerra.

Pois perdiam a guerra só então ela que nunca fora mais do que perdida? A primeira bala há anos disparada tinha já o sabor da despedida. Nunca aprenderam os militares, nunca que as guerras sem razão nunca se ganham.

Saibamos nós então que as lutas com razão nunca se perdem.

Minifábula

O lobo pouco se ajeita a vestir um fato novo que melhor se ajeite ao povo porque o lobo é a direita.

Corre a matreira com ele. E – Este sim – suspira alguém – este já veste outra pele é de esquerda, vê-se bem!

Raposa, em tretas um ás, lá vai com os seus ardis à esquerda, no que diz à direita, no que faz.

A.

Desejam os poetas fazer um tapete de astro para tu passares.

Se Deus em todo o caso te fizer um tapete de malmequeres prefiro e agradeço

(Sei como os poetas são exigentes como os novos-ricos)

Rainha que és antes os malmequeres. Os astros são banais assim tão perto.

Graça alfacinha

D. José não anda a pé vai de bronze a passear tem cuidado D. José que te podes afogar.

Ensino

As vacas estão loucas porque sendo herbívoras lhes dão proteínas animais.

Também o capitalismo que é carnívoro passou a ingerir proteínas vegetais com a União Europeia. Ele, cuja alma é feita para a guerra, diz não sei quê a solidariedade...

Capitalismo é outra vaca louca: não lhe comam os miolos nem as tripas

Mário Carrião



duas horas de atraso e quando a funçanata começou já não havia pachorra. Resultado: auto-elogios à vara larga da parte do major presidente da Câmara, troca de galhardetes e mais uma «tirada» do Meneses. Aconselhou a direcção nacional do PSD a «afrouxar» a oposição ao Governo PS de forma a evitar a sua queda. A queda de quem?!...

Como diz que disse?!...

Numa entrevista, o *Público* questionava o ministro Ferro Rodrigues com a seguinte observação: «A selectividade dos benefícios sociais já foi encarada como lesiva dos interesses da classe média. Mais um ataque à classe média». Resposta do ministro: «Não sei a que é que chamam classe média. Eu considero que as mudanças, quando envolvem sistemas tão importantes, devem ter uma partilha de benefícios e de custos. Para todos. Não podemos fazer mudanças que prejudiquem dez portugueses e beneficiem nove milhões e não sei quantos mil. Isso é uma ilusão do marxismo-leninismo (sublinhados nossos). Não é possível. Nem estatisticamente, nem socialmente, nem politicamente. O fundamental é que as mudanças se façam com a preocupação de um equilíbrio social maior que o anterior. Para mim, essa é a questão de fundo». Questão de fundo?!.. Ficamos então a saber que, no «fundo» deste ministro, dez monopolistas que exploram dez milhões de portugueses não podem ser «prejudicados» com reformas que, eventualmente, procurem aspergir um pouco de justiça sobre tamanha injustiça, embora esses dez milhões «e não sei quantos mil» possam ser explorados até ao tutano -

como, aliás, este Governo já procurou assegurar com força de lei, ao levar por diante a lei da flexibilidade. A justiça social, senhor ministro, não é uma «ilusão do marxismo-leninismo», mas uma pulsão irremovível do homem. Ilusão é ignorar isso. E chocante, ouvir tal ignorância de um ministro que se diz socialista.

Viva a República!

É este o grito que apetece dar diante da beatice monárquica que se instalou, desde há tempo, no primeiro canal da RTP. Perdeu-se ali, com efeito, o sentido do decoro e do rigor que deve orientar o serviço público. No domingo, o locutor que fazia a reportagem para o telejornal sobre o baptizado do filho do duque de Bragança rematou informando: «a família real descansou em Guimarães». Não haverá, na actual direcção de informação da RTP, quem saiba que «Portugal é uma República soberana», como diz a Constituição, onde não há nem rei nem família real? Ou há em demasia quem o saiba mas queira ir insinuando o «viva o rei» a «ver se pega»? Ou há gente que vê de mais a televisão espanhola e depois copia mecanicamente, ignorando as diferenças? É preciso dizer que em nada nos afronta o simpático casal constituído por Duarte Nuno de Bragança e Isabel Herédia, nem tão-pouco as suas festas familiares. A RTP é que choca violentamente a opinião republicana do País no exagero monárquico com que se entrega à cobertura dessas festas, como mais uma vez sucedeu em três dias sucessivos.

AGENDA



POR UMA REFORMA DEMOCRÁTICA DA
SEGURANÇA SOCIAL

Convocado sob o lema - **POR UMA REFORMA DEMOCRÁTICA DA SEGURANÇA SOCIAL** - o PCP vai realizar no sábado 22 de Junho, no Hotel Altis em Lisboa, com início às 10.30 horas, um Encontro Nacional sobre a Segurança Social.



ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO
Sábado, 22 de Junho

10.00 horas
entrega das pastas com documentação de apoio ao debate

10.30 horas - **Sessão de abertura**
intervenção de Edgar Correia,
da Comissão Política do PCP

11.00 horas / 13.00 horas - **1º painel**
A situação da Segurança Social

14.00 horas / 17.30 horas - **2º painel**
Que reforma da Segurança Social ?

18.00 horas - **Sessão de encerramento**
intervenção de Carlos Carvalhas
Secretário Geral do PCP

**PIC-NIC CDU
BARREIRO**

Domingo, 9 de Junho

Quinta dos Amassadores
Sto. António da Charneca

Manhã desportiva

Sardinhada

Música com

Toni Costa

Grupo Coral Amigos do Barreiro

**Intervenção
sobre a situação política:**

JERÓNIMO DE SOUSA



**O Porto
em debate**

Ciclo de Debates

● **Acessibilidades
e Transportes**

Hotel Tuela
14 de Junho
21,30

**Setúbal
ALMOÇO-CONVÍVIO**
para assinalar o 12º aniversário
da inauguração do Centro de Trabalho
do Faralhão

Quinta-feira, 6, no salão do Cooperativa
com a participação de
José Manuel Maia

— ★ —

**Excursão a Matascañas/
/ESPANHA**

organizada pela Comissão
Concelhia de Almada

De 15 a 22 de Junho

Hotel de 3 estrelas em pensão completa.

Praia e campo.

Saídas para Sevilha,
Córdova e Gruta de Cólón

Informações: tels. 2752777, 2753939
(cam. Cabrita)

C. P. P. C.



**BRIGADA JUVENIL
SOLIDARIEDADE
COM CUBA**

PROGRAMA:

Partida para Cuba: 26 de Julho

Regresso a Portugal: 16 de Agosto

Partida para Cuba

Os transportes entre Havana e Holguin e entre Santiago e Havana serão de avião, os restantes em camioneta.

Campo de trabalho na Agricultura na Província de Holguin, no extremo oriental de Cuba

O alojamento será em Hotel em Havana e Guardalavaca, em camaratas em Holguin e em Santiago, e em Campismo na Sierra Maestra.

Estância no Hotel Guardalavaca, a 2ª zona turística de Cuba

Estância na Sierra Maestra com visita ao Comando da Guerrilha e outras zonas de interesse.

O regime será de pensão completa no Campo de Trabalho e na Sierra Maestra, sendo no restante de meia pensão

Estância em Santiago de Cuba, 2ª Cidade de Cuba

Estância em Havana, Capital de Cuba

Duas iniciativas de solidariedade completarão o programa: a entrega de uma ludoteca e de material escolar recolhido.

Regresso a Portugal

PARTICIPAÇÃO: 140.000\$00

Que inclui: Todas as despesas do programa e a deslocação Lisboa - Cuba - Lisboa

Informações e inscrições:

CPPC - R. Rodrigo da Fonseca, 56, 2º - 1250 Lisboa - Tel. 3863375

**Aproveita as propostas
da JCP para as férias:**

**DESCIDA DO
GUADIANA**

15 a 22 de Julho 1996



**Em cooperação
com a UJCE**

(União dos Jovens
Comunistas de Espanha)

Programa

- Dia 15 Partida de Lisboa às 9h (em camioneta)
Almoço em Mértola
Aulas de iniciação à canoagem, em Mértola
Jantar em Mértola, com convívio
- Dia 16 Aulas de iniciação à canoagem, em Mértola
Almoço e visita à Vila de Mértola
Jantar, seguido de debate, em Mértola
- Dia 17 Partida em canoas, para o Pomarão
Almoço no Pomarão
Visita às Minas
Jantar no Pomarão, com convívio musical
- Dia 18 Partida, em canoas, para Alcoutim
Almoço em Alcoutim
Partida, em canoas, para Guerreiros do Rio
Jantar em Guerreiros do Rio
- Dia 19 Partida, em canoas, para Almada de Ouro
Almoço em Almada do Ouro
Partida, em canoas, para Castro Marim (Reserva)
Jantar na Reserva
- Dia 20 - Partida, em canoas, para Vila Real de Santo António
Chegada ao Acampamento da JCP de Beja/Algarve
- Dia 22 - Partida, em camioneta, para Lisboa

**TAXA DE PARTICIPAÇÃO NO PROGRAMA
COMPLETO**

-15.000\$00

(transportes Lisboa/Mértola e VR Sto. António/Lisboa, alimentação, alojamento e as restantes despesas associadas ao programa)

INSCRIÇÕES

NA JCP

- R. Sousa

Martins, nº8

- 1050 Lisboa

**ACAMPAMENTO
DA JCP DO
ALGARVE
E BEJA
20 e 21 Julho
VR Santo António**



TELEVISÃO

Quinta, 6

RTP 1

- 09.00 Notícias
- 09.10 O Caminho das Estrelas
- 09.35 Vizinhos
- 10.05 Cinzas
- 10.40 Praça da Alegria
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.30 País Real
- 14.00 Clássicos da RTP - Sabadabadú
- 14.35 Uma Promessa de Amor
- 16.10 Infantil / Juvenil
- 17.10 Malha de Intrigas
- 17.45 Canal Aberto
- 19.00 Pedra sobre Pedra
- 20.00 Telejornal
- 20.45 Roseira Brava
- 21.35 Primeiro Amor
- 22.05 Maria Elisa

Sexta, 7

RTP 1

- 09.00 Notícias
- 09.10 O Caminho das Estrelas
- 09.35 Vizinhos
- 10.05 Cinzas
- 10.40 Praça da Alegria
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.30 País Real
- 13.55 Clássicos da RTP - «Os Andrades»
- 14.35 Uma Promessa de Amor
- 16.10 Infantil / Juvenil
- 17.10 Malha de Intrigas
- 17.45 Canal Aberto
- 19.00 Pedra sobre Pedra
- 20.00 Telejornal
- 20.45 Roseira Brava
- 21.35 Primeiro Amor
- 22.05 A Mulher do Sr. Ministro

Sábado, 8

RTP 1

- 08.00 Sempre a Abrir
- 10.30 Clube Disney
- 11.30 Cybermaster
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.10 Euro 96 - Cerimónia de Abertura + Inglaterra-Suíça
- 17.00 Top +
- 18.10 Boa Sorte, Portugal!
- 18.55 Clube dos Totalistas
- 20.00 Telejornal
- 20.55 Roseira Brava
- 21.35 Primeiro Amor
- 22.30 Parabéns
- 01.05 24 Horas
- 01.25 Euro 96 (Resumo do dia)
- 02.00 Jogada para a Morte - 03.55 Teia Mortal - 05.35 O Engatado

RTP 2

- 09.00 Universidade Aberta
 - 12.00 Forum Musical
 - 13.00 Parlamento
 - 14.00 Euronews
 - 15.00 Coleção Platinum
 - 16.00 Bósnia: "Juntos na Distância"
 - 18.05 Ténis
 - 19.15 NBA
 - 20.15 Para Além do Ano 2000
 - 21.00 7º W
 - 21.30 Semana ao Sábado
 - 22.20 Notícias 2
 - 22.25 Um Homem em Casa
 - 22.55 Figuras de Estilo
 - 23.55 Chaimite
- (de Jorge Brun do Canto, Port., com Jacinto Ramos, Jorge Brun do Canto, Augusto Figueiredo, Artur Semedo. Histórico)

SIC

- 09.00 Buérré
- 12.00 O Mundo dos Animais
- 13.00 Primeiro Jornal
- 13.30 Tostões e Milhões
- 14.00 Malhação
- 15.30 A Leste do Paraíso
- 16.20 A Tentação e o Anjo
- 18.00 Justiça Negra
- 18.50 Quem É Você?
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.50 Clube VIP
- 21.20 Vira-lata
- 22.30 Big Show Sic
- 01.25 Último Jornal
- 01.40 Três Marujos e uma Garota (de Roy Del Ruth, EUA-1953, com Jane Powell, Gordon MacRae. Musical)

TVI

- 09.40 Animação
- 11.30 Quem Sai aos Seus...
- 12.30 Novos Ventos
- 13.00 Jornal da Uma
- 13.25 Contra-Ataque
- 15.00 Ténis
- 16.10 Doutores e Engenheiros
- 17.40 A História de um Vencedor (de Lamont Johnson, EUA-1977, com Robby Benson, Annette O'Toole, Melanie Griffith. Comédia)
- 19.30 Telejornal
- 20.10 Diagnóstico: Crime
- 21.05 O Campeão de Baltimore (de Robert Ellis Miller, EUA-1980, com James Coburn, Omar Sharif. «Western»)
- 23.00 Fortitude - O Fim da Inocência (I)
- 00.50 Últimas Notícias
- 01.10 Henrique V (de Kenneth Branagh, Gr.Br., com Emma Thompson, K. Branagh. Drama)

Domingo, 9

RTP 1

- 08.00 Sempre a Abrir
- 11.15 NBA
- 12.00 Sem Limites
- 12.30 Jornal da Tarde
- 12.50 Motociclismo
- 14.00 Euro 96 - Espanha-Bulgária
- 16.25 Made in Portugal
- 17.30 Alta Voltagem
- 18.00 Casa Cheia
- 19.00 Euro 96 - Dinamarca-Portugal
- 21.30 Telejornal
- 22.15 Domingo em Cheio
- 23.45 Enviado Especial
- 00.15 24 Horas
- 00.35 Euro 96
- 01.20 Fera Mortal (de Charles Kanganis, EUA-1992. "Thriller")

RTP 2

- 09.00 Caminhos
- 09.30 Novos Horizontes
- 10.00 Missa
- 11.00 7º x 7
- 10.30 Missa
- 11.30 O Homem e a Cidade
- 12.00 Euronews
- 13.00 Coleção Platinum
- 14.00 Uma Cidade, Dois Mundos
- 15.00 Campos de Fogo
- 15.50 Inimigo à Porta
- 16.40 Euro 96 - Alemanha-Rep. Checa
- 19.45 Bombordo
- 20.15 Cinema Português - «Retrato de Família»
- 22.05 Artes e Letras - «Artaud, Le Momo» (Parte II)
- 23.10 O Sheik Branco (de Federico Fellini, It.-1952. Ver Destaque)
- 00.55 Planeta Música

SIC

- 09.00 Buérré
- 12.00 Vida Selvagem
- 13.00 Primeiro Jornal
- 13.30 Internacional Sic
- 14.00 Malhação
- 15.20 O Guarda-Costas
- 16.30 Walker, o Ranger do Texas
- 17.40 Beleza Fatal (de Tom Holland, EUA-1987, com Whoopi Goldberg, Sam Elliot. Acção)
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.50 Vira-lata
- 22.00 Pensão Estrela
- 22.30 Atracção Fatal (de Adrian Lyne, EUA-1987, com Michael Douglas, Glen Close. Acção)
- 01.15 Último Jornal
- 01.30 O Expresso de Xangai (de Joseph von Sternberg, EUA-1932, com Marlene Dietrich. Ver Destaque)

TVI

- 09.40 Clube da Manhã
- 12.00 Missa
- 13.30 O 8º Dia
- 14.00 Portugal Português
- 15.30 Jornal do País
- 16.00 Horizonte Perdido (de Charles Jarrot, com Michael York, Peter Finch)
- 18.30 Caída do Céu
- 19.30 Telejornal
- 20.10 Lar, Louco Lar
- 20.45 O Pai da Chefê
- 21.10 Adultos à Força
- 22.00 O Casal Trapalhão (de Sidney Poitier, EUA, com Gene Wilder, Richard Widmark)
- 00.10 Hunter

Segunda, 10

RTP 1

- 09.00 Notícias
- 09.10 O Caminho das Estrelas
- 09.35 Vizinhos
- 10.05 Cinzas
- 10.40 A Espada Era a Lei (de Wolfgang Reitherman, EUA-1963. Animação)
- 12.00 Circo na TV
- 12.35 Culinária
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.30 País Real
- 14.00 Clássicos da RTP
- 15.15 Uma Promessa de Amor
- 16.10 Euro 96 - Holanda-Escócia
- 18.25 Comemorações do 10 de Junho
- 20.00 Telejornal
- 21.50 Primeiro Amor
- 22.05 Todos ao Palco
- 23.45 Nova Oportunidade
- 00.50 24 Horas
- 01.35 Monthly Pythons - Os Malucos do Circo

RTP 2

- 15.00 NBA
- 16.00 A Casa do Caçador
- 17.00 Huckelberry Finn
- 17.25 Um, Dó, Li, Tá
- 18.30 Universidade Aberta
- 19.10 Euro 96 - Roménia-França
- 21.35 A Última Fronteira
- 22.05 Acontece
- 22.30 Jornal 2
- 23.10 A Deusa do Amor (de William S. Seiter, EUA-1948, com Ava Gardner, Robert Walker. Comédia Musical)
- 00.35 Planeta Música - Árias da Ópera

SIC

- 09.00 Buérré
- 11.00 Os Imortais
- 11.55 A Guerra dos Sexos
- 13.00 Primeiro Jornal
- 13.30 O Juiz Decide
- 14.00 Diário do Europeu
- 15.00 Os Donos do Jogo
- 15.45 Buérré
- 17.25 Renascer
- 18.50 Quem É Você?
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.50 Explode Coração + História de Amor
- 22.00 Ponto de Encontro
- 22.40 Luta de Gigantes (de Paul Aaron, EUA-1979, com Chuck Norris. Acção)
- 00.50 Os Donos da Bola
- 01.15 Último Jornal
- 01.35 Flash Back
- 02.35 Vibrações

TVI

- 10.00 Espaço Cultural
- 12.10 Clube da Manhã
- 12.50 Encontro
- 13.00 Dez Prá Uma
- 13.30 Jornal da Uma
- 14.25 A Fúria do Destino
- 14.55 Um Anjo na Terra
- 15.50 Informação
- 16.00 A Hora do Recreio
- 17.40 Informação
- 18.00 Olho Vivo
- 18.35 Marés Vivas
- 19.30 Novo Jornal
- 20.10 Negócios em Dia
- 20.30 Pessoas Desaparecidas
- 22.20 O Último Ano da Minha Vida (Teledramático de John Erman, EUA-1990)
- 00.20 TVI Jornal
- 01.00 Primeira Fila
- 01.30 Luta pela Verdade

Terça, 11

RTP 1

- 09.00 Notícias
- 09.10 O Caminho das Estrelas
- 09.35 Vizinhos
- 10.40 Praça da Alegria
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.30 País Real
- 14.00 Clássicos da RTP
- 14.25 Uma Promessa de Amor
- 15.15 Malha de Intrigas
- 16.10 Euro 96 - Itália-Rússia
- 18.25 Canal Aberto
- 20.00 Telejornal
- 20.50 Primeiro Amor
- 22.05 Ligações Perigosas
- 23.30 Euro 96 (Resumo)



Maria Elisa: à quinta-feira na RTP 1

- 23.30 O Envenenador de Wimbledon
- 00.40 24 Horas
- 01.25 Monthly Pythons - Os Malucos do Circo

RTP 2

- 17.05 Notícias
- 17.15 Huckelberry Finn
- 17.45 Um, Dó, Li, Tá
- 18.40 Rotações
- 19.10 Euro 96 - Turquia-Croácia
- 21.35 Rumo à Lua
- 22.05 Acontece
- 22.30 Jornal 2
- 23.10 Vivamos um Pouco (de Richard Wallace, EUA-1948, com Hedy Lamarr, Robert Cummings. Comédia)
- 00.40 Planeta Música - Jazz

SIC

- 10.30 Os Imortais
- 11.30 As Receitas do Dia
- 11.55 A Guerra dos Sexos
- 13.00 Primeiro Jornal
- 13.30 O Juiz Decide
- 14.00 Flash Back
- 15.00 Os Donos do Jogo
- 15.45 Buérré
- 17.25 Renascer
- 18.50 Quem É Você?
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.50 Explode Coração + História de Amor
- 22.00 Ai, os Homens!
- 23.30 Cross Fire
- 00.30 Os Donos da Bola
- 00.55 Último Jornal
- 01.10 Escrita em Dia
- 02.10 A Batalha das Ardenas (de Ken Annakin, EUA-1965, com Henry Fonda, Robert Ryan. Guerra.)
- 03.30 Vibrações

TVI

- 10.00 Espaço Cultural
- 12.10 Clube da Manhã
- 12.50 Encontro
- 13.00 Dez Prá Uma
- 13.30 Jornal da Uma
- 14.25 A Fúria do Destino
- 14.55 Um Anjo na Terra
- 15.50 Informação
- 16.00 A Hora do Recreio
- 17.40 Informação
- 18.00 Olho Vivo
- 18.35 Marés Vivas
- 19.30 Novo Jornal
- 20.10 Negócios em Dia
- 20.30 O Poder da Lei
- 21.30 Competente e Descarada
- 22.00 A Síndrome da China (de Jacques Bridges, EUA-1979, com Jane Fonda, Jack Lemmon. Ver Destaque)
- 00.15 TVI Jornal
- 00.50 Jornal do Mundo
- 01.30 Remington Steele

Quarta, 12

RTP 1

- 09.00 Notícias
- 09.10 O Caminho das Estrelas
- 09.45 Vizinhos
- 10.05 Cinzas
- 10.40 Praça da Alegria
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.30 País Real
- 14.00 Clássicos da RTP
- 15.00 Uma Promessa de Amor
- 16.10 Infantil / Juvenil
- 17.05 Pedra sobre Pedra
- 18.00 Canal Aberto
- 19.45 Vamos Jogar no Totobola
- 20.00 Telejornal
- 20.50 Primeiro Amor



Herman Total

- 23.10 Euro 96
- 23.30 O Virus Assassino
- 00.25 24 Horas
- 01.10 Monthly Pythons - Os Malucos do Circo

RTP 2

- 17.05 Notícias
- 17.15 Huckelberry Finn
- 17.35 Um, Dó, Li, Tá
- 18.35 Olho Clínico
- 19.15 Torneio Eurovisão de Jovens Músicos
- 21.35 Lendas e Narrativas
- 22.05 Acontece
- 22.30 Jornal 2
- 23.00 A Mulher de Fogo (de Leslie Fenton, EUA-1948, com Dorothy Lamour. Musical)
- 00.40 Planeta Música

SIC

- 10.30 Os Imortais
- 11.30 As Receitas do Dia
- 11.55 A Guerra dos Sexos
- 13.00 Primeiro Jornal
- 13.30 O Juiz Decide
- 14.00 Escrita em Dia
- 15.00 Os Donos do Jogo
- 15.45 Buérré
- 17.25 Renascer
- 18.50 Quem É Você?
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.50 Explode Coração + História de Amor
- 22.00 Marchas Populares de Lisboa
- 01.00 Os Donos da Bola
- 01.25 Último Jornal
- 01.40 O Comboy da Meia-noite
- 02.40 O Papá É Major
- 03.40 Vibrações

TVI

- 10.00 Espaço Cultural
- 12.10 Clube da Manhã
- 12.50 Encontro
- 13.00 Dez Prá Uma
- 13.30 Jornal da Uma
- 14.25 A Fúria do Destino
- 14.55 Um Anjo na Terra
- 15.50 Informação
- 16.00 A Hora do Recreio
- 17.40 Informação
- 18.00 Olho Vivo
- 18.35 Marés Vivas
- 19.30 Novo Jornal
- 20.10 Negócios em Dia
- 20.30 O Poder da Lei
- 21.30 Competente e Descarada
- 22.00 A Síndrome da China (de Jacques Bridges, EUA-1979, com Jane Fonda, Jack Lemmon. Ver Destaque)
- 00.15 TVI Jornal
- 00.50 Jornal do Mundo
- 01.30 Remington Steele



«Verdes Anos» com Daniel Sampaio: à quinta-feira na SIC

- 23.35 24 Horas
- 00.10 RTP/Financial Times
- 00.20 Ténis: Torneio de Roland Garros
- 00.30 Monty Python - Os Malucos do Circo

RTP 2

- 10.30 Missa
- 15.00 Reabertura. Desporto
- 18.00 Um, Dó, Li, Tá
- 18.45 Caderno Diário
- 18.50 Magazine «Ver Artes»
- 19.20 Remate
- 19.40 TV Nostalgia: «Colditz»
- 20.45 A Última Fronteira
- 21.05 Himmler, o Carniceiro
- 22.05 Acontece
- 22.20 RTP/Financial Times
- 22.30 Jornal 2
- 23.10 Henry V (de Laurence Olivier, Gr.Br.-1944, com Laurence Olivier, Robert Newton. Ver Destaque)
- 01.25 Planeta Música

SIC

- 09.00 Buérré
- 11.00 Os Imortais
- 11.55 A Guerra dos Sexos
- 13.00 Primeiro Jornal
- 13.30 O Juiz Decide
- 14.00 Ponto de Encontro
- 15.00 Os Donos do Jogo
- 15.30 Notícias
- 15.45 Buérré
- 17.40 Renascer
- 18.50 Quem É Você?
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.45 Diário do Mundial
- 20.50 Explode Coração + História de Amor
- 22.00 Os Trapalhões
- 22.30 Marina, Dona Revista
- 23.30 Grande Reportagem
- 00.30 Diário do Mundial
- 00.55 Último Jornal
- 01.10 Verdes Anos
- 02.10 Sonhar Acordado
- 02.40 Vibrações

TVI

- 10.10 Clube da Manhã
- 11.00 Jornal do Mundo
- 11.30 Alf
- 12.00 Missa
- 13.30 Jornal da Uma
- 14.10 Primeira Mão
- 14.25 Um Anjo na Terra
- 15.20 A Hora do Recreio
- 16.50 O Vale do Arco-Íris (de Francis Ford Coppola, EUA-1968, com Fred Astaire, Petula Clark. Ver Destaque)
- 19.30 Novo Jornal
- 20.30 Negócios em Dia
- 20.50 O Céu Como Horizonte
- 21.45 Fora de Jogo
- 22.00 Linha Mortal (de Joel Schumacher, EUA-1990, com Kiefer Sutherland, Julia Roberts. Ver Destaque)
- 00.10 TVI Jornal
- 00.50 Rua Jump, 21

- 22.40 Dias do Paraíso (de Terence Malick, EUA-1978, com Richard Gere, Brooke Adams, Sam Sheppard. Ver Destaque)
- 00.10 24 Horas
- 00.45 RTP/Financial Times
- 00.55 Euro 96
- 01.30 Monty Python - Os Malucos do Circo
- 02.05 Poderes Ocultos: A Passagem do Mal (de Kevin S. Tenny, EUA-1993. Terror)

RTP 2

- 15.00 Ténis
- 17.00 Notícias
- 17.10 Huckelberry Finn
- 17.40 Um, Dó, Li, Tá
- 18.40 Caderno Diário
- 18.50 Máquinas
- 19.15 Notícias
- 19.35 TV Nostalgia - «5ª Dimensão»
- 20.35 A Par e Passo
- 21.05 História do Rock'n'Roll
- 22.05 Acontece
- 22.20 RTP/Financial Times
- 22.30 Jornal 2
- 23.10 Júlio César (de Joseph Mankiewicz, EUA-1953, com Marlon Brando, James Mason. Ver Destaque)
- 01.15 Planeta Música

SIC

- 10.30 Os Imortais
- 11.30 As Receitas do Dia
- 11.55 A Guerra dos Sexos
- 13.00 Primeiro Jornal
- 13.30 O Juiz Decide
- 14.00 Verdes Anos
- 15.00 Os Donos do Jogo
- 15.45 Buérré
- 17.40 Renascer
- 18.50 Quem É Você?
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.45 Diário do Europeu
- 20.50 Explode Coração + História de Amor
- 22.00 Os Malucos do Riso
- 22.30 Sim ou Não
- 23.30 A Noite da Má Língua
- 01.20 Último Jornal
- 01.35 Playboy
- 02.35 Vibrações

TVI

- 10.10 Clube da Manhã
- 11.00 Sinais e Leis
- 11.30 Alf
- 11.55 Ambição
- 12.50 Dez Prá Uma
- 13.30 Jornal da Uma
- 14.20 Primeira Mão
- 14.25 A Fúria do Destino
- 14.55 Um Anjo na Terra
- 16.00 A Hora do Recreio
- 17.40 Informação
- 18.00 Parker Lewis
- 18.35 Marés Vivas
- 19.30 Novo Jornal
- 20.30 Negócios em Dia
- 20.50 O Céu Como Horizonte
- 21.45 Fora de Jogo
- 22.00 Vamos a Isto, Rapazes (de Giuseppe Colizzi, It.-1973, com Terence Hill. Aventuras)
- 23.55 Grande Plano
- 00.30 TVI Jornal
- 01.15 Rua Jump, 21

O EURO 96 a dominar a semana televisiva



Por isto e por aquilo...

Vale do Arco-Iris

(Quinta, 16.00, TVI)

Numa década em que foram raros os filmes musicais de grande mérito, *O Vale do Arco-Iris*, não sendo um completo êxito junto da crítica, constituiu uma curiosa incursão do então jovem Francis Ford Coppola neste género. Terceira longa-metragem da sua filmografia (que é interessante agora rever), conta-nos as desventuras de um irlandês, do seu pote de ouro e de um duende que o acompanha desde a terra natal até ao sul da América, onde proliferam as intrigas políticas e as ambições pessoais.

Linha Mortal

(Quinta, 22.00, TVI)

Um grupo de estudantes de medicina decide levar a cabo perigosas experiências para averiguar o que acontece «para além da morte», um tema de curiosas ressonâncias «sobrenaturais»... O problema é que as experiências daqueles estudantes, como não poderia deixar de esperar-se num filme de terror (pontuado, embora, por momentos de humor), dão para o torto. E as coisas, a certa altura, tornam-se mesmo feias. É oportuno alertarmos para o facto de que a mobilidade e a invenção da câmara e dos «efeitos especiais» não chegam para esconder a indigência do argumento, que subverte a ideia de base, potencialmente interessante. O filme foi realizado por Joel Schumacher e tem, como principais intérpretes, Julia Roberts, Kiefer Sutherland, Kevin Bacon e William Baldwin.

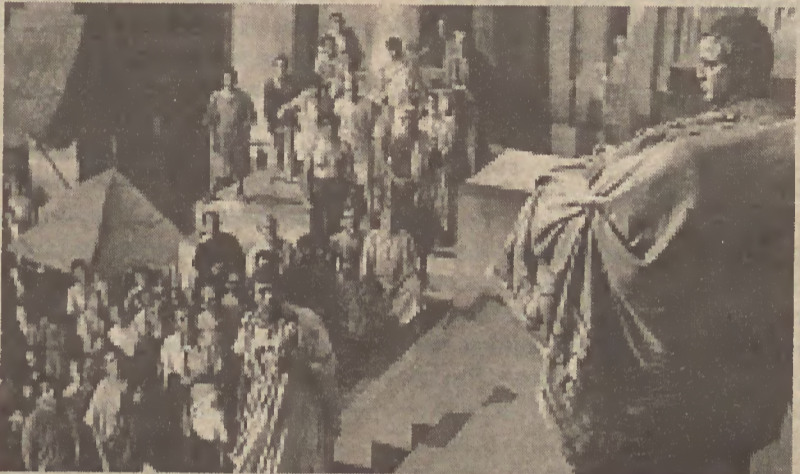
Henry V

(Quinta, 23.10, RTP2)

«Quando se é novo, é-se demasiado tímido para desempenhar o papel de um herói. É uma desilusão. Só quando se é mais velho, é que se consegue compreender a beleza plástica do heroísmo.» Estas foram palavras uma vez ditas por Laurence Olivier. O facto é que este filme parece prová-lo. É com a idade de 38 anos que o grande actor dá corpo à personagem central desta obra de Shakespeare - aliás, a sua primeira experiência no cinema como realizador - numa adaptação cheia de cor, movimento, e uma mão cheia de interpretações de primeira água: Renee Asherson, Leslie Banks, George Roby, Robert Newton ou o próprio Olivier. A partitura, importante, é do compositor William Walton.



Laurence Olivier, principal intérprete de «Henry V», por si realizado



Marco António (Marlon Brando) dirige-se aos cidadãos de Roma após o assassinato de Júlio César, no filme de Joseph L. Mankiewicz

Júlio César

(Sexta, 23.10, RTP2)

«Não o rodei a cores porque, com a possível excepção de «E Tudo o Vento Levou», nunca me foi dado ver, a cores, um filme verdadeiramente bom, sério e dramático. Não se consegue atingir o dramatismo nem criar pessoas reais, a cores. Este filme é sobre os sentimentos e a violência, próprios das pessoas reais - com as suas ambições e os seus sonhos. E as pessoas sonham a preto e branco, não em technicolor.» Estas palavras de Joseph Mankiewicz ajudam a perceber o lado de reportagem-quase-jornalística que o realizador pretendeu transmitir à sua versão de *Júlio César*, transformando-a em uma das melhores adaptações cinematográficas de Shakespeare, em geral, e de *Júlio César*, em particular. Tudo se passa no ano de 44 a.C., à volta da conspiração de *Cassius e Brutus* para a eliminação de César - com a decisiva viragem do discurso de Marco António voltando o estado de espírito da população contra os assassinos. À frente de um fabuloso elenco, brilham a grande altura, como é natural, John Gielgud e James Mason, mas Marlon Brando (contra as generalizadas previsões) construiu uma das mais brilhantes composições de sempre da personagem Marco António.



Brook Adams e Sam Sheppard, numa sequência de «Dias do Paraíso», de Terrence Malick



Glenn Close, Michael Douglas e Anne Archer, numa cena de «Atracção Fatal», de Adrian Lyne

co erguido com eficácia industrial, desigual mas inegavelmente atraente do ponto de vista do ambiente de progressiva tensão que é construído. Os papéis principais são de Michael Douglas e Glenn Close.

O Sheik Branco (Domingo, 23.10, RTP2)

Uma jovem casada vem passar a sua lua-de-mel em viagem a Roma. Influenciada pela má literatura que lê com assiduidade, acaba por encontrar o «herói» da foto-novela que ilumina os seus sonhos - o *sheik branco*. Mas este encontro porá fim às suas ilusões sobre a vida e devolvê-la-á ao seu marido e a um mundo menos quimérico. Trata-se do primeiro filme, propriamente dito, da inteira responsabilidade de Federico Fellini. Mas a carreira fulgurante do grande realizador italiano só nos filmes seguintes começaria a consagrar-se...

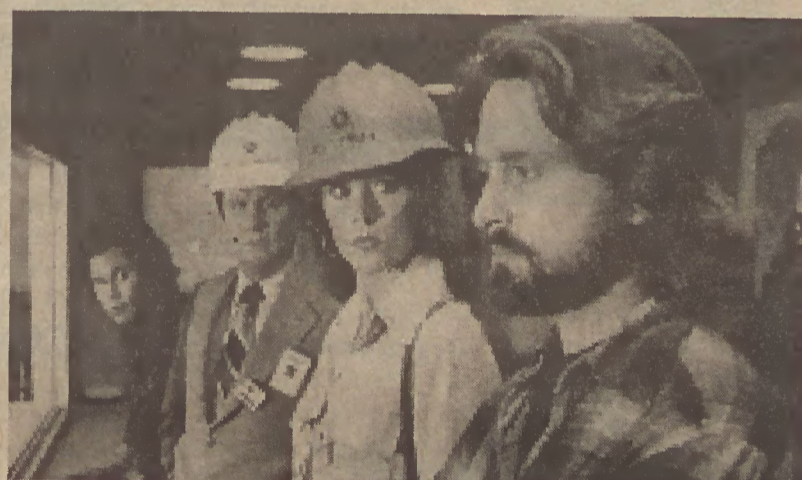
O Expresso de Xangai (Domingo, 01.30, SIC)

A intriga é situada durante a guerra civil chinesa, pelo que não é preciso explicar exhaustivamente a forma como a interpretação destes acontecimentos da História e dos seus protagonistas nos é dada através da ficção cinematográfica... Tirando este simples pormenor, sem dúvida que o filme

de Joseph von Sternberg é uma obra extremamente interessante, com uma Marlène Dietrich na pele de *Shanghai Lily*, irresistível, e nos lábios da qual o argumentista coloca frases que ficaram célebres. Por exemplo, quando um revolucionário chinês lhe pergunta o que vai fazer a Pequim, ela responde, desarmante: «Comprar um chapéu...» Curioso é que, segundo rezam as crónicas, o argumentista Jules Furthman parecia gostar muito desta réplica já que voltaria a usá-la, desta vez nos lábios de outra mulher fatal, Lauren Bacall, no filme *Ter ou Não Ter* (1944) de Howard Hawks.



Marlène Dietrich e Clive Brook, em «O Expresso de Xangai», de Joseph von Sternberg



Jane Fonda e Michael Douglas, numa cena de «A Síndrome da China», de James Bridges

Dias do Paraíso

(Sexta, 22.40, RTP1)

Trata-se, sem dúvida, de um dos melhores filmes da semana, curiosamente apenas a segunda longa-metragem realizada por Terrence Malick mas apresentando, já, um impressionante fôlego e maestria na forma como que se narra uma história em cinema. Um caso de fortes implicações sociais que se desenrola no princípio do século, pouco antes da entrada dos EUA na I Grande Guerra, na época da industrialização da agricultura nas grandes propriedades do Texas, com todos os problemas de mão-de-obra que gerou - o pano de fundo para os dramas de paixão e adultério vividos por três personagens (um operário de Chicago que para ali emigrou com a sua namorada e um rico fazendeiro local, que se apaixona por esta). Tudo contado pelos olhos da jovem irmã do operário. Fabulosamente fotografado por Nestor Almendros e extremamente parco em diálogos, *Dias do Paraíso* conta ainda com uma das melhores partituras para o cinema de Ennio Morricone e a presença de Richard Gere, Brook Adams e Sam Shepard em três excelentes papéis.

Retrato de Família

(Domingo, 20.15, RTP2)

Depois de um longo período de dez anos sem realizar qualquer filme, o cineasta português Luís Galvão Teles regressou em 1991 com uma adaptação livre de *O Incesto*, de Mário de Sá Carneiro, para um filme cujo argumento escreveu de parceria com Jean-Louis Comolli. Trata-se de uma história dramática que nos revela um triângulo amoroso constituído por pai, mãe e filha, com boas interpretações de Joaquim de Almeida, Carmen Dolores e Maria de Medeiros.

Atracção Fatal

(Domingo, 22.30, SIC)

Tudo parte de um fortuito caso de amor entre um advogado (na ausência da mulher e da filha) e uma outra mulher que, passando doentia e constantemente a interferir na vida daquela família, pretende perpetuar a ligação, a ponto de o marido ter de confessar tudo à sua mulher, acabando esta por abater a intrusa que se imiscuia na felicidade do lar. Um melodrama trágico

A Síndrome da China

(Quarta, 22.00, TVI)

Já bastante conhecido dos espectadores das televisões portuguesas, *ASíndrome da China*, filme produzido por Michael Douglas, não deixa de ser uma poderosa denúncia, posta em cinema, sobre os perigos que as centrais nucleares fazem hoje pairar sobre os homens, sobretudo quando à criminosa negligência face às mais elementares regras de segurança se fazem seguir todas as formas de condicionamento da verdade, escondendo-a da opinião pública. É o que sucede com o imaginário acidente nuclear de que trata este filme (por coincidência seguido, poucas semanas após a sua estreia, pelo bem mais real acidente da central de Three Miles Island, na Pensilvânia), cujos indícios são ocasionalmente descobertos por uma repórter de televisão de um pequeno canal local e que a própria direcção da central pretende abafar, ao ponto de friamente permitir a eliminação física, com a conivência das autoridades policiais e estaduais, de um engenheiro que pretende denunciar à televisão os bastidores da perigosa ocorrência. Duas grandes interpretações de Jane Fonda e Jack Lemmon.

TELEVISÃO

TVR vs. TVL

■ Francisco Costa

Não, caro leitor, não te assustes! Não é acerca de dois novos canais televisivos que entretanto tenham surgido no espectro audiovisual nacional que eu hoje venho falar-te. Embora, falando em «espectro», o panorama continue a ser «de meter medo» - já que, pelo que se voltou a ver e ouvir ultimamente, nada de substancialmente diferente afinal se pode descortinar nas mudanças operadas nos comandos da televisão pública. Por isso o título desta crónica: onde TVR é uma abreviatura de televisão-rosa e TVL uma abreviatura de televisão-laranja...

Será que eu sou daltónico?

O outro dia (30.05.96) resolvi ver o *Telejornal*. Manias... Foi no dia em que uma proposta de lei do PCP sobre a antecipação para os 62 anos da idade da reforma das mulheres tinha sido votada na Assembleia da República. Esperava eu, por exemplo, ver e ouvir o que é que o grupo parlamentar do PCP - o partido proponente - tinha a alegar em defesa da sua proposta; ou como é que as outras bancadas parlamentares justificariam a sua votação e, em particular, como explicaria o líder do grupo parlamentar socialista a mudança do sentido de voto do PS em tão curto espaço de tempo. Pura ilusão! O que eu vi e ouvi, contra toda a expectativa criada pela introdução lida no *teleponto* pelo José Rodrigues dos Santos, foram 28 segundos (!) de imagens dos protestos nas galerias por parte de cidadãos que, também nesse dia, se haviam indignado perante a aprovação da lei da flexibilidade e polivalência!

Quer dizer: nem a reportagem anunciada no texto introdutório foi transmitida - ou seja, através do principal serviço noticioso do nosso serviço público de televisão, os cidadãos ficaram objectivamente privados de saber o que se passara na AR sobre tão importante matéria e sobre as posições em confronto dos vários partidos - nem os poucos segundos que acabaram por ir para o ar ultrapassaram a imagem de *folclore ruidoso* com que intencionalmente se pretendeu rodear e escamotear a discussão da verdadeira e grave temática a que se referiam. Por outro lado, é sabido: aos milhões de cidadãos nessa noite, como de costume, plantados em frente da televisão (a esmagadora maioria dos quais sem terem lido jornais ou ouvido rádio) apenas foi transmitida a ideia nebulosa de que, mais uma vez, «houve tumultos» no parlamento, vagamente explicados e despachados pela improvisada e rápida voz off do pivot de serviço (emendando o comentário para: «isto agora são imagens da... blá, blá, blá») e, mais uma vez, sem que a voz dos partidos se tenha ouvido a justificar as suas respectivas posições.

Sendo provável que a incompetência ainda reinante na TVR tenha inadvertidamente à última hora substituído uma reportagem por outra sem dar cavaco a dos Santos através do seu auricular, sendo ainda possível que a intenção fosse não prolongar demasiado o *Telejornal* (para cumprir os horários? não me façam rir!), o facto é que a isto não pode deixar de se chamar, com todas as letras, *desinformação*. Facto tanto mais significativo quanto, no mesmo *Telejornal* em que a voz e a cara dos partidos a propósito de duas tão importantes matérias foram omitidas, o Governo tinha

estado amplamente presente através do já celeberrimo ministro Jorge Coelho, nada menos do que em duas fatias, em ligação directa para o «seu gabinete», num total de cinco minutos e meio, para mais uma vez tentar explicar as posições do Governo acerca do acordo entre ele e os clubes de futebol. Trata-se, reconhe-

ço, de um pormenor extraído do contexto de um determinado serviço noticioso - mas claramente sintomático de uma tendência, se somado a dezenas e dezenas de pormenores destes que, subliminarmente, se sucedem todos os dias. Era isto que, antes, nos levava a queixar da orientação da TVL. É isto que, pelos vistos, passados os primeiros arremedos de mudança, continua a ser praticado pela TVR.

A representação do Poder

A verdadeira estratégia reside, então, no esbatimento da presença dos partidos na televisão pública, sobretudo na forma do debate político - que colocaria o problema do confronto das opiniões, da valorização relativa da oportunidade, da seriedade e do rigor das propostas, dos programas e das soluções para os grandes problemas, e dos efeitos que, a prazo, isso teria na orientação e esclarecimento da opinião pública. Com efeito, da nova grelha do principal canal público, desapareceu qualquer espaço de debate político ou, sequer, de entrevista política. E, como é sabido, a diminuição da presença dos partidos e dos seus principais dirigentes - não enquanto *picaretas falantes* lançando areia para os olhos em conferências de imprensa artificialmente multiplicadas para as câmaras e para os microfones mas, sobretudo, enquanto portadores de ideias colocadas em confronto - tende sempre a valorizar a presença do Governo. Por isso o programa «Parlamento» (que, às vezes de forma incómoda para alguns participantes, até é *interactivo* e tudo!) continua a ser secreta e convenientemente resguardado da demasiada visibilidade pública e encontra-se confinado ao Sábado, à hora de almoço, na RTP 2. Quando teria sido fácil, de acordo com os propósitos de defesa do pluralismo por parte dos novos responsáveis da RTP, passá-lo puro e simplesmente para o «horário nobre», transformando-o no grande espaço de discussão política a um dia de semana ou, mesmo, ao fim-de-semana. Pelo contrário, até mesmo de certo modo os «comentadores» e «analistas» políticos (espantemo-nos!) praticamente desapareceram da circulação. Por mais seleccionados que possam continuar a sê-lo, o mesmo Poder que eles representam (segundo cores diferentes) circunscreveu agora o seu papel sobretudo à rádio e à imprensa escrita - tão desacreditado que havia resultado pela anterior prática na televisão. Ou seja: ao contrário da TVL, onde o desespero final para a manutenção da

representação do Poder, tinha feito descambar o chamado «debate político» para o total descrédito da «classe política» - a ver se disfarçava -, é agora cometida à TVR pelo mesmo Poder a tarefa de dilatar no tempo a discussão e o debate e, por tabela, a verdadeira compreensão de que, afinal, as coisas não são tão diferentes do que eram - nalguns aspectos são, mesmo, bastante piores - até que chegue a altura em que os cordelinhos se comecem de novo a mexer para, quando for vital e necessário, daqui a quatro anos tentar substituir, em nova «dinâmica» de alternância, este paladar pelo outro.

Outras representações

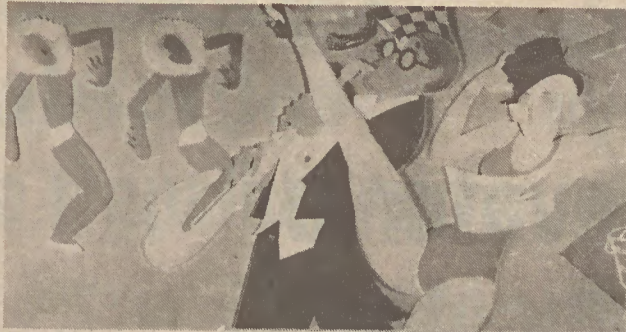
O único simulacro de confronto de ideias que aparentemente poderia vir a acontecer na TVR seria a discussão dos grandes problemas da economia. Com alguma lógica, aliás: é neste terreno que verdadeiramente tudo se decide, hoje, em termos políticos. Aguardava-se assim que, apesar de também escondido no segundo canal do serviço público, o novo programa «O Dinheiro Não Dorme» pudesse constituir um espaço de discussão pluralista das várias perspectivas que, sobre a Economia, se confrontam em Portugal. Tanto mais que, ao anterior responsável pelas questões económicas na TVL - Paulo Fidalgo, um claro defensor do liberalismo, versão *soft* para consumo público - se sucedia agora Nicolau Santos, com tirocinio tirado (em termos audiovisuais) nos primeiros tempos de «Tostões e Milhões» da SIC e nas crónicas matinais da TSF, onde era indistigável a sua tendência antilaranja.

Também aqui, nada de mais ilusório! Com uma ou outra falha, temos seguido a orientação do programa. Julgamos não nos enganar se dissermos que, como representantes do mundo do Trabalho (o outro vector decisivo da Economia), apenas ali vimos excepcionalmente, nos últimos tempos, o coordenador da CGTP e o secretário-geral da UGT. Foi num debate com a Ministra do Trabalho, tendo sido até comovente ver o sorriso agradecido com que Maria João Rodrigues seguia as intervenções de João Proença... Quer dizer, para o coordenador do programa, também contemplado em termos de «fazedor da opinião pública» com a transferência do seu comentário económico da TSF para o espaço matinal da RDP-versão-rosa, a Economia é sobretudo para ser entendida e discutida a partir do ponto de vista dos milhões e raramente dos tostões. A prova é que, logo no primeiro programa, Nicolau Santos apresentou os seus «comentadores» económicos regulares - e automaticamente se ficaram a perceber os limites do «pluralismo», também nesta matéria. A saber: Miguel Beleza, claramente integrado na área do PSD; Leonardo Ferraz de Carvalho, conhecido defensor das teses próximas da CIP e do PP; e João Ferreira do Amaral, importante e assíduo participante nos «Estados Gerais» do PS. Da área do PCP (é um suponhamos...) nem hipótese!

Ou seja: o título do programa não foi escolhido ao acaso. Mas, para melhor clarificação, apenas se sugere a Nicolau Santos uma pequeníssima alteração: por que não chamar-lhe «O Capital Não Dorme»?



ESCAPARATE



OUTRAS MÚSICAS

Novas Vagas

Integrados no programa musical das Festas de Lisboa'96, os espectáculos musicais a realizar no «Speakeasy» (Cais das Oficinas, Armazém 115, Rocha de Óbidos, Lisboa) distinguem-se pelo seu carácter «peculiar». Assim, por exemplo (e sempre às 23.30 horas), na quinta-feira 6 actuará Michel, um especialista de sapateado, francês, radicado em Portugal desde 1979 onde lecciona em várias escolas de dança. No Sábado, 8, será a vez de actuar a Orquestra «Speakeasy Blue Notes», constituída por músicos portugueses e estrangeiros residentes no nosso país, que é dirigida por Eddy Goltz e conta ainda com a participação da cantora Ana Alves. O repertório da orquestra passa pelo Jazz para *big bands* dos anos 30/40, por clássicos da música latino-americana e até pela música do cinema português da mesma época. Por esta semana, finalmente, fiquemo-nos ainda com o «Duo Ibéria», constituído pelo trompetista

português Laurent Filipe e pelo pianista espanhol Pedro Sarmiento, que nos darão a ouvir clássicos do Jazz e outros géneros musicais em versões muito pessoais, não raro marcadas pela ironia. É no Domingo, à noite, no mesmo local.

À noite, com ar e entrada livres

Agora, que o tempo já é de Verão e a noite começa a refrescar menos, o Centro Cultural de Belém organiza, de novo, entre os meses de Junho e Setembro, uma série de concertos às quintas, sextas e sábados, pelas 22.00 horas. Para começar, nas noites de 6, 7 e 8, estarão em actividade respectivamente os Meninos d'Avó, um alegre grupo oriundo do Ribatejo, «especializado» em música portuguesa, os Clã, um grupo portuense praticante da música moderna, e finalmente General D, o grupo de referência do rap de expressão portuguesa. Os cenários destes espectáculos são convidativos: o Jardim das Oliveiras e a Praça do Museu.



Nova Iorque, Junho de 1937, de André Kertész

FOTOGRAFIA

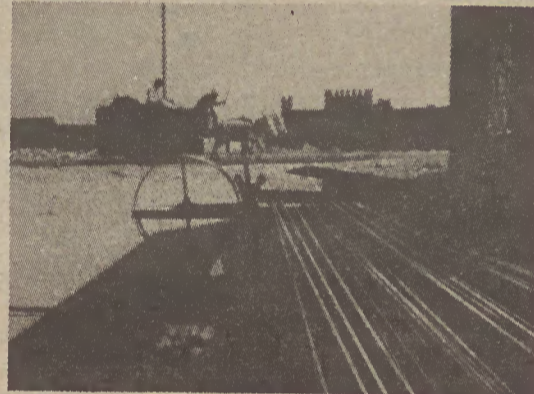
O olhar da objectiva

Nascido em Budapeste em Julho de 1894 e falecido em Nova Iorque em 1985, André Kertész é um dos mais célebres fotógrafos deste século. O artista emigrou para os EUA em meados dos anos 30, tendo adquirido a nacionalidade americana em 1944 depois de ali se ter radicado. Jean-Claude Lemagny escreveu, a propósito de Kertész o seguinte: «Ao ver um conjunto de fotografias suas, torna-se evidente que Kertész não se preocupa com a defesa de uma teoria estética ou com o experimentar de um sistema formal. Encontra em cada caso a combinação mais rigorosa sem querer fazer valer uma visão pessoal, e nisto é um caso à parte dos artistas da sua geração.»

A exposição que agora está patente ao público entre Maio a Julho no Centro de Arte Moderna da Fundação Caluste Gulbenkian foi realizada pela Associação Francesa para a Difusão do Património Fotográfico em colaboração com a Missão do Património Fotográfico do Ministério da Cultura da França. País que foi o primeiro ponto de passagem de Kertész em 1925, depois da sua saída da Hungria, e onde a sua obra amadureceu. Uma obra ampla, traduzida num arquivo de milhares de fotografias que o grande fotógrafo legou ao Estado francês em 1984, um ano antes do seu falecimento.

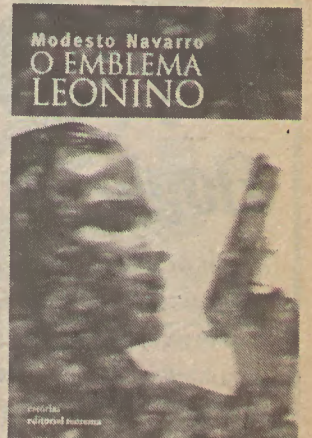
Penumbra

Até 16 de Junho, está patente no Centro Cultural de Belém uma outra exposição de fotografia, esta com obras de Paulo Nozolino realizadas em viagens que o autor fez a países de cultura e expressão árabe. Segundo o próprio Nozolino, «as quarenta e cinco fotografias expostas no CCB representam a destilação de tudo o que vivi e senti durante essas fugas orientais» num confronto com «a dureza do deserto e a desolação de uma existência sem glória». A exposição pode ser visitada todos os dias na Galeria das Naus do Centro de Exposições do CCB, mas atenção: a última entrada é às 19.15 horas.



Penumbra, uma exposição de Paulo Nozolino

LIVROS



O Emblema Leonino

À pala da pala do estádio de Alvalade - isto é, encontrando pretexto no tempo em que a pala foi notícia -, Modesto Navarro teceu novo romance, retomando o género policial em que já deu aos leitores alguns livros e à televisão argumentos. Quem conhece a obra do autor, porém, não se deixará levar apenas por um enredo de crime e caça. Modesto Navarro aproveita todas as fendas da prosa para penetrar no âmago das contradições sociais, dando cada vez mais relevo ao drama pessoal de cada personagem, procurando não apenas resolver um crime, mas compreender os mecanismos de uma história. Quem é o assassino? Alguém da oposição à maioria absoluta? Uma funcionária prestes a perder o emprego? Ou um terceiro suspeito? Ao longo do livro, o leitor vai arrear estas perguntas para se interessar no que de mais importante e mais vivo se passa no interior da teia construída pelo autor. Um romance editado pela Teorema.

XADREZ

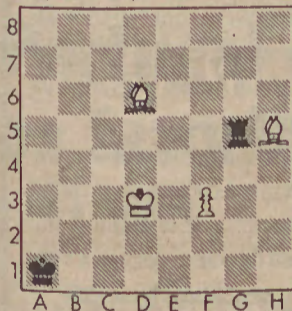
DLXIII - 5 DE JUNHO DE 1996
PROPOSIÇÃO Nº 1996X024

Por: ENRICO PAOLI

L'ITALIA SCACCHISTICA, 1951

Pr.: [2]: Tg5 - Rai

Br.: [4]: Pf3 - Bs. d6, h5 - Rd3



Brancas jogam e ganham

SOLUÇÕES DO Nº DLXIII

Nº 1996X024 [E.P.]: 1. Bf7, Tf5; 2. Bg6, Tf3+; 3. Rg2, Tg3; 4. Bg5, Rb2; 5. Rd2; 6. Rf3 e.g.

A. de M. M.

DAMAS

DLXIII - 5 DE JUNHO DE 1996

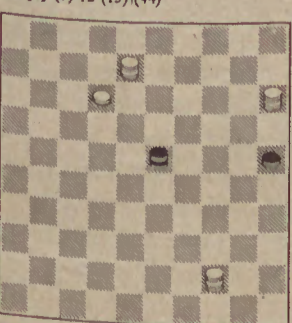
PROPOSIÇÃO Nº 1996D024

Por: Louis Dalman

Combat Dans L'Arène, 1976

Pr.: [2]: 1(23)-25

Br.: [4]: (8)-12-(15)-(44)



Brancas jogam e ganham

SOLUÇÕES DO Nº DLXIII

Nº 1996D024 [L.D.]: 1. 8-30!, (23x7); 2. 44-28!!; (25x34); 3. 28-23, (7x29); 4. 15x33 e+; 1... (25x34); 2. 15-29!!; (23x1); 3. 29x45 e+

A. de M. M.

TEATRO

Teatro na Covilhã

Numa co-produção da Capital do Teatro e do Gicc-Teatro das Beiras, prossegue até 30 do corrente a apresentação da peça «A Arte da Comédia», do dramaturgo italiano Edoardo de Filippo, numa encenação de José Carretas. Os espectáculos realizam-se às 21.30 horas no Teatro-Cine da Covilhã.

Ciclo Inconsular

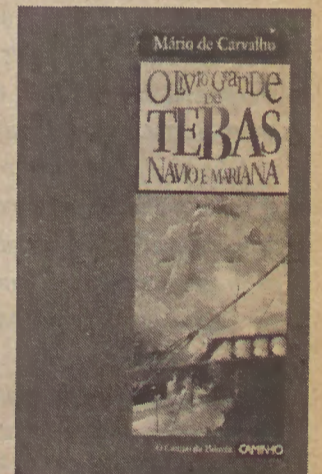
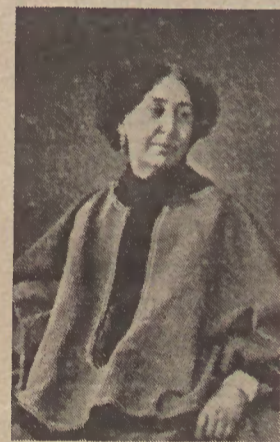
Subordinado ao título em epígrafe, vai realizar-se no Centro Cultural de Belém um pequeno ciclo em que são abordados textos não teatrais de três autores: James Joyce (excerto retirado de *Giacomo Joyce* e encenado por Rogério de Carvalho); T. S. Eliott (fragmentos de *The Wasteland*, encenado por João Grosso); e Michel Tournier (texto extraído de *Rei dos Álamos*, com encenação de Elsa Valentim). Segundo os autores, «o monólogo, como opção de interpretação, está implicado numa vontade ontológica de produzir sentidos, quer pela via do trabalho criativo do actor (sublimação dos detalhes pessoais, da bússola individual), quer pelo diálogo promovido pela colaboração entre os três encenadores». A interpretação destes três textos estará a cargo da atriz Maria Duarte. Os espectáculos realizar-se-ão de quinta-feira a terça-feira, 6 a 11 de Junho, às 22.00 horas, na Sala Estúdio do CCB.



RÁDIO

Evocações

Com realização de vários profissionais do seu quadro, a Antena 2, o canal «clássico» da RDP, transmite regularmente, todos os Domingos às 17.30 horas, um programa que merece particular atenção: «Evocações». Como o título indica, trata-se de um espaço radiofónico em que são evocados grandes vultos das Artes, das Letras e da Cultura em geral. Depois de no passado Domingo o programa se ter debruçado sobre o homem de teatro que foi Georges Feydeau, estão previstos para as próximas semanas do mês (9, 16, 23 e 30 de Junho) outros tantos programas que abordam, a propósito



O Livro Grande de Tebas

de efemérides com eles relacionadas, as personalidades e a obra de quatro distintos escritores: George Sand, Jorge Luís Borges, Máximo Gorki e Carlos de Oliveira. A realização estará respectivamente a cargo de Eduardo Street, Vítor Nobre, Esmeralda Serrano e Ana Paula Ferreira.

Em 2ª edição, na Coleção *O Campo da Palavra*, da Editorial Caminho, aí está de novo o romance de Mário de Carvalho - *O Livro Grande de Tebas Navio e Mariana*. Uma longa viagem que o autor propõe, em terras de fabulosa geografia, com personagem de mítico recorte. Terras e gente, porém, aí vêm a lume de página, despir-se de encantamentos, para se mostrarem tão gente como qualquer leitor, se o leitor quiser fazer o favor de não levar para a leitura a sua gravata da normalidade realista. Achará a parábola, certamente, ou, pelo menos, a alusão à viagem que cada um de nós vai perfazendo. É o próprio Mário de Carvalho quem, em prefácio a esta edição de um livro escrito vai para vinte anos, confessa que o tempo já passado o ajudou a decifrar o que escreveu. E que se inscreverá aí um programa, ou, pelo menos um caminho, um ir andando... O leitor escolherá o seu.

CINEMA EM CASA



Deborah Kerr e Richard Burton, em «A Noite de Iguana», de John Huston

Alguns clássicos americanos

Se o leitor é dos tais que, não lhe chegando os canais portugueses, ainda se quis meter em despesas e é assinante da TV Cabo, então deixe-se de andar a zappar de um lado para o outro e, ao menos, aproveite algumas vantagens: por exemplo, veja bons filmes sem intervalos e (agora) em versão original com legendas em português. Para a semana abrangida por esta edição do «Avante!», sugerimos-lhe os seguintes: «Célebres e Ricas» (1981), uma excelente comédia de George Cukor, com Jacqueline

Bisset, Candice Bergen e Meg Ryan (quinta, 6, às 23.00); «Cimarron» (1960), um western de Anthony Mann, com Glenn Ford e Maria Schell (sexta, 7, às 22.00); «A Mulher Modelo» (1957), uma comédia de Vincent Minnelli, com Lauren Bacall e Gregory Peck (segunda, 10, às 19.00); ou «A Noite de Iguana» (1964), um drama de John Huston, com Deborah Kerr, Richard Burton e Ava Gardner (quarta, 12, às 21.00). Todos estes filmes serão transmitidos pelo canal TNT.

A TALHE DE FOICE Elogio da estupidez

Depois da verdadeira saga mediática da regionalização, do referendo da regionalização, da revisão da Constituição e da revisão da Constituição para o referendo da regionalização, que fez correr rios de tinta e gastar saliva até secar tinteiros e gargantas, num verdadeiro processo autofágico à boa maneira dos socialistas portugueses, eis que o Governo brindou o país com nova polémica capaz de manter a adrenalina em níveis elevados: os dinheiros do totobola, as dívidas dos clubes desportivos, as receitas das Misericórdias, a universalidade das leis, a lógica elementar da contabilidade nos meandros das contas de sumir. Embora não seja irrelevante, deixemos por ora a paternidade da ideia peregrina de saldar dívidas ao Estado dando dinheiro do Estado aos caloteiros do Estado. Uma tal cabeça, há que convir, ganhará o seu lugar na história do anedotário nacional, com lugar cativo nos manuais de gestão, nos tratados de direito comparado, nas sebtentas de economia, nas edições de bolso de como ser rico sem pagar impostos.

O que nos importa nesta polémica são as cândidas explicações com que o Governo tem brindado os cidadãos, com a prestimosa ajuda de uns quantos iluminados colonistas da nossa praça. Que não é um perdão fiscal, não senhor; que não é tratamento preferencial, ora essa; que ninguém vai ser prejudicado, muito pelo contrário; que as Misericórdias, sem totoloto, vão ter ainda mais dinheiro; que os contribuintes nunca, em caso algum, serão afectados; que esta é a solução possível para um problema tido como insolúvel; que não se trata de política, mas de finanças; que não há imoralidade nenhuma, até porque trazer a moral à liça é ter falta de argumentos políticos; etc., etc., etc.

Ao arrolamento de explicações não faltou, nem podia ter faltado, o preclaro juízo de um senhor que adora dizer enormidades e cujo nome, por uma questão de pudor, se não cita, e segundo o qual «os direitos de propriedade sobre as receitas do totobola pertencem por inteiro aos clubes de futebol», pela simples razão de que sem os clubes não poderia existir totobola.

Acervo discutível, evidentemente, ou não fosse infinita a capacidade de apostinhas por dá cá aquela palha, mas que a ser tomado por bom poderá levar a consequências imprevisíveis, já que por tal ordem de ideias forçoso se torna concluir que sem fabricantes de bola também não há jogos; sem operários e técnicos que transformem a matéria-prima idem idem; e, em última análise, sem mães que dêem à luz os seus rebentos nem sequer haveria jogadores, pelo que, bem vistas as coisas...

À panóplia de eventos junta-se igualmente o novo m'l'gre dos pães, na sua versão contemporânea transformados em vil metal, através do qual, tirando de um lado e sem acrescentar de outro, o Governo garante mais verbas para as Misericórdias. Sendo certo que os ministros, misericordiosos que sejam, não andam a abrir os cordões das suas próprias bolsas, e que o dinheiro do Estado não cresce numa árvore de patacas, antes tem muito prosaicamente origem nos contributos sacados aos cidadãos, há então que concluir que algo está mal contado nesta história de quem recebe o quê e de quem não paga quanto e recebe tanto, e de quem não recebe nada e paga tudo, ou seja, os deixados ao saque.

Mandam as boas regras da demagogia que se doure a pípula mais amarga para facilitar os engulhos. Deve ser por isso que tantos se desdobram por aí a tomar o povo por parvo.

■ AF

Em causa o volume das importações e a qualidade dos produtos

PCP propõe observatório dos mercados agrícolas e das importações agro-alimentares

“Observatório dos mercados agrícolas e das importações agro-alimentares”, assim se designa a estrutura preconizada em projecto de lei pelo Grupo Parlamentar do PCP, destinada, entre outros aspectos, a garantir um melhor conhecimento dos mercados e da balança comercial, um maior controlo da qualidade, melhor fiscalização e a promoção dos produtos nacionais.

Na origem desta iniciativa legislativa, entregue na Mesa do Parlamento na semana transacta, a constatação de que muita coisa não vai bem desde que se acentuou nos últimos anos a liberalização do comércio internacional. Com a eliminação das barreiras aduaneiras e do correspondente sistema de controlos decorrentes dessa liberalização - tem-se assistido, com efeito, ao progressivo afundamento da agricultura nacional, como assinala o projecto de lei na sua nota preambular, “com um crescente volume de importações e multiplicação de problemas de ordem higio-sanitária devido à desregulamentação dos mercados e à ausência de mecanismos de fiscalização”.

Elucidativa, a este respeito, é a taxa de cobertura do comércio agro-alimentar do nosso país - passou de 51 por cento em 1986 para cerca de 35 por cento em 1995 -, o que na opinião do Grupo comunista traduz “um preocupante agravamento do próprio nível de segurança alimentar do País com a cada vez maior substituição da produção nacional por produções importadas”.

A testemunhá-lo - é ainda a formação comunista a dar nota do problema -, aí estão as importações diárias de toneladas de gado vivo, de carne, de leite, de

laranja, de batatas, de manteiga, “enquanto a produção nacional não é escoada nem tem preços compensadores, milhares de terras produtivas estão em pousio subsidiado e milhares de explorações agrícolas são abandonadas”.

Invocada pelo Grupo Parlamentar do PCP, noutro quadrante, é ainda a questão da ausência de adequados “mecanismos de controlo e fiscalização, designadamente higio-sanitária dos produtos importados”, em consequência do desmantelamento das estruturas aduaneiras que atirou para o desemprego milhares de trabalhadores aduaneiros altamente qualificados.

“As brigadas fiscais não têm nem pessoal nem meios suficientes” e a “Inspeção Geral das Actividades Económicas não tem intervenção visível”, recordam os deputados comunistas, antes de concluírem que os efeitos desta situação estão à vista de todos: “é gado infectado que vem de Espanha, é vinho que devia ter sido «queimado» mas que entra nos circuitos nacionais e é aqui vendido como vinho de qualidade; é leite importado em condições de qualidade duvidosa; é batata proveniente de países com problemas de sanidade; são produtos diversos emba-

dos e vendidos pelas grandes superfícies a título de «marcas brancas» sem indicação de origem e de composição”.

Mas será que esta “desregulamentação e ultraliberalização dos mercados” constitui uma decorrência inevitável do chamado processo de mundialização da economia? A esta questão responde o Grupo Parlamentar do PCP na exposição de motivos do seu projecto, considerando que não existe necessariamente um nexo de causalidade, mas sim, de modo diverso, “uma opção política estratégica” que - “no quadro de uma nova divisão internacional do trabalho, com a criação de novas relações de dominação e de dependência no mundo favorável à acumulação e reprodu-

ção do capital” - corresponde aos interesses dos “grandes países exportadores”, das “transnacionais do sector agro-alimentar”, dos “grupos económicos ligados ao comércio internacional”.

Neste contexto ganha, pois, necessária relevância a criação do Observatório proposto pela formação comunista, vocacionado essencialmente para um melhor conhecimento da situação dos mercados agro-alimentares e das condições higio-sanitárias dos produtos importados e consumidos, bem como para a recolha de informação que ajude à elaboração de “propostas de políticas que permitam o controlo das importações, o combate à fraude fiscal e a defesa e incentivo da produção nacional”.

Carvalhas visita Cuba e Madrid

O secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, partiu na passada segunda-feira para Cuba, onde realiza uma visita de trabalho, a convite do CC do Partido Comunista Cubano.

No próximo sábado, Carlos Carvalhas estará em Madrid, a convite de Julio Anguita, coordenador da Esquerda Unida, para participar num Encontro de Forças de Esquerda da Europa, que conta com a presença de secretários-gerais e dirigentes de partidos.

O encontro tem como objectivo a discussão das consequências do Tratado de Maastricht e o balanço do trabalho da conferência intergovernamental, que teve início em Turim em 29 de Março, e a análise de pontos comuns e convergentes de intervenção das forças políticas presentes.

A delegação do PCP integra, além do secretário-geral, Albano Nunes, do Secretariado do Comité Central, Joaquim Miranda, do CC e deputado ao Parlamento Europeu, e Manuela Bernardino, do CC e da Secção Internacional.

Regularização dos imigrantes PCP lança campanha de informação

O PCP iniciou uma campanha de informação, esclarecimento e diálogo, dirigida às comunidades imigrantes em Portugal. Alargar a informação e promover o exercício dos seus direitos no âmbito do processo de regularização extraordinária de imigrantes aprovada em lei da Assembleia da República, constitui um dos principais objectivos que animam os promotores desta acção, com incidência particular na Área Metropolitana de Lisboa.

Neste contexto foi já recebi-

da, aliás, pela direcção da Associação Cabo-verdiana, uma delegação do PCP constituída por Henrique de Sousa, do Secretariado do Comité Central, António Filipe (deputado), Júlio Filipe e Manuel Correia (ambos do CC).

Do encontro, em que participou o presidente da direcção da Associação Cabo-verdiana, resultou “uma frutuosa troca de opiniões”, segundo uma nota aos órgãos de informação do gabinete de imprensa do PCP, designadamente quanto às

“aspirações da comunidade cabo-verdiana”.

Abordadas foram ainda a concretização do processo de regularização extraordinária dos imigrantes - a iniciar em 11 de Junho próximo -, bem como a garantia do apoio legalmente estabelecido às suas associações no exercício dos seus direitos relativamente a esta matéria.

Pela sua parte, ainda de acordo com a nota que chegou à nossa Redacção, o PCP manifestou o seu empenhamento na concretização de um

diploma legislativo que consagre a capacidade eleitoral das comunidades imigrantes dos Palop's em Portugal para as eleições autárquicas, no quadro do princípio da reciprocidade e de acordo com o que, a este respeito, está constitucionalmente estabelecido.



5603199000445